

Inclusão Social

v.8 n.1 julho/dezembro 2014



Inclusão Social
v. 8/9 n.2/1 jan./dez. 2015

ISSN 1808-8392 eISSN 1808-8678

Número Especial

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí:
apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico

*State of Piauí Research Support Foundation:
support for scientific and technological development*

*Fundación de Amparo a la Investigación del Estado de Piauí:
apoyo al desarrollo científico y tecnológico*

Prêmio Inclusão Digital e Empreendedorismo Social

Digital Inclusion and Social Entrepreneurship Award

Premio Inclusión Digital y Espíritu Empresarial Social

Submissões regulares

Regular submissions

Sumisiones regulares

Diretora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Diretoria

Cecília Leite Oliveira

Coordenação Geral de Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos (CGNP)

Arthur Fernando Costa

Coordenação Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados (CGPC)

Lillian Maria Araújo de Rezende Alvares

Coordenação Geral de Tecnologias de Informação e Informática (CGTI)

Marcos Pereira Novais

Coordenação de Ensino e Pesquisa, Ciência e Tecnologia Da Informação (COEPPE)

Lena Vania Ribeiro Pinheiro

Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação (COPAV)

José Luis dos Santos Nascimento

Coordenação de Administração (COADM)

Reginaldo de Araújo Silva

Seção de Editoração

Ramón Martins Sodoma da Fonseca

Instruções para aquisição

Verifique a disponibilidade da publicação antes de adquirir!

Acesse o site do Ibict (www.ibict.br).

Selecione a opção “Guia de Recolhimento da União” da lista “Outros links”.

Preencha os campos “Código”, “Gestão” e “Recolhimento Código” como indicado abaixo:

Código: 240121;

Gestão: 00001;

Recolhimento Código: 288187

Selecionar opção “Emitir GRU simples”, imprimindo-a em seguida.

Pagar GRU simples em uma agência do Banco do Brasil.

Enviar, via fax, o comprovante de pagamento

(contendo nome, endereço e telefone do usuário) para o Ibict/ NCP; Fax: (61) 3217-6494.

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Núcleo de Comercialização de Produtos (NCP)

SAUS, Quadra 5, Lote 6, Bloco H, sobreloja

70070-912 – Brasília-DF

Tels.: 55 (61) 3217-6161 / 3217-6162

nucom@ibict.br

Indexação

Inclusão Social tem seus artigos indexados ou resumidos.

Bases Internacionais:

Paschal Thema: Science de L'Information, Documentation; Library and Information Science Abstracts; PAIS Foreign Language Index; Information Science Abstracts; Library and Literature; Páginas de Contenido: Ciencias de la Información; EDUCACCION: Noticias de Educación, Ciencia y Cultura Iberoamericanas; Referativnyi Zhurnal: Informatika; ISTA Information Science & Technology Abstracts; LISTA Library, Information Science & Technology Abstracts; SciELO Scientific Electronic Library On-line; Latindex – Sistema Regional de Información em Línea para Revistas Científicas de América Latina el Caribe, España y Portugal, México; INFOBILA: Información Bibliotecológica Latinoamericana.

Bases de Dados Nacionais

Portal de Periódicos: LivRe – Portal de Periódicos de Livre Acesso. Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen); Portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); **Portal de Associações Nacionais:** Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Ancib); **Bases de Dados Nacionais:** Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos de Ciência da Informação da Universidade Federal do Paraná (Brapci). Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (Peri).

Editada em setembro de 2017.

Última edição em dezembro de 2017.

Publicada em dezembro de 2017.

Inclusão Social
v. 8/9 n.2/1 jan./dez. 2015

ISSN 1808-8392 eISSN 1808-8678

Número Especial

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí:
apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico

*State of Piauí Research Support Foundation:
support for scientific and technological development*

*Fundación de Amparo a la Investigación del Estado de Piauí:
apoyo al desarrollo científico y tecnológico*

Prêmio Inclusão Digital e Empreendedorismo Social

Digital Inclusion and Social Entrepreneurship Award

Premio Inclusión Digital y Espíritu Empresarial Social

Submissões regulares

Regular submissions

Sumisiones regulares

© 2017 Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que seja mencionada a sua fonte.

Os autores são responsáveis pela apresentação dos fatos contidos e opiniões expressas nesta obra.

Equipe técnica

Editora Científica

José Rincon Ferreira

Editor Executivo

Ramón Martins Sodoma da Fonseca

Editora assistente

Gislaine Russo de Moraes Brito

Revisão gramatical e visual

Margaret de Palermo Silva

Normalização de referências

Priscilla Mara Bermudes

Danielly dos Santos Ribeiro

Tradução inglês/espanhol

COED/Ibict

Projeto Gráfico

Anderson Moraes

Leila Mendonça Raulino

Capa

Rodrigo Azevedo

NOTAS DO EDITOR

Agradecimento especial a todos os autores, avaliadores, em especial às instituições parceiras FAPEPI e ATN, que auxiliaram na produção deste número.

Para baixar o PDF de cada artigo da revista *Ciência da Informação* a partir do seu smartphone ou tablet, escaneie o QR Code publicado em cada artigo da versão impressa.

Mais informações pelo telefone: (61) 3217-6145

Ciência da Informação/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

– Vol. 1, n. 1 (1972) – Brasília: Ibict, 1972 –

Quadrimestral

Até o v. 20, 1991, publicada semestralmente. De 1972 a 1975 editada pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).

ISSN impresso 0100-1965. eISSN 1518-8353.

1. Ciência da Informação – Periódicos I. Brasil, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

CDU 02 (05)

CDD 020.5

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Setor de Autarquias Sul (SAUS)

Quadra 05, Lote 06, Bloco H – 5º Andar

Cep: 70070-912 – Brasília, DF

Telefones: 55 (61) 3217-6360 / 55 (61) 3217-6350

www.ibict.br

Rua Lauro Muller, 455 - 4º Andar - Botafogo

Cep: 22290-160 – Rio de Janeiro, RJ

Telefones: 55 (21) 2275-0321

Fax: 55 (21) 2275-3590

<http://www.ibict.br/capacitacao-e-ensino/pos-graduacao-em-ciencia-da-informacao>

<http://www.ppgci.ufrj.br>

Editor Científico

José Rincon Ferreira

Doutor em Educação Corporativa pela Universidade Fernando Pessoa (UFP), Portugal. Coordenador dos Prêmios Samuel Benchimol e Banco do Amazônia de Empreendedorismo Consciente.

<http://lattes.cnpq.br/1786468148821190>

Email: rinconfer@uol.com.br

Membros Honorários

Eduardo Moacyr Krieger

Livre-docência pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Doutor em Fisiologia Cardiovascular pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRPUSP), Brasil. Diretor Executivo da Comissão de Relações Internacionais (CRInt) da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Vice-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) - SP, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/2222628122237100>

Email: edkrieger@incor.usp.br

edkrieger@abc.org.br

Ricardo Young

Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social – São Paulo, SP.

<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoar/ricardo-young-1>

Email: ricardoyoung@camara.sp.gov.br

Mercedes Caridad Sebastián

Catedrática do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Carlos III.

Madri, Espanha.

<https://www.directorioexit.info/ficha1598>

Email: mercedes@bib.uc3m.es

Comitê Editorial

Nara Maria Pimentel

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Professora da Universidade de Brasília (UnB) - Brasília, DF – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/0805401717504312>

E-mail: nara.ead@gmail.com

nara.pimentel@ead.unb.br

Tania Chalhub de Oliveira

Pós-Doutorado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasil. Doutora em Social Work pela University of Minnesota (U of MN), Estados Unidos. Professora do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/6737749200665570>

E-mail: chalhubtania@gmail.com

Geraldo Moreira Prado

Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil. Professor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Departamento de Ensino e Pesquisa (Ibict) - Rio de Janeiro, RJ – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/4611487449721174>

E-mail: geraldoibictbr@gmail.com

geraldoprado@ibict.br

Maria Helena Silveira Bonilla

Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), SC - Brasil. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil. Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Salvador, BA – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/2730520955520609>

E-mail: bonillabr@gmail.com

Eduardo Costa Taveira

Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Brasil. Secretário Executivo Adjunto da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amazonas - Manaus, AM – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/6017285302986906>

E-mail: etaveira77@gmail.com

AVALIADORES DESTE NÚMERO

Adriana Gomes Dickman

Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Pós-Doutorado pela State University Of New York At Stony Brook (SUNY), Estados Unidos. Doutora em Física pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil. Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Puc/Minas) - Belo Horizonte, MG – Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/4636104541702779>
E-mail: adickman@pucminas.br

Adriano Canabarro Teixeira

Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - RS, Brasil. Doutor em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - RS, Brasil. Professor da Universidade de Passo Fundo (UPF) - Passo Fundo, RS - Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/1841882790688813>
E-mail: teixeira@upf.br

Airton Cardoso Caçado

Pós-Doutorado pela École des Hautes Études Commerciales de Montréal (HEC) - Montréal, Canadá. Pós-Doutorado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Brasil. Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), Brasil. Professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT) - Palmas, TO – Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/7076992579962891>
E-mail: airtoncardoso@yahoo.com.br

Albemerc Moura de Moraes

Doutor em Energia pela Universidade Federal do ABC (UFABC), Brasil. Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade Federal do Piauí (UFPI) - Picos, PI – Brasil. Professor do Centro de Ensino Unificado do Piauí (CEUPI), PI – Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/5747495909080595>
E-mail: albemerc@ufpi.edu.br

Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre

Pós-Doutorado pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB) - Barcelona - Espanha. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) - SP - Brasil. Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - São Leopoldo, RS – Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/0850914521365876>
E-mail: alefma@unisinos.br

Amélia Maria Araújo Mesquita

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA) - PA - Brasil. Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA) - PA - Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/9074927290515299>
E-mail: amelia.mesquita05@gmail.com

Angela Paula Simonelli

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) - São Carlos, SP - Brasil. Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Curitiba, PR - Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/6477451021909733>
E-mail: angelasimonelli@ufpr.br

Annie Gomes Redig

Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil. Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Rio de Janeiro, RJ - Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/8240510332567772>
E-mail: annieredig@yahoo.com.br

Cátia Crivelenti de Figueiredo Walter

Pós-Doutorado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - RJ - Brasil. Doutora em Educação Especial (Educ. Indivíduo Especial) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - São Carlos, SP - Brasil. Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Rio de Janeiro, RJ - Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/4061818490832341>
E-mail: catiawalter@gmail.com

Carmen Sousa Melo Ramos Chaves

Graduação em Direito pelas Faculdades Integradas do Planalto Central (FIPLAC) – Brasília, DF - Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/3881762921838121>
E-mail: carmen.chaves@atn.org.br

Clarissa Eckert Baeta Neves

Pós-Doutorado pela University of Southern California (USC), Estados Unidos. Doutora em Sociologia pela Westfälische Wilhelms Universität Münster (WWU Münster), Alemanha. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Porto Alegre, RS – Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/2570080781823232>
E-mail: clanev@ufrgs.br

Débora Regina de Paula Nunes

Pós-Doutorado pela Florida State University (FSU) - Estados Unidos. Doutora em Educação Especial pela Florida State University (FSU) - Estados Unidos. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Natal, RN – Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/1188086132826132>

Elaine Maria Bessa Rebelo Guerreiro

Doutora em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos, SP - Brasil. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Ifam) - Manaus, AM – Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/7534553739735381>
E-mail: em-guerreiro@uol.com.br

Elí Terezinha Henn Fabris

Pós-Doutorado pela Universidade do Porto (U.Porto) – Porto - Portugal. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) - São Leopoldo, RS - Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/2961121430255733>
E-mail: efabris@unisinos.br

Fátima Lucília Vidal Rodrigues

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - RS - Brasil. Professora da Universidade de Brasília (UnB) - Brasília, DF - Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/3945540727995401>

Francisca Silvânia Monte

Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - RJ - Brasil. Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC) - Fortaleza, CE - Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/6074006170274002>

Francisco Guedes Alcoforado Filho

Mestre em Botânica pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Brasil. Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI) - Teresina, PI – Brasil. Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) – Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/7859226008018367>
E-mail: guedesafilho@gmail.com

Gustavo André Fernandes Lima

Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de Brasília (UnB) – Brasília, DF – Brasil. Assessor do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) – Brasília, DF – Brasil.

E-mail: gustavo.lima@comunicacoes.gov.br

Jonathas Luiz Carvalho Silva

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) - BA - Brasil. Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) - Mestrado Profissional em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA) - Juazeiro do Norte, CE – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/2376636144965734>

E-mail: jonathascarvalhos@yahoo.com.br

José Avando de Souza Sales

Diretor da Associação de Telecentros de Informação e Negócios (ATN) - Brasília, DF - Brasil.

E-mail: jose.avando@atn.org.br

José Rincon Ferreira

Doutor em Educação Corporativa pela Universidade Fernando Pessoa (UFP), Portugal. Coordenador dos Prêmios Samuel Benchimol e Banco do Amazônia de Empreendedorismo Consciente.

<http://lattes.cnpq.br/1786468148821190>

E-mail: jrincon.ferreira@gmail.com

Josias Pereira da Silva

Pós-Doutorado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Londrina, PR - Brasil. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) - Pelotas, RS - Brasil. Professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) - Pelotas, RS - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/8229279571627360>

E-mail: erdfilmes@gmail.com

Juliane Aparecida de Paula Perez Campos

Doutora em Educação Especial (Educ. do Indivíduo Especial) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - Brasil. Professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - São Carlos, SP - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/3169299095370522>

E-mail: jappcampos@gmail.com

Lillian Maria Araújo de Rezende Alvares

Pós-Doutorado pela Universitat Jaume I, UJI, Espanha. Doutora em Sciences de l'Information et de la Communication pela Université du Sud Toulon-Var (USTV), França. Doutora em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (UnB) – Brasília, DF - Brasil. Professora da Universidade de Brasília (UnB) – Brasília, DF - Brasil. Coordenadora-Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) - Brasília, DF - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/5541636086123721>

E-mail: lillianalvares@ibict.br

Lorita Marlina Freitag Pagliuca

Doutora em Enfermagem pela Universidade de São Paulo (USP) - SP - Brasil. Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC) - Fortaleza, CE – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/9630287863419394>

E-mail: pagliuca@ufc.br

Lucila Maria Costi Santarosa

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Porto Alegre, RS – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/0796125660056539>

E-mail: lucilamcs@yahoo.com

Luiz Alexandre da Silva Rosado

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc/RJ) – Rio de Janeiro, RJ - Brasil, com período sanduíche em Università Cattolica del Sacro Cuore (UCSC) - Milão, Itália. Professor do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) no Departamento de Ensino Superior (Desu) - Rio de Janeiro, RJ – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/1967525251066948>

E-mail: alexandre.rosado@gmail.com

Marcelo de Rezende Pinto

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil. Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Puc/MG) - Belo Horizonte, MG – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/6011936684655367>

E-mail: marcrez@hotmail.com

Márcia Denise Pletsch

Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - RJ - Brasil. Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Nova Iguaçu, RJ – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/5622440291569151>

E-mail: marciadenisepletsch@gmail.com

Maria Helena Silveira Bonilla

Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - SC - Brasil. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) - BA - Brasil. Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Salvador, BA - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/2730520955520609>

E-mail: bonillabr@gmail.com

Milena Bendazzoli Simões

Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) - SP - Brasil. Tecnologista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) - Brasília, DF - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/5572544140131523>

E-mail: milenasimoes@ibict.br

Myrna Wolff Brachmann dos Santos

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil. Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Campo Grande, MS – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/9947013570761559>

E-mail: myrna.wb.santos@ufms.br

Renata Aquino Ribeiro

Doutora em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Puc/SP), Brasil. Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC) - CE - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/5055838418140255>

E-mail: raquino@gmail.com

Ronice Muller de Quadros

Pós-Doutorado pela Harvard University (Harvard) - Estados Unidos. Pós-Doutorado pela University Of Connecticut (UCONN) - Estados Unidos. Doutora em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) - Brasil. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Florianópolis, SC - Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/7307577422387099>

Rosana Rodrigues Heringer

Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) - RJ - Brasil. Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio de Janeiro, RJ - Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/9066311393158506>
E-mail: rosana.heringer@gmail.com

Sabrina Pereira Soares Basso

Doutora em Educação para a Ciência pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - SP - Brasil. Pesquisa e desenvolvimento na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Brasil - SP - Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/5564286135652965>
E-mail: soaresbasso@gmail.com

Sérgio Góes Telles Brissac

Pós-Doutorado pela Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), França. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - RJ - Brasil. Analista de Antropologia Perito do Ministério Público Federal (MPF) - Fortaleza, CE - Brasil.
E-mail: sergiobrissac@gmail.com

Silvia Ester Orrú

Pós-Doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) - Campinas, SP - Brasil. Doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) - Brasil. Professora da Universidade de Brasília (UnB) - Brasília, DF - Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/0285349325152247>

Tania Chalhub de Oliveira

Pós-Doutorado pelo Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT) - Brasil. Doutora em Social Work pela University of Minnesota (U OF MN) - Estados Unidos. Professora do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) - Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/6737749200665570>

Vera Lucia Silva Resende

Doutora em Odontologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil. Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Belo Horizonte, MG - Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/7279341565247170>
E-mail: jara@ufmg.br

Inclusão Social

Volume 8/9 - número 2/1 - jan./dez. 2015

Sumário

Table of Contents

Editorial	14
<hr/>	
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí: apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico	17
<i>State of Piauí Research Support Foundation: support for scientific and technological development</i>	
<i>Fundación de Amparo a la Investigación del Estado de Piauí: apoyo al desarrollo científico y tecnológico</i>	
Categoria Orientação e Capacitação	19
<i>Category Guidance and Training</i>	
<i>Categoría Orientación y Capacitación</i>	
Sonhar, nunca desistir	21
<i>Dream, never give up</i>	
<i>Soñar, nunca desistir</i>	
Maria Cristiane da Silva	
Participação e protagonismo juvenil em Santo André	25
<i>Participation and youth protagonism in Santo André</i>	
<i>Participación y protagonismo juvenil en Santo André</i>	
Fernando Luís de Souza Assis	
Superação da desigualdade pelo letramento digital	28
<i>Overcoming inequality through digital literacy</i>	
<i>Superando la desigualdad mediante la alfabetización digital</i>	
Raimundo Marcelo Ferreira do Nascimento	
Conhecimento democrático e itinerante	32
<i>Democratic and itinerant knowledge</i>	
<i>Conocimiento democrático e itinerante</i>	
Edson Cunha Borcato	
<hr/>	
Categoria Inovação Socioambiental	35
<i>Category Social and Environmental Innovation</i>	
<i>Categoría Innovación Sociambiental</i>	
Desenvolvimento socioambiental para uma vida melhor	37
<i>Social and environmental development for a better life</i>	
<i>Desarrollo socioambiental para una vida mejor</i>	
Gitanaci Vanderlei Coelho	

Reciclagem e metarreciclagem: uma possibilidade real de transformação	40
<i>Recycling and meta-recycling: a real possibility for transformation</i>	
<i>Reciclaje y metarreciclaje: una posibilidad real de transformación</i>	
Rafael Luiz Aguilar	
Semeando esperança	44
<i>Sowing hope</i>	
<i>Sembrando esperanza</i>	
Adelir Carlos Hoelscher	
<hr/>	
Categoria Empreendedorismo em TI	47
<i>Category IT Entrepreneurship</i>	
<i>Categoría Espiritu Empresarial en TI</i>	
Competitividade na era da informação digital	49
<i>Competitiveness in the digital information age</i>	
<i>Competitividad en la era de la información digital</i>	
Leonardo Heuler Calmon Sobral	
Vencendo a burocracia na comunicação pública	53
<i>Overcoming bureaucracy in public communication</i>	
<i>Venciendo la burocracia en la comunicación pública</i>	
Marcos Hendges	
Desmanchando estereótipos	56
<i>Dismantling stereotypes</i>	
<i>Desmantelando estereotipos</i>	
Júlio Luchesi	
<hr/>	
Prêmio Inclusão Digital e Empreendedorismo Social	59
<i>Digital Inclusion and Social Entrepreneurship Award</i>	
<i>Premio Inclusión Digital y Espiritu Empresarial Social</i>	
Empreendedorismo social: uma experiência exitosa de parceria público-privada no Piauí	61
<i>Social entrepreneurship: a successful experience of public-private partnership in Piauí</i>	
<i>Emprendimiento social: una experiencia exitosa de colaboración público-privada en Piauí</i>	
Benjamim Pessoa Vale	
Mary Ângela de Oliveira Canuto	
Francisco José Alencar	
Walter de Sousa Oliveira	
Redução da pobreza no Piauí: contabilizando a contribuição de seus determinantes imediatos	69
<i>Reduction of poverty in piauí: accounting the contribution of its immediate determinates</i>	
<i>Reducción de la pobreza en Piauí: contabilizando la contribución de sus determinantes inmediatos</i>	
Vitor Hugo Miro Couto Silva	

Fórum de Economia Popular Solidária de Teresina – PI:

81

protagonismo histórico e social

Forum of Popular Solidarity Economy of Teresina – Piauí, Brazil: historical and social leadership

Foro de Economía Popular Solidaria de Teresina - Piauí, Brasil: protagonismo histórico y social

Rosângela Maria Sobrinho Sousa

Ana Lavínia da Fonseca Soares Daniel

Laís Rejane Cardoso Cavalcante Lacerda

Nágela Maria Carvalho de Sousa

Submissões regulares

95

Regular submissions

Sumisiones regulares

Educação bilíngue de alunos surdos: contributos para a construção

97

de ambientes virtuais inovadores de ensino e aprendizagem acessíveis

Bilingual education of deaf students: contributions to the construction of innovative virtual environments for accessible teaching and learning

Educación bilingüe de alumnos sordos: contribuciones a la construcción de entornos virtuales innovadores de enseñanza y aprendizaje accesibles

Elisa Maria Pivetta

Daniela Satomi Saito

Vania Ribas Ulbricht

Ana Margarida Pisco Almeida

DCTV: o programa de TV da Embrapa para divulgação de inovações agropecuárias

110

– resultados da pesquisa de recepção e audiência

DCTV: Embrapa's TV program for the dissemination of agricultural innovations - results of the reception and audience research

DCTV: el programa de TV de la Embrapa para la divulgación de innovaciones agropecuarias – resultados de la encuesta de recepción y audiencia

Selma Lúcia Lira Beltrão

Maria Luiza Costa Brochado

EDITORIAL

A edição conjunta da revista *Inclusão Social*, volume 8 número 2 de 2015 e volume 9 número 1 de 2016, traz resultados de relevante premiação inclusiva para o país: o *Prêmio Inclusão Digital e Empreendedorismo Social*.

A Edição 2016 do prêmio criado pela Associação Telecentro de Informação e Negócios (ATN) em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), pretende reconhecer as boas práticas de inclusão em âmbito social e digital, estimulando a atuação de telecentros, divulgando os casos de sucesso que contribuem para o desenvolvimento e agraciando pessoas e organizações que se destacam nas atividades de inclusão digital e empreendedorismo social no País. Apesar de a premiação ser apenas ao primeiro colocado, muitas propostas meritórias foram recebidas nas três categorias da premiação: Empreendedorismo em Tecnologia da Informação, Inovação Socioambiental, Orientação e Capacitação, e por isso decidiu-se dar-lhes visibilidade na revista *Inclusão Social*.

Além disso, apresenta as iniciativas selecionadas de projetos apoiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (Fapepi), como o trabalho de Benjamim Pessoa Vale, Mary Ângela de Oliveira Canuto, Francisco José Alencar, Walter de Sousa Oliveira e Aderson Luz Carvalho, que relatam a experiência da Associação Reabilitar, organização social sem fins lucrativos, na coordenação de um projeto de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos e na gestão de um centro de reabilitação de pessoas com deficiência físico-motora, intelectual e auditiva por meio de parceria público-privada com o Governo do Estado do Piauí; o projeto de Vitor Hugo Miro Couto Silva, que pondera sobre a redução do número de pessoas vivendo em situação de pobreza no Piauí,

seguindo os avanços da redução da pobreza no Brasil. Por último, o estudo de Rosângela Maria Sobrinho Sousa, Ana Lavínia da Fonseca Soares Daniel, Laís Rejane Cardoso Cavalcante Lacerda e Nágela Maria Carvalho de Sousa, que analisam as razões intrínsecas e extrínsecas determinantes da trajetória histórica e do funcionamento do Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina.

Por fim, esta edição traz o artigo “Educação bilíngue de alunos surdos: contributos para a construção de ambientes virtuais inovadores de ensino e aprendizagem acessíveis”, sobre os resultados de uma investigação exploratória sobre as práticas utilizadas nesse contexto, com o propósito de recolher dados conducentes à proposta de uma estratégia de construção de um ambiente virtual de ensino e aprendizagem acessível, e o relato de experiência “DCTV: o programa de TV da Embrapa para divulgação de inovações agropecuárias – resultados da pesquisa de recepção e audiência”, sobre os resultados de pesquisa realizada pela Embrapa para identificar e caracterizar o perfil do telespectador do programa semanal Dia de Campo na TV (DCTV), a recepção do sinal e o nível de conhecimento e de audiência desse público, e as ações desenvolvidas a partir da pesquisa.

Boa leitura!

José Rincon Ferreira
Editor Científico

EDITORIAL

Volume 8 number 1 of 2015 of journal Inclusão Social brings results of a relevant award for the national inclusion: the Digital Inclusion and Social Entrepreneurship Award.

The 2016 Edition of the award created by the Telecenter of Information and Business Association (ATN) in partnership with the Ministry of Science, Technology, Innovations and Communications (MCTIC), recognizes good practices of inclusion in social and digital scope, stimulating the performance of telecenters, disseminating the success stories that contribute to the development and awarding people and organizations that stand out in the activities of digital inclusion and social entrepreneurship in the Brazil. Despite the award being given only to the first place, many meritorious proposals were received in the three categories of the Award: Entrepreneurship in Information Technology, Socio-environmental Innovation, Orientation and Training, and so it was decided to give them visibility in journal Inclusão Social.

This issue also publishes the selected initiatives of projects supported by the Foundation for Research Support of the State of Piauí (Fapepi), such as the work of Benjamim Pessoa Vale, Mary Ângela de Oliveira Canuto, Francisco José Alencar, Walter de Sousa Oliveira and Aderson Luz Carvalho, which report on the experience of the Reabilitação Association, a non-profit social organization, in the coordination of a project to promote health and prevention of diseases and disabilities, and in the management of a rehabilitation center for people with physical, motor, intellectual and hearing disabilities. means of public-private partnership with the Government of the State of Piauí; the project of Vitor Hugo Miro Couto Silva, which considers the reduction of the number of people living in poverty in Piauí, following the progress of the reduction of poverty in Brazil. Finally, the study of Rosângela Maria Sobrinho Sousa, Ana Lavinia da Fonseca Soares Daniel, Laís Rejane Cardoso

Cavalcante Lacerda and Nágela Maria Carvalho de Sousa, who analyze the intrinsic and extrinsic reasons determining the historical trajectory and the functioning of the Municipal Forum of Popular Economy Solidarity of Teresina.

Finally, this issue brings the article "Bilingual education of deaf students: contributions to the construction of innovative virtual environments of accessible teaching and learning", about the results of an exploratory investigation about the practices used in this context, with the purpose of collecting data leading to the proposal of a strategy to build a virtual environment of accessible teaching and learning, and the experience report "DCTV: Embrapa's TV program for the dissemination of agricultural innovations - results of the reception and audience research", on the results of research conducted by Embrapa to identify and characterize the spectator's profile of the weekly television program Day in the Country on TV (DCTV), its signal reception, audience rating and the knowledge background of the public, and also the actions developed after the research.

Good reading!

José Rincon Ferreira
Scientific Editor

EDITORIAL

El volumen 8 número 1 de 2015 de la revista Inclusão Social trae resultados de relevante premio de inclusión para el país: el Premio Inclusión Digital y Espíritu Empresarial Social.

La Edición 2016 del premio creado por la Asociación Telecentro de Información y Negocios (ATN) en colaboración con el Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), pretende reconocer buenas prácticas de inclusión en el ámbito social y digital, estimulando la actuación de telecentros, divulgando casos exitosos que contribuyen para el desarrollo y agraciando personas y organizaciones que se destacan en las actividades de inclusión digital y emprendimiento social en el país. Apesar de premiarse apenas al primer lugar, muchas propuestas meritorias fueron recibidas en las tres categorías de la premiación: Emprendedorismo en Tecnología de la Información, Innovación Socioambiental, Orientación y Capacitación; y por eso se decidió darles visibilidad en la revista Inclusão Social.

Esta edición también trae las iniciativas seleccionadas de proyectos apoyados por la Fundación de Amparo a la Investigación del Estado de Piauí (Fapepi), como el trabajo de Benjamim Pessoa Vale, Mary Ângela de Oliveira Canuto, Francisco José Alencar, Walter de Sousa Oliveira y Aderson Luz Carvalho, que relatan la experiencia de la Asociación Reabilitar, organización social sin fines lucrativos, en la coordinación de proyecto de promoción de la salud y prevención de enfermedades y trastornos y gestión de centro de rehabilitación de personas con deficiencia físico-motora, intelectual y auditiva a través de asociación público-privada con el Gobierno del Estado de Piauí; el proyecto de Vitor Hugo Miro Couto Silva, que pondera sobre la reducción del número de personas viviendo en situación de pobreza en Piauí, siguiendo los avances de la reducción de la pobreza en Brasil. Por último, el estudio de Rosângela Maria Sobrinho Sousa, Ana Lavínia da Fonseca Soares Daniel, Laís Rejane Cardoso Cavalcante Lacerda y

Nágela Maria Carvalho de Sousa, que analizan las razones intrínsecas y extrínsecas determinantes de la trayectoria histórica y del funcionamiento del Fórum Municipal de Economía Popular Solidária de Teresina.

Por fin, esta edición trae el artículo "Educación bilingüe de alumnos sordos: contributos para la construcción de ambientes virtuales innovadores de enseñanza y aprendizaje accesibles", sobre los resultados de investigación exploratoria sobre las prácticas utilizadas en ese contexto, con el propósito de recojer datos que conduzcan a propuesta de estrategia de construcción de ambiente virtual de enseñanza y aprendizaje accesible, y el relato de experiencia "DCTV: el programa de TV de la Embrapa para la divulgación de innovaciones agropecuarias – resultados de la encuesta de recepción y audiencia", sobre los resultados de la investigación realizada por la Embrapa para identificar y caracterizar el perfil del espectador del programa semanal Día de Campo en la TV (DCTV), así como la recepción de la señal, el nivel de audiencia y del conocimiento de ese público, y también las acciones desarrolladas a partir de la investigación

¡Buena lectura!

José Rincon Ferreira
Editor Científico

**Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí:
apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico**

*State of Piauí Research Support Foundation:
support for scientific and technological development*

*Fundación de Amparo a la Investigación del Estado de Piauí:
apoyo al desarrollo científico y tecnológico*

Categoria
Orientação e Capacitação

Category
Guidance and Training

Categoría
Orientación y Capacitación

Sonhar, nunca desistir

Maria Cristiane da Silva

Responsável pelo projeto da Associação Nova Maraial.

E-mail: maraialprojetos@hotmail.com

Submetido em: 17/05/2017. Aprovado em: 09/08/2017. Publicado em: 31/12/2017.

RESUMO

Maraial é um município do Estado de Pernambuco com fortes traços culturais e potencial econômico e turístico, mas que sofre com a ausência de apoio estadual e federal e com a escassez de políticas públicas voltadas para seu desenvolvimento. A falta de valorização desse potencial acaba fazendo com que a própria população não perceba o quanto pode progredir. A fim de sensibilizar os moradores da região acerca de sua riqueza, sobretudo a cultural, e de melhorar suas condições de vida, a Associação Nova Maraial elaborou um projeto para criar a primeira Escola Filarmônica de Música em Maraial, relatado no presente artigo, a partir dos recursos tecnológicos da escola de informática que funciona na associação.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Sustentabilidade. Capacitação. Música.

Dream, never give up

ABSTRACT

Maraial is a county of the State of Pernambuco with strong cultural traits and economic and tourism potential, but suffers from the absence of state and federal support and the scarcity of public policies aimed at its development. The lack of appreciation of this potential causes the population itself to not realize how far it can progress. In order to sensitize the residents of the region about their wealth, especially the cultural, and to improve their living conditions, the Nova Maraial Association has elaborated a project to create the first Philharmonic School of Music in Maraial, reported in this article, from the technological resources of the computer school at the association.

Keywords: *Economic development. Sustainability. Training. Music.*

Soñar, nunca desistir

RESUMEN

Maraial es un municipio del Estado de Pernambuco con fuertes rasgos culturales y potencial económico y turístico, pero que sufre con la ausencia de apoyo estatal y federal y con la escasez de políticas públicas dirigidas a su desarrollo. La falta de valorización de ese potencial hace con que la propia población no perciba cuánto puede progresar. Para sensibilizar a los habitantes de la región acerca de su riqueza, sobre todo la cultural, y de mejorar sus condiciones de vida, la Asociación Nova Maraial elaboró un proyecto para crear la primera Escuela Filarmónica de Música en Maraial, relatada en el presente artículo, a partir de los recursos tecnológicos de la escuela de informática que funciona en la asociación.

Palabras clave: *Desarrollo económico. Sostenibilidad. Capacitación. Música*

INTRODUÇÃO

O passado de efervescência cultural de Maraial é apenas uma lembrança estampada nos casarões dos antigos engenhos. Com o tempo, a situação mudou bastante. Sem incentivos do governo, a Terra dos Compositores e Terra da Banana sofre com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos mais baixos do estado e da média nacional, e sua população tem dificuldades até para reconhecer seu potencial.

A partir de um diagnóstico elaborado pelo Promata (Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona de Mata de Pernambuco), foi possível perceber que há pouca compreensão da população e do poder público sobre a importância cultural do município; assim, são escassos os investimentos, sobretudo para educação e cultura.

Situado na Microrregião da Mata Pernambucana, Maraial tem uma área de 196 km² (IBGE, 2007) e está inserido na bacia do Rio Una, tendo como principal afluente o Rio Pirangi. Apesar das belezas naturais e dos banhos de cachoeira que proporciona, a capacidade turística não é explorada.

A vegetação original de mata atlântica foi substituída, ao longo dos anos, pela monocultura da cana-de-açúcar, o que historicamente causou impactos ambientais tanto pelo fato de ser monocultivo, como pelas práticas inadequadas utilizadas, com intenso uso de agrotóxicos e queimadas. Não bastasse isso, Maraial vem enfrentando uma grave crise desde a década de 90, com o fechamento de várias usinas. A cana-de-açúcar era quase o único produto que tinha mercado certo e renda assegurada para quem morava nas comunidades rurais e nas periferias da cidade. Ao mesmo tempo, foi responsável pela concentração de terras e rendas nas mãos de usineiros e latifundiários, gerando uma estrutura fundiária muito concentrada: 46% dos estabelecimentos detêm 1,5% da área, enquanto 56% pertencem a apenas 3% das propriedades. Mesmo existindo uma diversificação de cultivos nas propriedades menores, os 71% dos estabelecimentos com

lavouras temporárias ocupam uma área de 91% com canaviais. Tudo isso colabora para piorar a realidade local.

Assim, a maior parte da população não tem acesso à assistência social e pouco sabe de tecnologias e sistemas de produção. A falta de conhecimento do setor de agricultura familiar acaba resultando em práticas não ecologicamente sustentáveis e em uma comercialização insuficiente decorrente das precárias condições dos meios existentes para isso (como as feiras livres), que é agravada pelo péssimo estado de conservação da maior parte das estradas vicinais.

Neste contexto, a Associação Nova Maraial representa uma possibilidade real de promover o desenvolvimento do município, a partir do poder transformador da educação. Com ações e projetos que buscam capacitar a população e, assim, instrumentalizá-la para a conquista de um futuro melhor, a Associação tem oferecido cursos de informática e manutenção de computadores, serigrafia, cabeleireiro e costura, entre outros. A missão da entidade, além de educar para o trabalho, é sensibilizar as pessoas sobre a importância da sustentabilidade, seja por meio dos cursos ou das atividades promovidas. O assistencialismo está fora de questão. Na visão da Associação, o ser humano dá valor àquilo pelo qual dispendeu energia e trabalho. A ideia de que é necessário esforçar-se para conquistar o que se deseja está na base dos projetos da Nova Maraial.

EDUCAÇÃO E MUDANÇA ATRAVÉS DA MÚSICA

Para diminuir o risco de vulnerabilidade social em que se encontram as crianças, os adolescentes e os jovens da comunidade, a Associação Nova Maraial busca identificar possíveis talentos para, então, desenvolver competências voltadas à profissionalização, sendo agente de desenvolvimento social através de produtos culturais.

A opção pelo ramo da música e a ideia de construir uma orquestra filarmônica foi motivada pela vocação do município,

que revelou talentos em composição e interpretação musicais. Assim, com a criação da 1ª Escola de Música de Maraial, que contará com professores voluntários, a associação pretende atenuar o sofrimento e o atraso em que se encontra a população, oferecendo-lhe a oportunidade de identificar em si mesma seus potenciais culturais e artísticos.

O projeto é destinado a crianças, adolescentes e jovens de Maraial e seus distritos de Sertãozinho de Cima e de Baixo, que estejam dentro do contingente de vulnerabilidade social e que tenham de 8 a 24 anos, preferencialmente cadastrados no Cadúnico. Inicialmente, serão oferecidas 20 (vinte) vagas, em turno noturno, duas vezes na semana.

Entre os objetivos do projeto, estão os seguintes: democratizar o aprendizado e a prática da música como direito de todos; capacitar crianças e adolescentes a ingressarem positivamente na sociedade por meio da música, possibilitando que ela seja um ponto de partida para a ascensão social, mediante a descoberta e o aproveitamento de talentos; proporcionar mais equilíbrio psicológico, físico e motor, e, conseqüentemente, saúde; e agregar o conceito de responsabilidade social aos agentes envolvidos no projeto.

As ações de capacitação ocorrem em um ambiente de inclusão digital, primando pelo estímulo ao uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e pela inserção desse profissional no mercado de trabalho.

Figura 1 - Projetos na área de música



Fonte: Associação Nova Maraial.

Para tanto, será formatado um curso com aulas teóricas e práticas. Na parte introdutória, os alunos aprenderão sobre a história da música e os gêneros musicais, além de começar a ler partituras e a solfejar. Já na prática terão contato com os instrumentos (para que saibam escolher o de sua preferência) e começarão a tocá-los. Depois dessa capacitação, será a vez de organizar a orquestra. Para isso, estão programadas várias ações, entre ensaios e apresentação à comunidade. Como o projeto tem como um dos objetivos a aprendizagem digital, os alunos terão a oportunidade de refletir sobre o papel da internet na música, e experimentarão navegar por *links* sobre música. Durante a capacitação serão servidos lanches aos alunos, e haverá uma assistente social para motivar os participantes.

Um dos planos da associação é ampliar o prédio, acrescentando dois pavimentos – um andar para a Faculdade de Informática de Maraial e Primeiro Curso de Agronomia de Maraial, tendo em vista a vocação agrícola do município, e outro andar destinado à Escola Filarmônica de Música de Maraial, com espaço para guardar instrumentos musicais e equipamentos de som.

CONCLUSÃO

A Associação Nova Maraial, diante da escassez de recursos do governo, apostou no potencial da comunidade do município de Maraial, e por meio de ações de capacitação, situadas num contexto tecnológico com o uso da informática, mobilizou-se para que crianças, adolescentes e jovens locais possam ter um futuro melhor, mais promissor do que o de seus pais. Para isso, vem ofertando cursos que já encaminharam 120 alunos para o mercado de trabalho. E pretende muito mais. Sem qualquer auxílio financeiro, e com professores voluntários, vai oferecer um curso de formação musical para criar a Filarmônica de Maraial, grupo que trará identidade e pertencimento à comunidade e irá divulgar o município, tirando-o da condição de pobreza e de exclusão social.

Participação e protagonismo juvenil em Santo André

Fernando Luís de Souza Assis

Responsável pelo projeto dos Patrulheiros Mirins de Santo André.

E-mail: coordenacao@patrulheirosmirins.com

Submetido em: 17/05/2017. Aprovado em: 09/08/2017. Publicado em: 31/12/2017.

RESUMO

A crise econômica que atinge o Brasil traz inúmeros desafios. Em Santo André, São Paulo, projetos transformadores, com forte cunho social e educativo, mostram que é possível traçar uma saída e, ainda, fazer do momento uma oportunidade para a formação de crianças, adolescentes e jovens brasileiros. O presente artigo trata da experiência do Corpo de Patrulheiros Mirins de Santo André, que com dedicação e esforço tem realizado programas socioassistenciais por meio dos quais conseguiu, ao longo de 50 anos de existência, capacitar e inserir no mercado de trabalho cerca de 14 mil jovens.

Palavras-chave: Programas socioeducativos. Inserção social. Educação transformadora.

Participation and youth protagonism in Santo André

SUMMARY

The economic crisis that affects Brazil brings many challenges. In Santo André, São Paulo, transformative projects, with a strong social and educational character, show that it is possible to trace a way out and make the moment an opportunity for the formation of Brazilian children, adolescents and young people. This article deals with the experience of the Junior Patrolmen Corps of Santo André, which has dedicated its efforts and has carried out social assistance programs through which it has been able, over 50 years of existence, to train and insert in the labor market about 14 thousand youngsters.

Keywords: *Socio-educational programs. Social inclusion. Transformative education.*

Participación y protagonismo juvenil en Santo André

RESUMEN

La crisis económica que afecta a Brasil trae innumerables desafíos. En Santo André, São Paulo, proyectos transformadores, con fuerte cuño social y educativo, muestran que es posible trazar una salida y, aún, hacer del momento una oportunidad para la formación de niños, adolescentes y jóvenes brasileños. El presente artículo trata de la experiencia del Cuerpo de Jóvenes Patrulleros de Santo André, que con dedicación y esfuerzo ha realizado programas socio-asistenciales por medio de los cuales logró, a lo largo de 50 años de existencia, capacitar e insertar en el mercado de trabajo cerca de 14 mil jóvenes.

Palabras clave: *Programas socioeducativos. Inserción social. Educación transformadora.*

INTRODUÇÃO

O Brasil vem passando por uma das mais graves crises de sua história, com altos índices de desemprego e poucos investimentos em educação e formação profissional. Nesse cenário sem perspectivas de melhora iminente, a juventude brasileira é quem mais sofre os efeitos, ao se deparar com processos educacionais de pouca qualidade, desemprego, salários insuficientes para suprir necessidades básicas, entre outros problemas.

Para conseguir sustentar-se e, por vezes, manter o sustento de seus familiares, muitos jovens vêm inserindo-se precocemente no mercado de trabalho. Como consequência, acabam abandonando a escola por não conseguirem conciliar os horários de trabalho, o que os impede de avançar nos seus estudos e ter melhores chances de ascensão socioeconômica.

Esses jovens tornam-se uma força laboral de baixo custo e desqualificada, submetendo-se a situações de precariedade nos mais diversos setores, inclusive no mercado informal e ilegal, como o tráfico de drogas e atividades ligadas ao crime.

Diante da situação de vulnerabilidade socioeconômica em que muitos dos adolescentes de Santo André e região se encontram, o Corpo de Patrulheiros Mirins tem atuado expressivamente através de programas socioeducativos e socioassistenciais para a formação humana, cultural e profissional, a partir da geração e da socialização do conhecimento.

Com aproximadamente 800 mil habitantes, Santo André tem no comércio e no setor de serviços seu segmento mais influente, sendo fundamental a integração do ensino com o mundo do trabalho. Pensando nisso, e considerando-se que as exigências de conhecimentos são cada vez maiores e as mudanças tecnológicas mais rápidas, os Patrulheiros Mirins têm criado programas baseados na convivência e na capacitação inclusiva, de modo a facilitar o ingresso dos jovens ao mercado de trabalho com formação sólida e qualificada. Com 50 anos de existência, a entidade tem contribuído

para a profissionalização de 540 jovens por ano, dos quais 400 são incluídos no mercado de trabalho, alguns em postos de destaque – coordenadores, gerentes, diretores.

PEDAGOGIA QUE TRANSFORMA

Eficazes instrumentos de inclusão, os programas socioassistenciais preenchem o tempo ocioso das crianças e dos jovens participantes, afastando-os das ruas e aproximando-os da sociedade. Como consequência, há uma redução no número de problemas causados pelas drogas e pela criminalidade, e o estudante passa a fazer parte de uma rede conectada a pessoas do mundo corporativo, potenciais empregadores.

Exemplo disso é o Programa de Qualificação Social e Profissional, totalmente gratuito e que busca desenvolver competências sociais, cognitivas e afetivas pautadas nos valores de inclusão e de protagonismo social e juvenil. Desse modo, incentiva a união de esforços coletivos voltados à melhoria da qualidade de vida. Também objetiva contribuir para o preparo, a inserção e permanência dos jovens no mercado de trabalho, visando ao desenvolvimento pessoal, social e profissional e a consequente elevação de renda.

Os Patrulheiros Mirins também contam com o Programa de Vivência Profissional, que promove a integração ao mercado de trabalho através da socioaprendizagem, atendendo ao princípio da proteção social. A partir do desenvolvimento de habilidades e do espírito crítico, o programa proporciona a vivência e o efetivo aprendizado que o mundo do trabalho requer. Assim, os jovens vivenciam a realização da prática profissional curricular em uma empresa parceira, na condição de aprendiz, em locais com condições de segurança e higiene, conforme previsto na legislação, com o acompanhamento dos profissionais técnicos da entidade, desenvolvendo habilidades apreendidas no Programa de Qualificação Social e Profissional. Concomitantes com a vivência prática profissional que se dá nas empresas parceiras os jovens têm acompanhamento teórico semanal na entidade, dando continuidade à formação contínua, social e profissional.

Por sua vez, o Programa de Estágio Social proporciona ao jovem do ensino médio estagiar em áreas administrativas de uma empresa, em setores diversos, como recursos humanos, almoxarifado, recepção, expedição postal e atendimento ao público. Já a vivência para estudantes do ensino técnico e superior é obrigatoriamente compatível com seu curso. Durante todo o programa, o jovem estagiário continua participando quinzenalmente das atividades e oficinas socioeducativas promovidas pelo Corpo de Patrulheiros Mirins de Santo André, bem como de atividades culturais e recreativas, recebendo todos os atendimentos e benefícios ofertados anteriormente no Programa de Qualificação Social e Profissional, nas diferentes áreas: social, pedagógica e psicológica.

A atuação dos Patrulheiros Mirins tem sido bem-sucedida ao longo do tempo graças à sua proposta pedagógica, baseada num processo socioeducacional transformador. A partir de valores como a afetividade, a solidariedade, o respeito, a democracia e a participação, os jovens vivenciam atividades que os colocam como protagonista de seu aprendizado, dando real sentido aos conteúdos discutidos. Outro diferencial é o currículo transdisciplinar, cuja preocupação é o desenvolvimento global dos jovens em variadas competências.

Para o futuro, a entidade pretende investir em inovação e *marketing*, além de incrementar a capacitação dos funcionários realizando encontros técnicos que promovam a integração com outras instituições. Com relação aos programas que oferecem, os Patrulheiros Mirins planejam inserir um curso de língua inglesa na proposta pedagógica, pois o mundo globalizado requer, cada vez mais, o domínio do idioma.

CONCLUSÃO

Os programas oferecidos pelos Patrulheiros Mirins buscam a formação integrada do ser humano, por meio de ações educacionais que incentivam a autonomia e o crescimento pessoal e profissional voltadas para as reais do mundo corporativo. Assim, a entidade tem formado uma média de 540 jovens por ano, dos quais 400 são incluídos no mercado de trabalho. Inúmeros são os casos de sucesso de egressos dos programas, e muitos hoje são profissionais qualificados e exercem cargos de coordenação, gerência e direção.

Figura 1 – Educação baseada em transformação



Fonte: www.patrulheirosmirins.com

Superação da desigualdade pelo letramento digital

Raimundo Marcelo Ferreira do Nascimento

Responsável pelo projeto Telecentro Parque, da Divisão de Inclusão Digital do Estado do Acre.

E-mail: comunidade.digital@ac.gov.br

Submetido em: 17/05/2017. Aprovado em: 09/08/2017. Publicado em: 31/12/2017.

RESUMO

O presente artigo descreve a implementação dos telecentros no âmbito do programa Floresta Digital, da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Acre. Para reduzir os gargalos socioeconômicos do estado, a Divisão de Inclusão Digital idealizou espaços onde, além do acesso à internet, a comunidade pode ser capacitada. Um dos pontos-chave do projeto, financiado pelo governo estadual, é o atendimento dirigido a alunos das escolas públicas, com oferta de oficinas e cursos de qualificação profissional gratuitos. Em dois anos, quase 8 mil estudantes de 12 a 20 anos foram beneficiados. O texto discute as principais conquistas do projeto e aponta os desafios de melhorar os indicadores socioeconômicos por meio da inclusão digital.

Palavras-chave: Inclusão digital. Educação. Secretaria de Ciência e Tecnologia do Acre. Capacitação profissional.

Overcoming inequality through digital literacy

ABSTRACT

This article describes the implementation of the telecentres within the Digital Forest program of Acre's Secretary of Science and Technology. To reduce the state's socio-economic bottlenecks, the Digital Inclusion Division has designed spaces where, in addition to internet access, the community can be empowered. One of the key points of the project, funded by the state government, is the care directed to public school students, offering workshops and free professional qualification courses. In two years, almost 8,000 students from 12 to 20 years were benefited. The text discusses the main achievements of the project and points out the challenges of improving socioeconomic indicators through digital inclusion.

Keywords: Digital inclusion. Education. Secretariat of Science and Technology of Acre. Professional qualification.

Superando la desigualdad mediante la alfabetización digital

RESUMEN

El presente artículo describe la implementación de los telecentros en el marco del programa Bosque Digital, de la Secretaría de Ciencia y Tecnología de Acre. Para reducir las dificultades socioeconómicas del estado, la División de Inclusión Digital ideó espacios donde, además del acceso a internet, la comunidad puede ser capacitada. Uno de los puntos clave del proyecto, financiado por el gobierno estadual, es la atención dirigida a alumnos de las escuelas públicas, con oferta de talleres y cursos de calificación profesional gratuitos. En dos años, casi 8 mil estudiantes de 12 a 20 años se beneficiaron. El texto discute los principales logros del proyecto y apunta los desafíos de mejorar los indicadores socioeconómicos a través de la inclusión digital.

Palabras clave: Inclusión digital. Educación. Secretaría de Ciencia y Tecnología de Acre. Capacitación profesional.

INTRODUÇÃO

Com índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,663, o Acre registrou, recentemente, aumento na escolarização de crianças de 4 e 5 anos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014 (IBGE, 2015). Contudo, levantamento recente da Fundação Abrinq revelou que, naquele mesmo ano, 54% da população entre 0 e 14 anos vivia em situação de pobreza.

A redução da vulnerabilidade social se constrói com igualdade de oportunidades – e hoje as oportunidades estão intimamente ligadas à inclusão digital. Afinal, a revolução digital é um caminho sem volta: no mundo, 3,2 bilhões de pessoas acessam a internet e, hoje, mais de 20 profissões são exclusivas do universo virtual.

No Brasil, a 11ª edição da pesquisa TIC Domicílios 2015 (CETIC, 2016) identificou que 58% da população está conectada. O mundo virtual, contudo, ainda reproduz as iniquidades reais. O mesmo levantamento indicou que o uso da internet é maior nas classes A e B. Apenas 28% dos brasileiros das fatias D/E haviam acessado a rede nos três meses anteriores à pesquisa. Entretanto, a simples conexão à internet não é garantia de inclusão. Segundo Gilson Schwartz,

Quando se fala de exclusão digital, os estudiosos não querem dizer apenas ficar sem computador ou telefone celular. O que se deve entender por exclusão digital é a privação da oportunidade de pensar, de criar e de organizar novas formas, mais justas e dinâmicas, de produção e distribuição de riqueza e conhecimento (SCHWARTZ, 2005).

Portanto, há de se oferecer não apenas um computador e uma senha de rede, mas o conhecimento, pois a informação é o ponto de partida para uma ação ou para a tomada de decisões.

Com base nesse princípio, o governo do Acre lançou, em 2005, um programa ousado, intitulado Floresta Digital. O objetivo principal era garantir o acesso gratuito à internet a toda população, por meio da liberação do sinal de torres de rádio espalhada pelas cidades e interligadas via satélite.

Contudo, compreendendo que nem todos têm poder aquisitivo para comprar computadores, *modems* e antenas, também foram criados telecentros.

Em vez de simples estações de acesso à internet, esses espaços foram considerados pela Divisão de Inclusão Digital do estado do Acre como disseminadores de cidadania digital e mediadores de conhecimento e informação. Para tanto, são oferecidos cursos de qualificação e oficinas de informática básica presenciais e a distância.

INSERÇÃO SOCIAL

Os telecentros nasceram com um objetivo abrangente e não menos desafiador que a Floresta Digital: inserir na sociedade do conhecimento a população em vulnerabilidade socioeconômica. O público-alvo é composto por pessoas que não podem pagar cursos profissionalizantes e que, de outra maneira, estariam em desvantagem na competitividade do mercado de trabalho.

Atualmente, existem 31 pontos do programa em todo o estado, sendo nove na capital e um em cada município. A exceção é Epitaciolândia, onde há dois telecentros. Os espaços climatizados possuem de cinco a 10 computadores, equipamentos de áudio e vídeo e programação permanente de aulas de informática básica, além de oficinas temáticas.

Um dos destaques do projeto é o Telecentro Parque, localizado em um quiosque dentro do Parque da Maternidade, um dos cartões-postais de Rio Branco. Nesse ambiente, além do atendimento à comunidade em geral, há atividades específicas para os estudantes de escolas públicas. Lá, desde 2013, já foram liberados 13 mil acessos à internet.

Em dois anos, os cursos de capacitação profissional e as oficinas livres atenderam quase 8 mil alunos, que frequentaram aulas de recursos humanos, consultoria de vendas, empreendedorismo, assistente administrativo, operação de computadores, criação de *blogs*, segurança na internet, manutenção preventiva e linux. Também foi oferecido o curso Meu Primeiro Acesso, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco, voltado a alunos de educação infantil da rede municipal de ensino.

Na modalidade a distância, os telecentros formaram, até dezembro de 2015, 208 alunos. Eles aprenderam realidade aumentada, introdução ao ambiente virtual de aprendizagem *moodle*, introdução à gerência de projetos, informática básica em linux, sensibilização para o uso de *software* livre, ubuntu, mozilla firefox, redes sociais, e segurança on-line. Além disso, o programa EAD formou 62 monitores de Floresta Digital, que vão multiplicar o conhecimento adquirido.

Destaca-se também a importância das parcerias com instituições públicas e privadas. Uma delas evidenciou a influência do projeto para a inserção dos alunos no mercado de trabalho. Trata-se de uma ação realizada com o Instituto Socioeducativo (ISE) do Departamento de Trânsito do Acre (Detran/AC). Ao fim do curso, 11 concludentes ingressaram no órgão como bolsistas.

Além do crescimento pessoal e profissional, os alunos dos telecentros beneficiam a comunidade, aplicando, na região, o conhecimento adquirido. É o caso dos cursos de formação inicial e continuada de montagem e reparação de computadores, oferecidos para os alunos da rede pública de ensino. Há carência desse tipo de profissional no estado e, agora, a demanda começa a ser suprida.

Outro exemplo da interação com a comunidade foi a realização de oficinas da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Capacitados, os alunos dos telecentros agora podem se comunicar e interagir com pessoas surdas-mudas no convívio social, seja em escolas, bibliotecas, em casa e em demais situações cotidianas.

Figura 1 – Quiosque Telecentro no Parque



Fonte: Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Acre

Um dos planos é ampliar a oferta de cursos, disponibilizando capacitação na área de *design*, como ilustração, *webdesign* e *design* gráfico, entre outros. Contudo, para isso serão necessários equipamentos mais modernos, dotados de configuração superior. Outro desafio a superar é a manutenção das máquinas e da estrutura dos telecentros.

CONCLUSÃO

Na sociedade digital, os indivíduos sem acesso à tecnologia encontram-se excluídos não apenas do mundo virtual, mas principalmente do real. Compreendendo que o conhecimento é uma das principais ferramentas na busca pela equidade, a Divisão de Inclusão Digital do Acre idealizou e implementou telecentros em todos os municípios do estado. Nesses locais, a comunidade tem oportunidade de utilizar a internet e, o mais importante, frequentar cursos profissionalizantes que capacitam os alunos para o mercado de trabalho. Acreditamos que, ao promover o letramento digital, damos um importante passo na redução das distâncias socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Página institucional*. 2017. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>>. Acesso em: abr. 2017.

SCHWARTZ, G. Palestra proferida. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2., 2005, Rezende (RJ). *Anais...* Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.

Figura 2 – Uma das oficinas oferecidas pelo programa



Fonte: www.flickr.com/photos/comunidade digital

Conhecimento democrático e itinerante

Edson Cunha Borcato

Responsável pelo projeto Hackerspace Itinerante.

E-mail: agata@nurap.org.br

Submetido em: 17/05/2017. Aprovado em: 09/08/2017. Publicado em: 31/12/2017.

RESUMO

Manter o jovem na escola e, ao mesmo tempo, dar-lhe a oportunidade de capacitar-se em uma das áreas mais requisitadas pelo mercado e com boas perspectivas de futuro. Com esse objetivo, o Núcleo de Aprendizagem Profissional de Assistência Social (Nurap) vem formando jovens e despertando o interesse de crianças, adolescentes e adultos em projetos voltados ao mundo digital, com oficinas que ensinam programação e criação de circuitos. O presente artigo apresenta o Hackerspace Itinerante, projeto baseado no construtivismo, que permitirá o envolvimento e a aprendizagem significativa dos participantes por meio de atividades lúdicas e de caráter tecnológico.

Palavras-chave: Educação e tecnologia. Hackerspaces. Programação.

Democratic and itinerant knowledge

SUMMARY

Keep the young in school and, at the same time, give them the opportunity to qualify in one of most requested areas by the market and with good prospects for the future. To this end, the Social Assistance Vocational Training Center (Nurap) has been training young people and attracting the interest of children, teenagers and adults in projects aimed at the digital world, with workshops that teach programming and circuit creation. This article presents the Itinerant Hackerspace, a project based on constructivism, which will allow the involvement and meaningful learning of participants through playful and technological activities.

Keywords: Education and technology. Hackerspaces. Programming.

Conocimiento democrático e itinerante

RESUMEN

Mantener al joven en la escuela y, al mismo tiempo, darle la oportunidad de capacitarse en una de las áreas más solicitadas por el mercado y con buenas perspectivas de futuro. Con este objetivo, el Núcleo de Aprendizaje Profesional de Asistencia Social (Nurap) viene formando jóvenes y despertando el interés de niños, adolescentes y adultos en proyectos orientados al mundo digital, con talleres que enseñan programación y creación de circuitos. El presente artículo presenta el Hackerspace Itinerante, proyecto basado en el constructivismo, que permitirá la implicación y el aprendizaje significativo de los participantes a través de actividades lúdicas y de carácter tecnológico.

Palabras clave: Educación y tecnología. Hackerspaces. Programación.

INTRODUÇÃO

A evasão escolar está diretamente relacionada à necessidade que grande parte dos jovens brasileiros têm de ingressar no mercado do trabalho e sustentar suas famílias. Para evitar que isso aconteça e dotar o jovem de recursos que lhe permitam um futuro de sucesso, o Núcleo de Aprendizagem Profissional e Assistência Social (Nurap), entidade sem fins lucrativos, vem desenvolvendo desde 1987, quando foi criada por associados do Rotary Club de São Paulo, atividades de formação voltadas à emancipação econômica do jovem e que garantem sua permanência na educação formal.

Assim, em parceria com o Garoa Hacker Clube, também associação civil sem fins lucrativos, o Nurap concebeu o Hackerspace Itinerante, com a missão de mudar a realidade dos jovens e da comunidade em geral, estendendo o alcance do projeto para outros públicos: crianças, mulheres, imigrantes, minorias.

Os chamados hackerspaces são locais físicos onde grupos com interesses comuns se reúnem para aprender e trocar ideias sobre o universo tecnológico. Nesses espaços democráticos, as palavras de ordem são a colaboração e a criatividade. Os frequentadores desses espaços aprendem e ensinam de maneira espontânea e voluntária, tendo como ponto comum a ideia de que é possível melhorar o mundo a partir da ação transformadora do ser humano.

APRENDIZAGEM LÚDICA

Construir o conhecimento de forma coletiva, a partir das diferentes realidades e dos múltiplos olhares de cada ator envolvido e, acima de tudo, fazer da aprendizagem uma experiência lúdica, em que brincar e aprender são parte do mesmo processo. Assim, tendo como base teórica o construtivismo, o projeto Hackerspace Itinerante leva a variados públicos atividades típicas de *hackerspaces*, com oficinas de experimentação em tecnologias.

Pensando na defasagem de capacitação em programação digital, eletrônica digital e analógica e no desenvolvimento dessas linguagens, o projeto construiu duas trilhas: uma focada em linguagens de programação e criação de circuitos eletrônicos, e outra em trabalhos mais informais, experimentais, inclusivos. A partir de atividades que exploram a eletrônica básica, brincadeiras de informática e debates sobre o tema “educação, tecnologia e sociedade”, as oficinas evoluem para temas mais complexos, como linguagem de programação de microcontroladores, especialmente Arduino, que é uma placa que permite a criação de projetos eletrônicos e robóticos por profissionais e amadores, e a criação de circuitos de eletrônica para programar.

Figura 1 – Oficina de arte digital do Nurap



Fonte: <https://hackerspaceitinerante.wordpress.com>.

Com técnicas mais acessíveis de criação de eletrônicos, máquinas e objetos, busca-se desenvolver habilidades necessárias para conciliar criação e tecnologia de forma a estimular os participantes a brincarem com as possibilidades que a tecnologia nos oferece, e que desenvolvam paixão por isso.

Entre os objetivos do projeto estão alcançar um número cada vez mais significativo participantes e aprendizes, fortalecendo a comunicação, o aprendizado e a divulgação entre grupos, mídias sociais e jornalistas, bem como construir *kits* com atividades para ensino de programação, eletrônica e robótica, de modo que a comunidade possa se organizar para dar continuidade às atividades após o término do projeto.

Ao todo serão dez meses de Hackerspace Itinerante, com oficinas ocorrendo em locais descentralizados e com públicos diversos. Entre os temas estão, por exemplo: introdução ao Arduino, artesanato *hacker*, introdução à programação de animações e jogos, gambiarras eletrônicas e introdução à robótica. No fechamento de cada atividade haverá um momento para o diálogo acerca de arte e tecnologia; educação, tecnologia e gênero; sociedade conectada; e inclusão e exclusão pela tecnologia.

CONCLUSÃO

Para fazer a diferença na vida de jovens de baixa renda de São Paulo, que se veem obrigados a deixar a escola para trabalhar, o Núcleo de Aprendizagem Profissional de Assistência Social (Nurap) realizou uma parceria com o Garoa Hacker Clube, ambas instituições sem fins lucrativos, para capacitar os jovens e promover o debate sobre tecnologia e as possibilidades de futuro que ela traz.

Por meio de oficinas moderadas por voluntários, as duas instituições vão ensinar programação, robótica e outros temas, de maneira lúdica, com a intenção de despertar no jovem e no público a curiosidade e o desejo de saber mais e construir coletivamente o conhecimento sobre tecnologia.

Figura 2 – O projeto em ação



Fonte: <https://m.facebook.com/hackerspaceitinerante>.

Categoria
Inovação Socioambiental

Category
Social and Environmental Innovation

Categoría
Innovación Sociambiental

Desenvolvimento socioambiental para uma vida melhor

Gitanaci Vanderlei Coelho

Responsável pelo projeto Onda Verde.

E-mail: ondaverde@ondaverde.org.br

Submetido em: 17/05/2017. Aprovado em: 09/08/2017. Publicado em: 31/12/2017.

RESUMO

O presente artigo compartilha a experiência da Onda Verde, organização não governamental com projetos voltados ao desenvolvimento socioambiental que têm permitido que jovens mulheres de baixa renda em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, consigam ter uma formação de qualidade voltada à geração de renda e, deste modo, possam emancipar-se e lutar por uma vida de mais igualdade e integrada ao meio ambiente.

Palavras-chave: Inovação. Ecotécnicas. Sustentabilidade. Capacitação.

Social and environmental development for a better life

ABSTRACT

This article shares the experience of Onda Verde, a nongovernmental organization with projects focused on social and environmental development that have allowed young low-income women in Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, to have quality education aimed at generating income and, thus, emancipate themselves and fight for a life of more equality and integrated with the environment.

Keywords: Innovation. Ecotechniques. Sustainability. Training.

Desarrollo socioambiental para una vida mejor

RESUMEN

El presente artículo comparte la experiencia de la Onda Verde, organización no gubernamental con proyectos orientados al desarrollo socioambiental que han permitido que jóvenes mujeres de bajos ingresos en Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, consigan tener una formación de calidad orientada a la generación de renta y, de este modo, puedan emanciparse y luchar por una vida de más igualdad e integrada al medio ambiente.

Palabras clave: Innovación. Ecotécnicas. Sostenibilidad. Capacitación.

INTRODUÇÃO

Nova Iguaçu é a maior cidade da Baixada Fluminense, com 99% de sua população residindo em área urbana e 1% em área rural. No passado, sua economia era baseada na agricultura e na extração de tabatinga para fabricação de tijolos. Hoje, possui importante polo de indústrias de cosméticos, metalúrgicas e têxteis. Mas o destaque é o comércio varejista e as áreas de serviços de saúde, de educação, de transporte, bancário, entre outros.

A população de Nova Iguaçu tem 87,93 % de sua população com 5 anos ou mais de idade consideradas alfabetizadas, de acordo com o Censo Demográfico 2010 do IBGE, sabendo que o instituto considera alfabetizado a pessoa que sabe ler e escrever. Na faixa etária específica de adolescentes, de 10 a 24 anos, a taxa de alfabetização aumenta para 98,57%, não tendo variação relevante entre as faixas de 10 a 14, 15 a 19 ou 20 a 24 anos.

As maiores dificuldades enfrentadas pelo município dizem respeito à falta de qualificação da mão de obra, além dos problemas comuns às zonas periféricas das grandes metrópoles, entre os quais se destacam a escassez de investimentos em educação, profissionalização, esporte e cultura, e os problemas ambientais causados pela falta de políticas públicas. Um desafio constante é o despejo inadequado de resíduos sólidos nos rios, o que requer campanhas de conscientização da população ribeirinha sobre o despejo inadequado desses resíduos e as enchentes causadas nos períodos de chuva, além de mutirão de limpeza dos rios.

Conseguir um posto de trabalho é um problema recorrente para os jovens brasileiros, e isso tende a se agravar quando os jovens são negros, mulheres, ou pertencentes a classes sociais mais baixas. Ainda é significativa a luta contra preconceitos para a inserção dos jovens no mercado de trabalho – quem busca oportunidades acaba esbarrando no mesmo obstáculo: a falta de experiência e/ou qualificação profissional.

Para transformar essa realidade, o projeto Onda Verde tem realizado ações voltadas à valorização dos jovens que vivem na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro, que não dispõem de espaços para construir novos caminhos capazes de levá-los à mudança. São jovens que vivem uma realidade de violência, discriminação racial, baixa renda e baixa escolaridade.

Criada em 1994, a Entidade Ambientalista Onda Verde é uma organização não governamental (ONG) de direito privado e sem fins lucrativos, cuja missão é defender e preservar o ambiente através da educação ambiental, de pesquisas científicas, práticas sustentáveis e atividades focadas na questão de equidade de gênero e mobilização social. Instalada em Tinguá, Nova Iguaçu, desde 1998, sua sede é vizinha de uma das principais áreas de preservação da Mata Atlântica do estado e do País, a Reserva Biológica do Tinguá. De 1998 até hoje, a Onda Verde já atendeu mais de cem mil alunos para atividades de educação ambiental, construindo e mantendo, assim, uma forte parceria com a comunidade local e possibilitando a participação de todos no desenvolvimento de ações integradas ao meio ambiente.

INOVAÇÃO EM EVIDÊNCIA

O desejo de promover a formação de jovens, estimulando o desenvolvimento integral e trabalhando em favor da inclusão e da redução de situações de risco e vulnerabilidade social, motivou a construção do Centro de Ecologia e Educação para a Economia Criativa. Nesse espaço, o foco é o protagonismo de mulheres jovens que cursam o ensino médio, preparando-as para o diálogo e a defesa de seus direitos.

O centro, primeiro prédio inteiramente sustentável de uma ONG ambiental, vem formando jovens entre 16 e 21 anos, ampliando suas chances de integração ao mercado de trabalho. Dentre as diversas atividades oferecidas estão oficinas de fotografia, técnicas de comunicação e oratória na produção de curta-metragem, laboratório de criação de moda sustentável, *design* social, uso de mídias digitais

para democratizar a comunicação, gastronomia e alimentação saudável. Também foram ministrados módulos de direitos humanos que abordaram a Lei Maria da Penha, trabalho coletivo, planejamento familiar, corpo e sexualidade, carreiras ligadas à preservação ambiental e informações sobre como abrir o próprio negócio e se tornar, por exemplo, uma microempreendedora individual.

O Centro de Ecologia e Educação para Economia Criativa é inovador também pela utilização de ecotécnicas que promovem a sensibilização sobre a importância ambiental e tecnológica para a melhoria da qualidade de vida. Assim, a própria estrutura tem como base o uso responsável dos recursos naturais não só na comunidade, mas em todo o Planeta. A construção é autossuficiente energeticamente, com miniusina de geração de energia composta por três sistemas: eólico, solar e concessionária. Para garantir mais eficiência, as ecotécnicas contam com a ajuda de lâmpadas LED, que consomem até 90% menos do que lâmpadas incandescentes; vidros com proteção solar que reduz o calor interno em até 70% e bloqueia quase 100% dos raios UV, que ajudam no controle da temperatura e na conservação dos móveis, mesmos objetivos do telhado verde e do jardim vertical. Tudo isso significa uma compensação de 11,5 toneladas de CO₂ por ano.

Figural 1- O Centro de Economia Criativa



Fonte: www.ondaverde.org.br

O prédio foi feito com contêineres descartados pelo comércio marítimo, o que reduziu tempo, custo e produção de resíduos; o espaço tem ainda paredes com isolamento térmico e acústico feito de manta de PET reciclada, captação de água de chuva, biodigestor, pisos e revestimentos com selo de sustentabilidade. O Centro de Ecologia e Educação para Economia Criativa cumpre, dessa forma, a função de multiplicar a criatividade e a inovação para a construção de um mundo melhor e mais sustentável.

Além da capacitação, a instituição também realiza ações de restauração florestal e produção de mudas nativas da mata atlântica, que são distribuídas para as jovens nas atividades externas de plantio e educação ambiental. Um exemplo bem-sucedido foi o projeto Hortas Urbanas em faixas de dutos, realizado em parceria com outra organização, em que foram plantadas diversas hortaliças e legumes de pequeno porte, orgânicos, e todas as colheitas foram distribuídas para as escolas públicas do entorno, como reforço para a merenda escolar. Implantação de geração de energia composta por três sistemas: eólico, solar e concessionária.

Os resultados obtidos pela ONG comprovam que, por meio de ações sustentáveis, atitudes inovadoras e valores sólidos voltados ao bem comum, a população é beneficiada com mais oportunidades de geração de renda e aumento na qualidade de vida. Entre os projetos para o futuro, a Onda Verde está planejando um curso de ecogastronomia para os donos de pensões e restaurantes locais, expandindo, deste modo, as chances de melhorar a renda da comunidade.

CONCLUSÃO

Por meio de ações inovadoras e sustentáveis, como a construção do Centro de Ecologia e Educação para Economia Criativa, onde são oferecidas oportunidades de capacitação para mulheres de baixa renda, a Onda Verde mostra que é viável pensar um desenvolvimento socioambiental aliando o uso sustentável dos recursos naturais à geração de renda, diminuindo assim as desigualdades sociais e as diferenças de gênero.

Reciclagem e metarreciclagem: uma possibilidade real de transformação

Rafael Luiz Aguilar

Responsável pelo projeto Estação de Metarreciclagem, da organização não governamental Programando o Futuro.

E-mail: contatos@programandoofuturo.com.br

Submetido em: 17/05/2017. Aprovado em: 09/08/2017. Publicado em: 31/12/2017.

RESUMO

Cidade-dormitório no entorno do Distrito Federal, a jovem Valparaíso de Goiás busca sua identidade socioeconômica e cultural, dividida entre os dilemas de município interiorano e grande metrópole. Há 15 anos, a organização não governamental (ONG) Programando o Futuro auxilia a comunidade a descobrir sua vocação socioambiental, promovendo ações de reciclagem de lixo eletrônico, ao mesmo tempo em que capacita jovens em sua estação de metarreciclagem. Neste artigo, são descritas as atividades da ONG, parceira de setores públicos e privados na missão de programar um futuro limpo e sustentável.

Palavras-chave: Reciclagem. Resíduos sólidos. Lixo eletroeletrônico. Educação ambiental. Capacitação profissional.

Recycling and meta-recycling: a real possibility for transformation

ABSTRACT

A dormitory city in the surroundings of the Federal District, the young Valparaíso de Goiás seeks its socioeconomic and cultural identity, divided between the dilemmas of a town county and a great metropolis. For 15 years, the non-governmental organization (NGO) Programando o Futuro helps the community discover its social and environmental vocation, promoting actions to recycle electronic waste, while at the same time training young people in their meta recycling plant. This article describes the activities of the NGO, partnership between public and private sectors in the mission to plan a clean and sustainable future.

Keywords: *Recycling. Solid waste. Electronic garbage. Environmental education. Professional qualification.*

Reciclaje y metarreciclaje: una posibilidad real de transformación

RESUMEN

Ciudad dormitorio en los alrededores del Distrito Federal, la joven Valparaíso de Goiás busca su identidad socioeconómica y cultural, dividida entre los dilemas de municipio interiorano y gran metrópoli. Hace 15 años, la organización no gubernamental (ONG) Programando el Futuro ayuda a la comunidad a descubrir su vocación socioambiental, promoviendo acciones de reciclaje de basura electrónica, mientras capacita jóvenes en su estación de metarreciclaje. En este artículo, se describen las actividades de la ONG, asociación entre los sectores público y privado en la misión de programar un futuro limpio y sostenible.

Palabras clave: *Reciclaje. Residuos sólidos. Basura electroelectrónica. Educación ambiental. Capacitación profesional.*

INTRODUÇÃO

O Brasil vive hoje um cenário preocupante na gestão de resíduos sólidos – materiais resultantes de atividade urbana, industrial, de serviço de saúde, especial, rural e diferenciadas. Em 2010, foi promulgada a Lei n. 12.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, segundo a qual a responsabilidade pela destinação correta desses refugos deve ser compartilhada por fabricantes, distribuidores, varejistas e também pelo consumidor. A legislação prevê o fechamento dos lixões a céu aberto, que deverão ser trocados por aterros sanitários, controlados e fiscalizados pelos órgãos competentes.

Embora as evidências consideradas como resíduos sólidos sejam papel, papelão, latinhas de alumínio e garrafas PET, outros rejeitos do dia a dia, como pneus, remédios e eletroeletrônicos são importantes constituintes dessa categoria, cada um com especificidades e desafios próprios dentro da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Atualmente, o país é um mercado emergente que gera o maior volume mundial anual de lixo eletrônico *per capita*: 0,5kg por habitante. Em 2014, os brasileiros produziram, aproximadamente, 1.100 mil toneladas de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos (REEE) pequenos, número que tende a aumentar, segundo previsão da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SDP/MDIC) e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). O MDIC aponta, ainda, que os 150 maiores municípios brasileiros – quase todos nas regiões Sudeste e Sul – são responsáveis por aproximadamente dois terços de todo o lixo eletroeletrônico descartado no país.

O que aparenta ser um problema pode, contudo, também se revelar uma importante solução. O manejo adequado do material descartado, além de reduzir o impacto ambiental, oferece oportunidades de profissionalização da comunidade e reúso do resíduo por meio da reciclagem.

Há 15 anos, a organização não governamental (ONG) Programando o Futuro vem desenvolvendo projetos nesse sentido, na cidade de Valparaíso de Goiás. O município de 132.982 habitantes, no entorno do Distrito Federal, é um dos que mais crescem no país. Fundada em 1979, a jovem cidade ainda busca sua identidade cultural e está procurando alçar o patamar de autossustentável, sem depender nem de Goiânia, nem de Brasília.

Esse objetivo, contudo, esbarra na falta de oportunidade de profissionalização da comunidade. Além disso, embora o município faça parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), ele se encontra em território do estado de Goiás, na fronteira com o DF. Por essa razão, sofre as consequências de ser cidade interiorana com problemas de grande metrópole.

Visando ao desenvolvimento sustentável de Valparaíso de Goiás, os projetos da Programando o Futuro focam-se em quatro eixos: inclusão digital, qualificação para o mundo do trabalho, fortalecimento das redes de apoio à sociedade civil, e reaplicação e estímulo ao uso de tecnologias sociais e conhecimentos livres. Para isso, conta com o apoio de todos os setores da sociedade, como poder público, empresas e movimentos sociais. São seus parceiros: Fundação Banco do Brasil, Ministério do Planejamento, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Prefeitura de Valparaíso de Goiás e Governo do Distrito Federal.

ESTAÇÃO DE METARRECICLAGEM

Criada em parceria com a Prefeitura Municipal de Valparaíso de Goiás em prédio de 800m², a estação de metarreciclagem tem capacidade técnica para produzir até 6 mil computadores reconicionados por ano. O projeto contrata 30 bolsistas de 14 a 23 anos, que trabalham quatro horas por dia. Para serem capacitados e tornarem-se estagiários remunerados, os jovens têm de comprovar que cursam o ensino médio.

A capacidade de produção de computadores está condicionada à recepção desses equipamentos. Atualmente, a estação de metarreciclagem recebe o lixo eletrônico de órgãos e empresas públicas e privadas, além de pessoas físicas. As coletas dos equipamentos são realizadas de três formas: para volume mínimo de 300 quilos, um funcionário da estação faz a coleta; o doador entrega o material na sede; ou a doação é feita em um dos 36 pontos de descarte, localizados em Brasília e entorno do DF.

Somente nesses postos são recolhidos, por mês, mais de duas toneladas de lixo eletrônico. Além de fornecer insumo para a montagem de microcomputadores, esse material deixa de ser descartado no meio ambiente, passando a ser recolhido de maneira apropriada. Estima-se que, em 60 dias, todo o resíduo sólido reciclado se transforma em novo produto para ser usufruído pela sociedade.

Além dos descartes de pessoas físicas, a ONG conta com diversas parcerias que geram benefícios mútuos. Com o Banco do Brasil, por exemplo, a entidade colabora efetivamente para a logística reversa de seu parque tecnológico. A média de troca de microcomputadores, em território nacional, nível nacional, é de 42 mil unidades ao ano. Nesse cálculo não estão contabilizados os equipamentos de rede de grande porte, além dos periféricos.

A parceria entre o Tribunal de Justiça de Goiás e a estação de metarreciclagem se dá por meio da destruição das máquinas de jogos de azar – bingo e caça-níquel – apreendidas, e a destinação correta dos resíduos. Essa ação, que ocorre atualmente no âmbito de Valparaíso de Goiás, está sendo ampliada a outras comarcas e municípios.

Da Receita Federal, a estação de metarreciclagem recebe equipamentos de informática e ferramentas destinadas para o uso social, seja em cooperativas de produtores rurais, ou bibliotecas, telecentros e outras entidades assistidas por projetos da ONG. A nova etapa da parceria prevê a destruição de mídias de CD e DVD apreendidas e no reuso desses materiais.

Com as prefeituras dos municípios de Goiás e de Minas Gerais – todos próximos ao Distrito Federal –, a estação coleta, há mais de três anos, diversos materiais e resíduos sólidos. Ao longo desse período, cerca de 40 municípios fizeram descarte de lixo eletrônico em parceria com a estação de metarreciclagem. No total, há 2,5 mil parceiros cadastrados, entre pessoas físicas, empresas e órgãos públicos.

SEJA DIGITAL

Outro importante programa da Programando o Futuro é o Seja Digital, que recolhe televisores analógicos descartados pela população. Como os aparelhos mais antigos não estão aptos a receberem o sinal digital, é natural que os consumidores optem, em sua maioria, por equipamentos novos, desfazendo-se dos obsoletos.

Para que os aparelhos não sejam descartados de maneira incorreta, a ONG faz a coleta deles em uma grande área de atuação: 15 cidades do Distrito Federal e 9 da região do entorno. Após serem recolhidos, os equipamentos são levados para a sede da ONG, onde são feitas catalogação, descaracterização, desmanche e separação por propriedade do resíduo. Depois desse processo, os resíduos são encaminhados à reciclagem.

CAPACITAÇÃO

Os benefícios ambientais dos projetos da ONG são inúmeros. Com capacidade de tratamento de lixo eletrônico de 2 mil toneladas/ano, a estação de metarreciclagem atingiu um volume de 553 toneladas em 2015, com previsão de 1 mil toneladas no ano seguinte. Além disso, estima-se que, em dois anos, sejam doados mais de 10 mil microcomputadores a programas de inclusão digital, beneficiando cerca de 6 mil pessoas da comunidade de Valparaíso de Goiás.

Se os ganhos ambientais foram grandes, o mesmo pode-se dizer dos sociais. As atividades de formação da estação de metarreciclagem são divididas em duas frentes: oficinas de formação técnica e ações de educação ambiental.

No primeiro caso, a dimensão pedagógica tem como foco a capacitação dos participantes para o uso crítico das novas tecnologias da informação e da comunicação, com vistas à melhoria da sua qualidade de vida e à geração de renda. Os cursos são oferecidos gratuitamente, e os laboratórios contam com os equipamentos necessários para garantir a prática do conhecimento a cada um dos participantes.

São oferecidos cursos de informática básica, manutenção de computadores, eletrônica, robótica livre, edição de áudio e produção de vídeo. Os cursos são ministrados por educadores sociais, que, em sua maioria, são ex-alunos da estação de metarreciclagem. As aulas são totalmente práticas, utilizando ferramentas de *softwares* e *hardwares* livres.

Nas ações de educação ambiental, são desenvolvidas atividades que sensibilizam os participantes sobre a importância da preservação ambiental sob a perspectiva das tecnologias da informação. São exposições, palestras, *workshops*, cineclube e apresentações nas quais se procura despertar na comunidade o senso de responsabilidade com o meio ambiente, estimulando o descarte correto e o uso prolongado de equipamentos eletroeletrônicos.

Tais ações baseiam-se no triângulo Reduza/Reúse/Recicle proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU), como uma das maneiras de diminuir os impactos do consumo no meio ambiente. Para realizá-las, a ONG trabalha com materiais de divulgação da estação de metarreciclagem, como *folders*, panfletos e cartazes.

A capacidade de formação é de 800 alunos ao ano. Desde a implantação dos projetos, mais de 6 mil jovens de Valparaíso de Goiás foram beneficiados.

CONCLUSÃO

A Programando o Futuro tem como objetivo fortalecer as iniciativas da sociedade civil com o incentivo ao uso apropriado das tecnologias da informação e comunicação. Em 15 anos de atuação na cidade de Valparaíso de Goiás, os projetos desenvolvidos promoveram o desenvolvimento sustentável a partir da utilização e da apropriação de ferramentas digitais inclusivas. Além do viés ambiental, com significativa colaboração para redução de resíduos sólidos eletroeletrônicos, a ONG promove a educação da comunidade e a capacitação profissional para jovens, que se tornam multiplicadores dos saberes apreendidos.

Semeando esperança

Adelir Carlos Hoelscher

Responsável pelo projeto da Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Serafim Bertaso.

E-mail: serafim@sed.sc.gov.br

Submetido em: 17/05/2017. Aprovado em: 09/08/2017. Publicado em: 31/12/2017.

RESUMO

Numa região essencialmente agrícola, voltada à subsistência familiar, a questão da evasão escolar é um desafio permanente. Com um projeto inovador, que traz a comunidade e integra a família em suas ações, a Escola de Educação Básica Serafim Bertaso tem conseguido resultados de sucesso. O projeto Sementes do Futuro, apresentado neste artigo, trouxe benefícios tanto para os estudantes como para o município, ao valorizar a diversidade frutífera da região e promover a identidade local.

Palavras-chave: Agricultura de subsistência. Evasão escolar. Diversidade frutífera.

Sowing hope

ABSTRACT

In an essentially agricultural, family-livelihood region, the issue of school dropout is a permanent challenge. With an innovative project that brings the community and integrates the family into its actions, the School of Basic Education Serafim Bertaso has achieved successful results. The Seeds of the Future project, presented in this article, has brought benefits to both the students and the municipality, enhancing the region's fruitful diversity and promoting local identity.

Keywords: Subsistence agriculture. School evasion. Fruitful diversity.

Sembrando esperanza

RESUMEN

En una región esencialmente agrícola, orientada a la subsistencia familiar, la cuestión de la evasión escolar es un desafío permanente. Con un proyecto innovador, que trae a la comunidad e integra a la familia en sus acciones, la Escuela de Educación Básica Serafín Bertaso ha logrado resultados de éxito. El proyecto Semillas del Futuro, presentado en este artículo, aportó beneficios tanto para los estudiantes y para el municipio, al valorar la diversidad fructífera de la región y promover la identidad local.

Palabras clave: Agricultura de subsistencia. Evasión escolar. Diversidad fructífera.

INTRODUÇÃO

O município de São José do Cedro, em Santa Catarina, possui 13.684 habitantes e tem como principal prática econômica a agricultura, além da produção leiteira e o cultivo de tabaco. Em pequenas propriedades rurais as famílias cultivam a terra para subsistência, o que acaba tendo como consequência a evasão escolar. Assim, manter as crianças e os jovens no processo de ensino e aprendizagem formal é um desafio constante.

Nesse contexto, a Escola de Educação Básica Serafim Bertaso (EEB Serafim Bertaso), escola estadual localizada na área rural, atua com o objetivo de desenvolver projetos socioeducativos que promovam o protagonismo e a formação social dos educandos. A partir da valorização da experiência das crianças e dos jovens e do conhecimento adquirido nos núcleos familiares, busca-se uma aprendizagem significativa e que permita compreender seu papel social de transformação do contexto socioeconômico e cultural da região.

A escola, que tem como base da identidade a construção participativa, atende principalmente filhos de agricultores, ofertando desde o pré-escolar (em parceria com o município) e o ensino fundamental até o ensino médio, de modo que contempla todas as etapas da educação básica. Além do processo formal de ensino e aprendizagem, a escola desenvolve projetos socioeducativos em parceria com a comunidade, como o projeto Sementes do Futuro, no eixo de ação ambiental, iniciativa que tem alcançado sucesso principalmente devido ao envolvimento dos educandos e dos núcleos familiares.

RESGATANDO A DIVERSIDADE

Iniciado em 2015, o Sementes do Futuro resgatou a prática do plantio de espécies frutíferas típicas da região nas propriedades rurais. As atividades envolvem desde o recolhimento e a seleção das sementes, até a produção das mudas e sua distribuição à comunidade. Essa iniciativa busca a melhoria da qualidade de vida da região, uma vez

que, além de recuperar a diversidade de espécies frutíferas características da região extremo-oeste catarinense, destaca os benefícios que o consumo de frutas na alimentação diária traz à saúde humana.

O projeto também possibilita a criação de uma identidade local, o que aproxima ainda mais a comunidade, ao valorizar a riqueza de sua terra e o trabalho dos que participam das ações. A longo prazo, vislumbra o progresso da região e a consequente melhora nas condições de vida.

Desde a sua criação, aproximadamente 180 núcleos familiares têm sido beneficiados, com o envolvimento de 240 educandos, 24 educadores e 32 voluntários. E o projeto pretende expandir-se, com o acréscimo de ações voltadas à pesquisa e ao monitoramento das espécies. Entre as atividades planejadas estão pesquisar e identificar espécies frutíferas características da região sul do Brasil; e identificar e monitorar árvores frutíferas características existentes na região. Também fazem parte dos planos a criação do mapa de propriedades e de mudas de espécies frutíferas plantadas, para acompanhamento da taxa de recomposição da biodiversidade, além da produção de um curta-metragem e de um livro de receitas sobre o uso das frutas na culinária local junto à comunidade escolar da EEB Serafim Bertaso.

Prevê-se o plantio de aproximadamente 5.000 (cinco mil) mudas frutíferas através das ações do projeto, abrangendo 1.200 (mil e duzentas) propriedades da área rural e urbana na região extremo-oeste catarinense.

No eixo de ação de tecnologias e inclusão digital, a EEB Serafim Bertaso começou o processo de modernização e melhoria do seu telecentro, que atende aos educandos tanto para pesquisas quanto para as atividades dos cursos de formação voltados à área da informática. Os cursos, baseados principalmente na plataforma do *software* livre, são ofertados em duas etapas: o Módulo Básico, para crianças de 9 a 12 anos de idade, e o Módulo Avançado, de 13 a 17 anos. Um grande avanço foi a implantação

do Linux Mint 17.2 “Rafaela”, que aprimora as funções dos equipamentos, associado à melhoria da biblioteca escolar com implantação do programa BibLivre para cadastro e registro do acervo literário, empréstimos e reservas, em que a listagem atualizada é disponibilizada no *blog* da escola.

CONCLUSÃO

O projeto Sementes do Futuro, desenvolvido pela Escola de Educação Básica Serafim Bertaso, mudou a vida da comunidade local e levou as famílias a frequentarem a escola. Além de incentivar o protagonismo e de recuperar a diversidade frutífera da região, trouxe novo significado para o trabalho na terra, valorizando a inclusão e mostrando que, com atitude e conhecimento, as pessoas têm o poder de mudar sua realidade.

Categoria
Empreendedorismo em TI

Category
IT Entrepreneurship

Categoria
Espíritu Empresarial en TI

Competitividade na era da informação digital

Leonardo Heuler Calmon Sobral

Responsável pelo projeto Cara na Net, do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de Roraima.

E-mail: simpipi@simpipi.net

Submetido em: 17/05/2017. Aprovado em: 09/08/2017. Publicado em: 31/12/2017.

RESUMO

Comércio, agroindústria e serviços constituem o principal segmento econômico de Rondônia. Das 115.444 empresas ativas, 92% são de micro e pequeno porte e, dentro desse universo, 34,8% encaixam-se no perfil de microempreendedores individuais (MEIs). O desconhecimento sobre novas tecnologias, a falta de capacitação e os custos elevados para a divulgação das marcas no meio eletrônico e nas mídias digitais podem reduzir o potencial de competitividade dos pequenos empresários. Para eles, destina-se o programa Cara na Net, do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de Rondônia (Simpipi), que será descrito neste artigo.

Palavras-chave: Inclusão digital. Competitividade. Microempreendedorismo. E-commerce.

Competitiveness in the digital information age

ABSTRACT

Trade, agribusiness and services are the main economic segment of Rondônia. Of the 115,444 active companies, 92% are micro and small, and within this universe, 34.8% fit the profile of individual microentrepreneurs (MEIs). Lack of knowledge about new technologies, lack of capacity building, and high costs for brand awareness in the electronic media and digital media can reduce the competitiveness potential of small business owners. They are the target audience of the Cara na Net program of the Union of Micro and Small Industry of the State of Rondônia (Simpipi), which will be described in this article.

Keywords: Digital inclusion. Competitiveness. Microentrepreneurship. E-commerce.

Competitividad en la era de la información digital

RESUMEN

Comercio, agroindustria y servicios constituyen el principal segmento económico de Rondônia. De las 115.444 empresas activas, el 92% son de micro y pequeño porte y, dentro de ese universo, el 34,8% se encajan en el perfil de micro emprendedores individuales (MEI). El desconocimiento sobre nuevas tecnologías, la falta de capacitación y los costos elevados para la divulgación de las marcas en el medio electrónico y en los medios digitales pueden reducir el potencial de competitividad de los pequeños empresarios. Para ellos, se destina el programa Cara en la red, del Sindicato de la Micro y Pequeña Industria del Estado de Rondônia (Simpipi), que se describirá en este artículo.

Palabras clave: Inclusión digital. Competitividad. Micro emprendedor. E-commerce.

INTRODUÇÃO

Na era da informação eletrônica, *sites* e mídias sociais não são mais um diferencial para as empresas. Trata-se, na realidade, de ferramentas essenciais, das quais depende a sobrevivência da marca. É na internet que clientes atuais e em potencial buscam e encontram endereços, produtos e serviços, sendo o ambiente virtual também um importante meio de comunicação entre consumidor/usuário e empreendedor.

No Brasil, 59,1% da população é usuária da internet (BANCO MUNDIAL, 2016), e o número de celulares já ultrapassa o de habitantes: há 242,8 milhões de linhas ativas no país. O volume de comércio eletrônico não deixa dúvidas de que não há como competir sem investir nos recursos digitais. Em 2016, foram R\$ 44,4 bilhões em compras *on-line*, alta de 7,4% em relação ao ano anterior, segundo relatório da Ebit.

A inclusão digital do pequeno e médio empresário sempre foi uma preocupação do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de Rondônia (SimpI), entidade de representação cuja principal área de atuação é a prestação de serviço ao associado. Entre suas atividades, pode-se destacar a criação e a implementação do Centro Avançado de Negócios Telecentro Rondônia, que possibilita ao empreendedor abrir linhas de negociação de produtos do exterior.

Premiado em 2013 no concurso Telecentros Brasil, o programa de Atendimento Integrado às Micro e Pequenas Empresas é outra iniciativa de sucesso do SimpI. Por meio desse projeto, os MEIs, os pequenos e os microempreendedores recebem apoio em todas as fases de abertura da empresa, assim como assessoria jurídica e contábil gratuitas, divulgação comercial, obtenção de máquinas de cartão de crédito, auxílio na exportação etc.

Com iniciativas como essas, o sindicato orgulha-se de ter aberto, com recursos próprios e nenhum financiamento, apenas em Porto Velho, 9 mil das 13 mil empresas para empreendedores individuais. Com isso, abriram-se 1,7 mil novas contas correntes e 90% das empresas conseguiram inscrição estadual, possibilitando compras fora de Rondônia; efetuaram-se 1,6 mil créditos bancários e foram criados 19,6 mil empregos diretos e 72 mil indiretos.

Figura 1 – Sede do Sindicato, que já ajudou a abrir 9 mil empresas em Porto Velho



Fonte: SIMPI.

DIVULGAÇÃO DIGITAL

Devido aos motivos expostos, abrir uma empresa não significa a sobrevivência da mesma. Apesar da evidente necessidade de criação e manutenção de sites, o Simpi identificou que esse é um grande desafio entre seus associados.

O primeiro entrave relaciona-se com os altos custos. Além de desenhar e criar o *site* com o nome da própria empresa no domínio, é preciso hospedá-lo e integrá-lo à plataforma mobile, além de se desenvolver perfis nas redes sociais para divulgação da marca. Tudo isso requer investimento financeiro e conhecimento tecnológico, o segundo obstáculo identificado pelo sindicato.

Foi para vencer esses percalços e permitir que as pequenas e microempresas continuassem se destacando pela agilidade e a criatividade, suas principais características, que o Simpi idealizou o Cara na Net. O objetivo principal do programa, iniciado em agosto de 2016, é dar a possibilidade ao empreendedor de alimentar constantemente o *site* de sua empresa, mantendo-se competitivo.

Para tanto, são oferecidos cursos de internet e mídia social aos associados a custos baixos. Nas oficinas, executadas pelo Simpi, em parceria com o Lev Desenvolvimento de Software ME, o empreendedor é informado sobre a importância dos meios digitais para a empresa, apresentado ao *e-commerce* e capacitado para investir nas ferramentas da internet, incluindo *sites* e perfis nas redes sociais, sempre com interação com a plataforma mobile. Desta forma, independentemente do porte, pode competir em igualdade com qualquer empresa, de dentro e fora do país.

O público-alvo do projeto, que de agosto a dezembro de 2016 ofereceu 400 cursos (200 de internet e 200 de mídias sociais), são MEIs, microempresários e empresários de pequeno porte da indústria, do comércio e dos serviços, sejam eles formais ou informais. Dentro desse perfil, são beneficiadas também comunidades cooperativas, entidades associativas setoriais e de interesse tecnológico, com atividades industriais, comerciais, rurais, de prestação de serviço e artesanato, incluindo organizações não governamentais (ONGs), entidades/organizações de direito privado e de interesse público (OSCIP), sempre com prioridade para aquelas voltadas ao desenvolvimento econômico local.

Figura 2 – Micro e pequenos empresários aprendem a importância de investir nas ferramentas digitais



Fonte: SIMPI.

Para garantir o amplo acesso ao programa, o sindicato oferece as capacitações a baixo custo: R\$ 15 cada curso (internet e mídias sociais). As empresas que optarem por serviços mais completos, como criação e hospedagem do *site* e das mídias sociais, fotografias, assessoria especializada, manutenção esporádica e criação de filmes publicitários, entre outros, podem optar pela contratação de pacotes acessíveis, com preços que variam de R\$ 35 a R\$ 458.

CONCLUSÃO

Agilidade e criatividade no planejamento e na tomada de decisões são características que sempre garantiram sucesso ao pequeno e ao microempreendedor, independentemente do porte dos competidores e das oscilações socioeconômicas pelas quais o país historicamente vem passando. Contudo, na era da sociedade da informação, em que *sites* de busca são o principal meio de divulgação de uma empresa, não é possível sobreviver sem as ferramentas digitais. O Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de Rondônia compreende que é preciso capacitar os empreendedores para que continuem competitivos no mercado nacional e internacional.

Problemas como alto custo e falta de incentivo dificultam a adesão dos pequenos e microempreendedores do estado à era da informação digital. Para vencer esses desafios e continuar apoiando o empresariado local, o Simpi desenvolveu um projeto que, a baixo custo, capacita e oferece serviços digitais aos associados, garantindo que eles se mantenham no mercado e continuem contribuindo com o desenvolvimento econômico de Rondônia.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. *Página institucional*. Washington, 2016. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2016>>. Acesso: abr. 2017.

Vencendo a burocracia na comunicação pública

Marcos Hendges

Responsável pelo projeto Cidadão Mobile, da empresa Abase Sistemas e Soluções.

E-mail: marcos@abase.com.br

Submetido em: 17/05/2017. Aprovado em: 09/08/2017. Publicado em: 31/12/2017.

RESUMO

Tradicionalmente, a comunicação entre cidadãos e poder público é lenta e burocrática, demandando tempo, recursos e esforços excessivos. Além disso, devido aos ruídos nesse processo, nem sempre há garantia de que a comunidade será ouvida em suas solicitações, tampouco que as mensagens do governo a alcançarão. Neste artigo, é descrita a experiência inovadora do aplicativo Cidadão Mobile, desenvolvido pela empresa de software Abase Sistemas e Soluções, do Rio Grande do Sul. A ferramenta digital, acessada por celular, tablet ou computador, faz a mediação no diálogo entre as esferas de um município, permitindo, entre outras coisas, avaliar a eficiência da gestão.

Palavras-chave: Governança. Gestão pública. Informatização. Desburocratização.

Overcoming bureaucracy in public communication

ABSTRACT

Traditionally, communication between citizens and public power is slow and bureaucratic, requiring excessive time, resources and effort. Moreover, due to the noise in this process, there is not always a guarantee that the community will be heard in their requests, nor that the messages from the government will reach them. This article describes the innovative experience of the Citizen Mobile application, developed by software company Abase Sistemas e Soluções, in Rio Grande do Sul. The digital tool, accessed through cell phone, tablet or computer, mediates dialogue between the county spheres, allowing, among other things, to evaluate management's efficiency.

Keywords: Governance. Public administration. Informatization. Reduction of bureaucracy.

Venciendo la burocracia en la comunicación pública

RESUMEN

Tradicionalmente, la comunicación entre ciudadanos y el poder público es lenta y burocrática, demandando tiempo, recursos y esfuerzos excesivos. Además, debido a los ruidos en ese proceso, no siempre hay garantía de que la comunidad será escuchada en sus solicitudes, tampoco que los mensajes del gobierno la alcanzarán. En este artículo se describe la experiencia innovadora de la aplicación Ciudadano Mobile, desarrollado por la empresa de software Abase Sistemas y Soluciones, de Rio Grande do Sul. La herramienta digital, accesada por celular, tablet o computadora, hace la mediación en el diálogo entre las esferas de un municipio, permitiendo, entre otras cosas, evaluar la eficiencia de la gestión.

Palabras clave: Gobernanza. Gestión pública. Informatización. Desburocratización.

INTRODUÇÃO

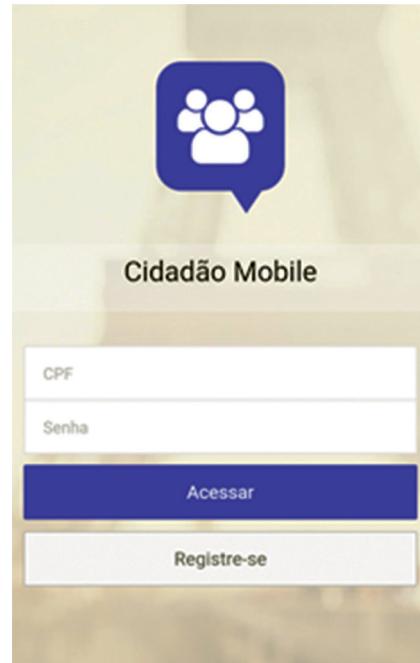
O aumento considerável do acesso à informação – em especial, com a popularização da telefonia celular e da internet móvel –, reduz, potencialmente, barreiras na comunicação entre poder público e sociedade. Mídias sociais, aplicativos, serviços de mensagens instantâneas e correio eletrônico, por exemplo, possibilitam um diálogo direto, sem a intermediação burocrática que costuma caracterizar as relações entre governo e cidadão.

Há quase 30 anos, a Abase Sistemas e Soluções participa da informatização de estabelecimentos públicos e privados, fornecendo *softwares* e aplicativos integrados, inclusive para prefeituras e câmaras municipais. Sediada em Três de Maio, noroeste do Rio Grande do Sul, inicialmente a empresa prestava serviços de birô para absorver as demandas de empresas e administração de municípios que ainda não estavam informatizadas.

Os serviços eram básicos: digitação, processamento e emissão de relatórios. Com o tempo, porém, a Abase ampliou o portfólio e, hoje, tem 100 colaboradores que atendem a mais de 400 clientes do setor público e do privado, com desenvolvimento de ferramentas tecnológicas apropriadas. Para solucionar o problema da falta de profissionais qualificados na região, cuja principal atividade econômica é a agrícola, a empresa busca jovens interessados em tecnologia da informação e os capacita. Dessa maneira, também está colaborando com a formação profissional da população.

Justamente pelo histórico de prestação de serviços a municípios, pensou-se em desenvolver um aplicativo de interação entre prefeituras e municípios, desburocratizando a comunicação e, ao mesmo tempo, possibilitando o aumento da eficiência e da economia para ambas as partes. Para tanto, foi desenvolvido o Cidadão Mobile, um aplicativo para *smartphones* e *tablets*, e que também pode ser utilizado via *browser*, de envio de mensagens para a população. Sem custo para o cidadão, o aplicativo é acessado por meio do Cadastro de Pessoa Física (CPF).

Figura 1 – Tela inicial do Cidadão Mobile



Fonte: <http://www.saoluizgonzaga.rs.gov.br>.

Como exemplo das comunicações mediadas pelo aplicativo, pode-se destacar: aviso ao empresário sobre vencimento da licença ambiental, aviso ao servidor municipal sobre dia do depósito do salário, aviso aos trabalhadores da área de saúde a respeito da agenda de programas e ações na área, envio de notas dos alunos da rede municipal aos pais etc. Além disso, o aplicativo também é um canal aberto à comunicação do município com a administração. Ele pode, por exemplo, enviar mensagens, avisando a respeito de focos de dengue, problemas na iluminação pública e no recolhimento de lixo, solicitando poda de árvores e limpeza, e denunciando veículos estacionados em locais proibidos, entre outros.

O cidadão pode utilizar os recursos do celular, como GPS e câmera fotográfica, para enviar essas mensagens. O aplicativo funciona *off-line* e transmite os dados assim que restabelecida a conexão com a internet. Outros serviços que podem ser acessados são a conexão com o portal da transparência, a autenticidade de documentos, os contracheques dos servidores, as notícias do site do município e a ouvidoria, entre outros.

É importante destacar que não se trata apenas de envio de mensagens. Se, por um lado, as comunicações da prefeitura são programadas, por outro, as solicitações feitas pelo cidadão são direcionadas pelo aplicativo para os setores da administração responsáveis pelos serviços. Eles devem respondê-las após a verificação e a conclusão da demanda. Essas informações são repassadas aos gestores municipais que, assim, podem gerenciar a eficácia da resolução das solicitações.

Entre os casos de sucesso, pode-se destacar a Central da Dengue, ferramenta disponibilizada pelo aplicativo aos cidadãos de São Luiz Gonzaga/RS. Desde janeiro de 2016, os munícipes informam à prefeitura, por meio dessa funcionalidade, sobre situações que necessitam da intervenção do poder público, como vistorias em locais propícios à proliferação do mosquito transmissor da dengue, o *Aedes aegypti*, inclusive anexando fotos do local, que são compartilhadas com o órgão competente. O usuário pode acompanhar a situação da demanda por meio da Consulta de Chamados, no próprio Cidadão Mobile.

Outro exemplo é o de Horizontina/RS, que utiliza o aplicativo para intermediar a comunidade e a empresa terceirizada de iluminação pública. Anteriormente, a prefeitura destacava um servidor somente para fazer essa intervenção, nos casos de chamados de reparo da iluminação pública municipal. O aplicativo possibilita o acompanhamento na solução do problema.

CONCLUSÃO

Comunicação instantânea, economia de tempo e recursos, além de eficácia na gestão, são os principais resultados almejados pela criação do aplicativo Cidadão Mobile. O canal de comunicação entre sociedade e público reduz as barreiras burocráticas, permite a interação rápida para solicitações e soluções de demandas, e informa a comunidade sobre ações municipais, tributos, pagamentos etc. Sem custo para o usuário, essa ferramenta, além de todas as funcionalidades descritas, permite acompanhar e avaliar a eficiência da administração municipal, contribuindo para a melhoria do serviço público.

Desmanchando estereótipos

Júlio Luchesi

Responsável pelo projeto de efetivação da Lei Federal n. 12.997/14, da Associação Brasileira de Comerciantes e Recicladores de Automóveis Descontinuados (ABCRAD).

E-mail: juliocesar@abcrad.org

Submetido em: 17/05/2017. Aprovado em: 09/08/2017. Publicado em: 31/12/2017.

RESUMO

O presente artigo trata da colaboração da Associação Brasileira de Comerciantes e Recicladores de Automóveis Descontinuados (ABCRAD) na efetivação da Lei Federal n. 12.997/14, em São Paulo. Com forte presença no Departamento de Trânsito do estado (Detran/SP), a entidade, fundada há apenas quatro anos, foi fundamental para que os empresários do setor de desmanche se adaptassem à legislação. As alterações, que incluíram forte sistema de informatização dos estabelecimentos, ajudaram a desconstruir o estereótipo negativo que recai sobre o setor.

Palavras-chave: Desmanche de automóveis. Lei do Desmanche. Informatização.

Dismantling stereotypes

ABSTRACT

This article deals with the collaboration of the Brazilian Association of Traders and Recyclers of Discontinued Automobiles (ABCRAD) in the implementation of Federal Law n. 12,997/14, in São Paulo. With a strong presence in the State Department of Transit (Detran/SP), the entity, founded only four years ago, was fundamental for the entrepreneurs of the sector to adapt to the legislation. The changes, which included a strong system of computerization of establishments, helped deconstruct the negative stereotype of the sector.

Keywords: *Automobile dismantling. Cutting Act. Informatization.*

Desmantelando estereotipos

RESUMEN

El presente artículo trata de la colaboración de la Asociación Brasileña de Comerciantes y Recicladores de Automóviles discontinuados (ABCRAD) en la efectivación de la Ley Federal n. 12.997 / 14, en São Paulo. Con fuerte presencia en el Departamento de Tráfico del Estado (Detran / SP), la entidad, fundada hace apenas cuatro años, fue fundamental para que los empresarios del sector de desmanche se adaptaran a la legislación. Las alteraciones, que incluyeron un fuerte sistema de informatización de los establecimientos, ayudaron a desconstruir el estereotipo negativo que recae sobre el sector.

Palabras clave: *Desmontaje de automóviles. Ley del Desmontaje. Informatización.*

INTRODUÇÃO

Estima-se que, anualmente, 30 mil automóveis descontinuados no país sejam adquiridos pelo setor de desmonte. Trata-se de veículos que foram formalmente retirados de circulação pelos órgãos de trânsito e armazenados em pátios públicos e de empresas que atuam no mercado de leilões.

Os automóveis descontinuados são resgatados por esse modelo de negócio, o das empresas de desmanche, que promovem a desmontagem e a comercialização de peças que, uma vez reaproveitadas, evitam o descarte irregular, o que traria sérios danos ambientais. Não há, todavia, como negar a visão preconceituosa que recai sobre o setor. É comum a opinião pública associá-lo ao fomento ao roubo de veículos para desmonte e comercialização irregular de peças sem a emissão de documentação fiscal.

O estereótipo impacta negativamente sobre o ramo de desmonte de diversas formas. Pode-se destacar, por exemplo, a escassez de linhas de investimentos. Para adquirir os veículos descontinuados, a única opção de pagamento é à vista. Além disso, o empresário deve arcar com as altas despesas cobradas pelos leiloeiros.

Outro entrave é a pouca tecnologia disponível para o desmonte de veículos, ao contrário do processo oposto, que conta com incentivo constante no desenvolvimento tecnológico. A retirada de peças é extremamente trabalhosa, devido à condição de deterioração ou de deformação do veículo, que pode estar desde levemente avariado a quase totalmente destruído. Essa árdua tarefa ainda é realizada com ferramentas básicas ou semiautomáticas, e mão de obra pouco qualificada, exposta a elevados riscos de acidentes.

De todas as circunstâncias citadas, a que mais prejudica o setor é, sem dúvida, a baixa valorização da mão de obra. Se o negócio de desmanche é refém de um estereótipo negativo e discriminatório, os funcionários convivem com pouquíssimo reconhecimento da sociedade. Em muitos casos, esses trabalhadores não conseguem sequer migrar para outras carreiras.

Inc.Soc., Brasília, DF, v.8/9 n.2/1, p.56-58, jan./dez. 2015

A LEI DO DESMANCHE

Em vigor desde maio de 2015, a Lei Federal n. 12.997/14, popularmente conhecida como “Lei do Desmanche”, trouxe mudanças significativas e desafiadoras para o setor. Entre elas, o benefício de reduzir o furto de veículos e a comercialização irregular de peças. A legislação promoveu uma aproximação entre as principais autoridades do Departamento de Trânsito de São Paulo (Detran/SP) e os empresários do ramo.

O novo modelo de negócio advindo da Lei n. 12.997/14 resultou na necessidade de implementação de uma robusta plataforma de TI (tecnologia de informação) e de sistemas para comunicação *on-line* com o Detran/SP. Também exigiu uma precisa rastreabilidade de peças comercializadas por meio de etiquetas com selo QRCode (*quick response code*), emissão de notas fiscais com informações rastreadas das peças comercializadas, e obrigatoriedade de reformas estruturais nas lojas para atenderem à nova legislação.

Uma das principais mudanças com impacto direto nos desmanches para se legalizarem relaciona-se à necessidade de etiquetar todas as peças definidas para sua comercialização. Uma vez etiquetada, a peça é lançada em um sistema do Detran/SP denominado Codev.

Figura 1 – Etiquetas de rastreabilidades



Fonte das imagens: <http://www.abcrad.org>.

Figura 2 – QRCode



Fonte das imagens: <http://www.abcrad.org>.

Por meio da etiqueta fixada na peça, é possível consultar a procedência dela, decifrando o QR Code com auxílio de qualquer leitor disponível, como *tablet* ou *smartphone*, ou consultando a numeração que consta na etiqueta, diretamente na página do Detran/SP. Ao comprar peças cadastradas nessas empresas, além da segurança de adquirir produtos de origem legal, o consumidor ajuda a combater o comércio de produtos provenientes de furto ou roubo de veículos.

Sujeita à rigorosa fiscalização, a comercialização de peças exige a emissão da nota fiscal com os dados da rastreabilidade dos equipamentos e imediato lançamento no Codev. Esse processo desvincula as peças da loja de desmanche e assegura sua boa procedência.

Para os empresários do ramo lidarem com essa nova realidade, foram necessárias profundas transformações nas lojas legalizadas, que tiveram de investir em espaços adequados, escritórios, equipamentos de informática, capacitação e treinamento de pessoal, criação de espaços para clientes e reformas estruturais.

Fundada em 2013, a Associação Brasileira de Comerciantes e Recicladores de Automóveis Descontinuados (ABCRAD) foi fundamental para o atendimento dessas demandas e, conseqüentemente, para a aplicação da Lei do Desmonte. A entidade localiza-se na capital paulista e representa o setor, contando com 250 associados.

A principal missão da ABCRAD é fornecer suporte e assessoria às empresas do setor, mantendo o diálogo e a representatividade no Detran/SP, e assegurando, assim, a implementação da Lei do Desmanche. A associação participa ativamente na definição das condutas e no aprimoramento da legislação, ao mesmo tempo em que estimula os associados a se adequarem à nova realidade do setor.

As transformações no mercado de desmonte resultaram em importantes benefícios para a sociedade e o setor público, especialmente quanto à redução de roubos de veículos e à comercialização ilegal de peças. Além disso, pode-se destacar, como principais resultados, a queda no preço dos seguros e o aumento no índice de recuperação de automóveis roubados.

CONCLUSÃO

A ABCRAD tem credibilidade, conhecimento e experiência para atender a uma demanda cada vez mais crescente de lojas de desmanches legalizadas. Com o aumento cada vez maior dessa exigência, surge a necessidade de investir e crescer em ambientes maiores e melhores, bem como investir em outros sistemas de gestão e documentação de processos.

Ainda há resistência e mesmo desinteresse de alguns lojistas, que não acreditam que a mudança estabelecida pela Lei do Desmanche é duradoura. Há uma estimativa de 1.500 desmanches no estado de São Paulo, e somente 250 são associados da ABCRAD.

Apesar dessas dificuldades, a atuação da associação junto ao Detran/SP e aos empresários está ajudando a aumentar a credibilidade do setor e a combater o furto e roubo de veículos no estado.

Prêmio Inclusão Digital e Empreendedorismo Social

Digital Inclusion and Social Entrepreneurship Award

Premio Inclusión Digital y Espíritu Empresarial Social

Empreendedorismo social: uma experiência exitosa de parceria público-privada no Piauí

Benjamim Pessoa Vale

Especialização em Neurorradiologia Vascular Intervencionista pelo Instituto do Coração Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) – SP, Brasil. Especialização em MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Especialização - Residência médica pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo – SP, Brasil. Residência médica em Neurocirurgia. Graduação em Medicina pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Brasil. Médico e diretor técnico do Instituto de Neurociências - Teresina-PI, Brasil. Presidente Voluntário da Associação Reabilitar.

<http://lattes.cnpq.br/9364010140060770>

E-mail: benjamimpessoareabilitar@gmail.com

Mary Ângela de Oliveira Canuto

Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Brasil. Especialização em Saúde Pública pela Unidades Integradas de Pós-Graduação Pesquisa e Extensão (Unipós), Brasil. Professora do curso Bacharelado em Enfermagem do Instituto Camillo Filho (ICF) e da Faculdade de Tecnologia e Educação Superior Profissional (Fatesp).

<http://lattes.cnpq.br/2235960712913730>

E-mail: maryangelacanuto@gmail.com

Francisco José Alencar

Especialização - Residência médica pela Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Especialização em Neurocirurgia Funcional e Dor pelo Hospital das Clínicas de São Paulo. Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu pela Associação de Assistência à Criança Deficiente de São Paulo (AACD) Brasil. Especialização em reabilitação pela Associação de Assistência à Criança Deficiente de São Paulo (AACD), Brasil. Especialização em Tratamento de Espasticidade pela Associação de Assistência à Criança Deficiente de São Paulo, (AACD), Brasil. Especialização em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Especialização em Neurocirurgia Pediátrica pelo Hospital De La Timone - Marselha. MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Médico e Coordenador do Serviço de Neurocirurgia Pediátrica do Hospital Infantil Lucídio Portela - Teresina, PI - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/2437385873527651>

E-mail: sjalencar13@gmail.com

Walter de Sousa Oliveira

Administrador. Superintendente administrativo-financeiro da Associação Reabilitar - Teresina-PI, Brasil.

E-mail: walter.oliveira@ceir.org.br

Aderson Luz Carvalho

Fisioterapeuta. Especialista em Saúde Pública. Fisioterapeuta Especialista da Secretaria de Saúde do Piauí (Sesapi). Superintendente Multiprofissional da Associação Reabilitar - Teresina-PI, Brasil.

E-mail: aderson.luz@ceir.org.br

Submetido em: 08/09/2016. Aprovado em: 25/07/2017. Publicado em: 31/12/2017.

RESUMO

No empreendedorismo social, o foco deixa de ser o negócio do negócio para transformar-se no negócio do social, que apresenta o seu principal foco de atuação na sociedade civil e a sua estratégia na parceria que envolve a comunidade, governo e setor privado. O empreendedorismo social atua mais fortemente na geração de ações que causem impacto local e busca o resultado coletivo. O presente artigo tem por objetivo relatar a experiência da Associação Reabilitar, uma organização social sem fins lucrativos, na coordenação do Projeto Pense Bem para a promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos, e na gestão do Centro Integrado de Reabilitação (Ceir) para a reabilitação de pessoas com deficiência físico-motora, intelectual e auditiva, referências de trabalho empreendedor social, por meio de uma parceria público-privada com o governo do estado do Piauí.

Palavras-chave: Empreendedorismo social. Terceiro setor. Promoção da saúde. Prevenção de doenças. Reabilitação.

Social entrepreneurship: a successful experience of public-private partnership in Piauí

ABSTRACT

In social entrepreneurship, the focus is no longer the business of the business to become social business, focusing mainly on civil society and its strategy in partnership involving the community, government and private sector. Social entrepreneurship acts more strongly on generating actions that cause local impact and search the collective result. This article describes the experience of the Reabilitar Association, a social non-profit organization, in the coordination of the Pense Bem Project, for health promotion and prevention of diseases and disorders, and in the management of the Integrated Rehabilitation Center (CEIR), for rehabilitation of people with physical, motor, intellectual and hearing disabilities, references in social entrepreneur work through a public-private partnership with the government of the state of Piauí.

Keywords: Social Entrepreneurship. Third sector. Health Promotion. Disease Prevention. Rehabilitation.

Emprendimiento social: una experiencia exitosa de colaboración público-privada en Piauí

RESUMEN

En el emprendedorismo social, el foco deja de ser el negocio del negocio para transformarse en el negocio del social, que presenta su principal foco de actuación en la sociedad civil y su estrategia en la asociación que involucra a la comunidad, el gobierno y el sector privado. El emprendedorismo social actúa más fuertemente en la generación de acciones que causan impacto local y busca el resultado colectivo. El presente artículo tiene por objetivo relatar la experiencia de la Asociación Reabilitar, una organización social sin fines de lucro, en la coordinación del Proyecto Pense Bem para la promoción de la salud y prevención de enfermedades y trastornos, y en la gestión del Centro Integrado de Rehabilitación (Ceir) para la rehabilitación de personas con discapacidad física, motora, intelectual y auditiva, como referencias de trabajo emprendedor social, a través de una asociación público-privada con el gobierno del estado de Piauí.

Palabras clave: Emprendedor social. Tercer sector. Promoción de la salud. Prevención de enfermedades. Rehabilitación.

INTRODUÇÃO

Ao falar-se de empreendedorismo social, busca-se um novo paradigma. O foco deixa de ser o negócio do negócio, para transformar-se no negócio do social, que apresenta o seu principal foco de atuação na sociedade civil e a sua estratégia na parceria envolvendo comunidade, governo e setor privado. Assim, empreendedorismo social é coletivo, produz bens e serviços para a comunidade, possui como cerne a busca por soluções para os problemas sociais, busca respeitar pessoas em situação de risco social e promovê-las, tendo seu desempenho medido pelo impacto social (MELO NETO; FRÓES, 2001, 2002).

O empreendedorismo social age mais na geração de ações que causem impacto local e objetiva o resultado coletivo. Trata-se de um novo momento no qual problemas sociais saem da oralidade de discursos políticos, deixam de ser objeto de pesquisa para estudiosos e de lamentação para a sociedade, tornando-se causa comum a todos, e requerendo diferentes modos de agir, pensar e abraçar as alternativas existentes (OLIVEIRA, 2004).

Com base no exposto, definiu-se como objetivo deste artigo: relatar a experiência da Associação Reabilitar, uma organização social sem fins lucrativos, na coordenação de um projeto de prevenção de doenças e agravos – Projeto Pense Bem – e na gestão de um centro de reabilitação de pessoas com deficiência física/motora, intelectual e auditiva - Centro Integrado de Reabilitação - referências de trabalho empreendedor social - por meio de uma parceria público-privada com governo do estado do Piauí.

A ASSOCIAÇÃO REABILITAR

A Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação e Readaptação - Associação Reabilitar - é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como organização social e reconhecida como entidade de utilidade pública e de interesse social.

É formada por 21 integrantes, entre representantes do governo e da sociedade civil, que estão assim distribuídos: seis pessoas na diretoria, dez no conselho administrativo e cinco no conselho fiscal. Sua missão é promover ações assistenciais e atendimento de excelência nas áreas de atenção da saúde e da inclusão social de pessoas com deficiências, através da habilitação, reabilitação e readaptação para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida da sociedade.

A Associação Reabilitar coordena, desde o ano de 2007, o Projeto Pense Bem e administra o Centro Integrado de Reabilitação (Ceir), desde 2008, por meio de contrato de gestão firmado com a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (Sesapi). A Associação pactua, a cada ano, metas de atendimento com o governo estadual, sob acompanhamento de uma comissão formada pela Sesapi que avalia os resultados anuais. A organização social recebe recursos do contrato de gestão para administrar o Ceir em parcelas mensais, e da dispensação de produtos ortopédicos e meios auxiliares de locomoção para o Sistema Único de Saúde (SUS). Também pode celebrar convênios e contratos com entidades públicas, privadas, inclusive financeiras, nacionais e estrangeiras. Além disso, possui uma conta para a doação de pessoas físicas ou jurídicas, para a manutenção dos seus projetos.

ATUAÇÃO NA PREVENÇÃO - PROJETO PENSE BEM

Em 1995, a Sociedade Brasileira de Neurocirurgia (SBN) adaptou o modelo americano “Think First” à realidade brasileira e iniciou o projeto de educação para a prevenção: o Projeto Pense Bem. Esse projeto resgata o papel social da SBN na luta contra os principais problemas de saúde pública atualmente: o neurotrauma, a doença cerebrovascular e as doenças degenerativas da coluna vertebral. No Piauí, o Projeto Pense Bem é coordenado pela Associação Reabilitar e se divide em duas vertentes: Projeto Pense Bem AVC (acidente vascular cerebral) e Projeto Pense Bem Trauma.

Importante salientar que não se trata de iniciativas pontuais, restritas à realização ou participação em eventos periódicos, mas de iniciativas constantes na busca pela prevenção de doenças e agravos e na promoção da saúde piauiense.

PROJETO PENSE BEM AVC

Nos últimos séculos, ocorreu o aumento da expectativa de vida com o consequente envelhecimento populacional, o que resultou em aumento da exposição aos fatores de risco de doenças crônicas não transmissíveis. Dentre essas, o acidente vascular cerebral (AVC) vem se destacando como a segunda causa de morte no mundo, e a tendência é que esta posição se conserve até 2030 (OMS, 2006; BRASIL, 2013).

No mundo, projeções indicam que uma em cada seis pessoas terá um AVC; a cada seis segundos alguém morre por esse motivo; 15 milhões de pessoas apresentam um AVC por ano, das quais seis milhões não sobrevivem. A maior parte das cerca de 30 milhões de vítimas sobrevive com algum tipo de deficiência residual (WORLD STROKE ORGANIZATION, 2012). No Brasil, a taxa de mortalidade específica (TME - número de mortes a cada 100.000 habitantes), foi de 52,3 para as doenças cerebrovasculares em 2010 (99.732 óbitos). No Piauí, no ano de 2011, a TME foi 67,1, a segunda maior do país (BRASIL, 2010, 2011).

Assim, percebe-se que o número de mortes por AVC é, tanto nacional, quanto internacionalmente, alarmante. A Organização Mundial da Saúde (2006) chama a atenção para o fato de o AVC ser uma doença altamente onerosa, causadora de óbitos prematuros e incapacidade permanente, além dos altos custos para os familiares e serviços de saúde com hospitalizações e reabilitação. Entretanto, trata-se de uma doença passível de prevenção, portanto, há a necessidade de identificar a extensão e implicações da doença com o intuito de adotar medidas públicas objetivando diminuir a exposição aos fatores de risco.

Nesse contexto, surge o Projeto Pense Bem AVC, que é um projeto de prevenção ao derrame cerebral idealizado pela SBN e coordenado, no Piauí, pela Associação Reabilitar para promover ações de promoção de saúde, prevenção primária de lesões vasculares cerebrais e sua reabilitação. O projeto visa levar uma mensagem educativa à população em geral, direcionada, no entanto, aos indivíduos que estão sob maior risco (idosos, hipertensos, diabéticos, nefropatas etc).

O projeto foi lançado nos dias 13 e 14 de dezembro de 2007, tendo como público aproximadamente 2.000 pessoas. Iniciou-se por meio da sensibilização junto aos profissionais de saúde em encontros realizados simultaneamente em auditórios da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual do Piauí, do Rio Poty Hotel, do Hospital São Marcos e de faculdades particulares. Age em diversos setores, nos bairros para a comunidade em geral, em escolas e em parceria com instituições do ensino superior, além da participação e promoção de eventos. Já realizou 270 atividades, entre palestras, participação e organização de eventos e outras atividades, em Teresina e no interior dos estados do Piauí e Maranhão (foto 1).

Foto 1 – Palestra do Projeto Pense Bem AVC para a comunidade na cidade de Altos-PI



Fonte: Assessoria de imprensa da Associação Reabilitar.

Além disso, o projeto atua no bairro Poty Velho em parceria com a Estratégia Saúde da Família, com o atendimento e acompanhamento de mais de 400 hipertensos e/ou diabéticos e a sua estratificação de risco em baixo, médio e alto risco para doenças cérebro e cardiovasculares, visando à prevenção do AVC nesta população. O projeto é responsável, também, pela organização, desde 2010, da Semana Nacional de Combate ao AVC no Piauí, em articulação com a Rede Brasil AVC.

PROJETO PENSE BEM TRAUMA

O trauma é alvo frequente de discussões atualmente, constituindo-se numa das principais causas de morbimortalidade e sendo considerado um problema de saúde pública. O principal trauma e o que causa mais vítimas é o trauma cranioencefálico (GAUDÊNCIO; LEÃO, 2013). Outro tipo de trauma frequente e que traz repercussões graves é o trauma raquimedular (da coluna vertebral e da medula espinhal).

Mais de 250 mil pacientes são admitidos por ano, nos Estados Unidos, vítimas de trauma cranioencefálico (MARIK; VARON; TRASK, 2001), cujas causas principais são os acidentes automobilísticos, agressões físicas e quedas. Em 2010, no Brasil, foram registrados 143.256 óbitos por causas externas, destes, 30,7% foram ocasionados por acidentes de trânsito (segunda posição entre as causas de mortes). Nos últimos 10 anos, a Rede Sarah de Hospitais atendeu 5.133 pacientes vítimas (SANTOS et al., 2013).

Já as lesões raquimedulares apresentam incidência global de aproximadamente 180 mil novos casos por ano, com 23 casos por milhão de habitantes. Na América Latina, a estimativa é de 25 casos/milhão de habitantes. No Brasil, são mais de 11 mil vítimas anuais, acometendo nove homens para cada mulher, com a Região Nordeste com a incidência mais elevada (91 casos/milhão de habitantes) (RIEDER, 2014).

Tanto as lesões traumáticas da medula espinhal quanto as cranioencefálicas causam altos impactos pessoais, biológicos e psicológicos, assim como acarretam graves consequências socioeconômicas, havendo a necessidade do desenvolvimento de ações de prevenção (HELMY; VIZCAYCHIPI; GUPTA, 2007; ERTA; QUINTANA; HIDALGO, 2012).

Neste cenário, criou-se o Projeto Pense Bem Trauma, projeto de prevenção ao trauma cranioencefálico, raquimedular e de nervos periféricos também idealizado pela SBN e, no Piauí, coordenado pela Associação Reabilitar, para promover ações de promoção de saúde, prevenção primária de lesões traumáticas cerebrais e medulares e sua reabilitação. Objetiva levar ações educativas à população, voltadas principalmente às pessoas sob maior risco (crianças, adolescentes e adultos jovens).

No dia 05 de maio de 2010, o projeto foi lançado no I Simpósio Piauiense de Trauma Cranioencefálico, Raquimedular e de Nervos Periféricos, em comemoração aos dois anos do Centro Integrado de Reabilitação. O evento contou com 260 participantes, entre profissionais e estudantes da área da saúde das principais instituições de ensino de Teresina. Entre os palestrantes e componentes das mesas de discussão, nomes de grande importância do cenário nacional. No mesmo ano, o projeto participou da Mobilização Nacional de Prevenção ao Neurotrauma – Sociedade Brasileira de Neurocirurgia (SBN).

Dando continuidade ao trabalho, nos anos seguintes, efetivou-se uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Teresina e a Secretaria Estadual de Educação do Piauí, que, anualmente, fornecem listas de escolas a serem contempladas com as atividades do projeto. A partir de então, foram visitadas 72 escolas das redes estadual e municipal de educação, com a realização de 102 palestras para alunos e em cursos para pacientes e acompanhantes no Ceir (foto 2).

Foto 2 – Palestra do Pense Bem Trauma em escola pública de Teresina-PI



Fonte: Assessoria de imprensa da Associação Reabilitar.

ATUAÇÃO NA REABILITAÇÃO - CENTRO INTEGRADO DE REABILITAÇÃO (CEIR)

No último censo demográfico no Brasil, obteve-se que, considerando a população residente no país, 23,9% possuíam pelo menos uma das deficiências investigadas. A prevalência da deficiência variou conforme sua natureza: deficiência visual 18,6%; deficiência motora 7%, seguida da deficiência auditiva (5,1%) e da intelectual (1,4%). No estado do Piauí, 27,6% da população possui algum tipo de deficiência (quarto estado com porcentagem de pessoas nessas condições) (OLIVEIRA, 2012).

Os direitos humanos são assegurados a todos os brasileiros com deficiência, para os quais são desenvolvidos programas e ações. As políticas para as pessoas com deficiência são, em sua maior parte, nacionais, no entanto, estados e municípios executam ações e desenvolvem políticas complementares. Apesar de as pessoas com deficiência possuírem os mesmos direitos das pessoas sem deficiência, ainda há uma grande lacuna entre esses segmentos (OLIVEIRA, 2012).

Visando ajudar a preencher essa lacuna, foi criado o Ceir, em 2008, para atender à demanda de pessoas com deficiência por tratamento no Piauí, consolidando-se como referência na saúde pública do Estado.

Trabalhando para reintegrar a pessoa com deficiência na sociedade, no mercado de trabalho e na sua família, o Ceir dispõe uma equipe multidisciplinar, com profissionais capacitados, técnicas modernas e equipamentos de última geração, com o diferencial de priorizar a humanização no atendimento.

Há oito anos, o Ceir oferece reabilitação físico-motora com um programa que inclui fisioterapia, fonoaudiologia, serviço social, psicologia, pedagogia, arte-reabilitação, musicoterapia, terapia ocupacional, hidroginástica e reabilitação desportiva (natação, capoeira, futebol para amputados e basquete em cadeiras de rodas) e hidroterapia (foto 3). Além disso, possui um corpo clínico para atender às necessidades dos pacientes em várias áreas, como cardiologia, clínica médica, neurologia, pediatria, neuropediatria, ortopedia, urologia, otorrinolaringologia, enfermagem, nutrição e odontologia.

Foto 3 – Paciente em reabilitação no Centro Integrado de Reabilitação



Fonte: Assessoria de imprensa da Associação Reabilitar.

Em 2015, o centro iniciou a reabilitação de pessoas com deficiência intelectual, Síndrome de Down e transtornos do espectro autista; e o Programa de Saúde Auditiva, que assiste pessoas com problemas auditivos nos graus leve, moderado, severo e profundo, com a concessão de aparelhos auditivos e acompanhamento de otorrino, fonoaudiólogo, assistente social e psicólogo. Foi, após a ampliação do seu atendimento, qualificado pelo Ministério da Saúde como Centro Especializado em Reabilitação (CER) III.

Em março de 2016, o Ceir implantou a Clínica de Microcefalia, com a capacidade de receber, inicialmente, 200 crianças com microcefalia e outras malformações relacionadas ao Zika vírus, atendendo a uma demanda social crescente. Seguindo portaria do Ministério da Saúde, essas crianças receberão estimulação precoce no centro por três anos.

O centro dispõe também de Oficina Ortopédica, que produz órteses e próteses sob prescrição de um profissional da saúde de acordo com a necessidade de cada paciente, e realiza a concessão de meios auxiliares de locomoção, como cadeiras de rodas, cadeiras de banho, andadores, muletas, botas e calçados, entre outros itens. A oficina foi inaugurada no ano de 2009 e já realizou, até o fim de 2015, 85.639 atendimentos, tendo dispensado pelo SUS, apenas em 2015, 7.064 equipamentos e realizado 11.056 atendimentos (CEIR, 2016a).

O Ceir conta ainda com o Centro de Diagnóstico, que, por sua vez, já realizou 109.200 atendimentos, desde sua inauguração em 2011. Realiza mais de 100 tipos de procedimentos, como tomografia computadorizada, ressonância magnética, radiografia e ultrassonografia, exames laboratoriais, neurológicos, pneumológicos e urológicos, todos pelo SUS (CEIR, 2016a).

A qualidade do serviço prestado no Ceir pode ser aferida pelo número de atendimentos realizados desde sua inauguração até dezembro de 2015: 836.348 atendimentos. Em média, 1.747 pessoas são beneficiadas a cada mês e em um só dia pode efetuar até cinco atendimentos multiprofissionais na reabilitação, além da realização de exames no Centro de Diagnóstico e consultas na Oficina Ortopédica (CEIR, 2016b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tipo de modalidade de gestão abordado neste artigo otimiza recursos humanos e financeiros, além de primar pela qualidade nos procedimentos administrativos, transparência, desburocratização, descentralização de ações e informações e pela excelência no atendimento.

Dessa forma, as decisões tomadas são baseadas em visões plurais, buscando sempre representar os interesses da sociedade da melhor maneira possível, primando pela transparência e impessoalidade.

O modelo de gestão e parceria público-privada da Associação Reabilitar como empreendedora social é considerado sucesso e serve de referência para todo o país, em função da quantidade e da excelência na qualidade de atendimento, eficiência, eficácia e efetividade na área de saúde pública, sucesso que se reflete também na satisfação dos pacientes. Que a experiência possa vir a promover a realização de novas iniciativas como essa, visando o fortalecimento das práticas de saúde com base nas necessidades de saúde da população, contribuindo para resolver os seus problemas prioritários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *DATASUS Informações de Saúde – TABNET: indicadores de saúde: indicadores e dados básicos*, Brasil 2011: indicadores de mortalidade, 2010. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?idb2011/c08.def>>. Acesso em: 07 maio 2013.

_____. _____. indicadores de mortalidade, 2011. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?idb2011/c08.def>>. Acesso em: 10 maio 2014.

_____. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. *Manual de rotinas para atenção ao AVC*. Brasília, 2013. Disponível em: <http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_rotinas_para_atencao_avc.pdf>. Acesso em 09 maio 2013.

CENTRO INTEGRADO DE REABILITAÇÃO - CEIR. *CEIR em números: oficina ortopédica, CEIR móvel e centro de diagnóstico*. Piauí, 2016a. Disponível em: <[http://www.ceir.org.br/ckfinder/userfiles/files/OFICINA%20ORTOPEDICA%20E%20CENTRO%20DIAGNOSTICO%20ANO%202015\(2\).pdf](http://www.ceir.org.br/ckfinder/userfiles/files/OFICINA%20ORTOPEDICA%20E%20CENTRO%20DIAGNOSTICO%20ANO%202015(2).pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2016.

_____. _____. estatística consolidada. Piauí, 2016b. Disponível em: <[http://www.ceir.org.br/ckfinder/userfiles/files/ESTATISTICA%20CONSOLIDADA,%20PACIENTES%20ATENDIDOS%20E%20METAS%202015%20\(2\).pdf](http://www.ceir.org.br/ckfinder/userfiles/files/ESTATISTICA%20CONSOLIDADA,%20PACIENTES%20ATENDIDOS%20E%20METAS%202015%20(2).pdf)>. Acesso em 15 abr. 2016.

ERTA, M.; QUINTANA, A.; HIDALGO, J. Interleukin-6, a major cytokine in the central nervous system. *International Journal of Biology Science*, v. 8, p. 1254-1266, 2012.

GAUDÊNCIO, T. G.; LEÃO, G. de M. Epidemiologia do traumatismo crânio-encefálico: um levantamento bibliográfico no Brasil. *Revista Neurociencia*, v. 21, n. 3, p. 427-434, 2013.

HELMY, A.; VIZCAYCHIPI, M.; GUPTA, A. K. Traumatic brain injury: intensive care management. *British Journal Anaesthesia*, v. 99, n. 1, p. 32-42, 2007.

MARIK, P. E; VARON J.; TRASK T. Management of head trauma. *Chest*, v. 122, n. 2, p. 699-711, 2001.

MELO NETO, F. P. de; FROES, C. *Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro: da filantropia tradicional à filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

_____. *Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios: notas introdutórias. *Revista FAE*, v. 7, n. 2, p. 9-18, 2004.

OLIVEIRA, L. M. B. *Cartilha do censo 2010: pessoas com deficiência*. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. *Manual STEPS de acidentes vasculares cerebrais da OMS: enfoque passo a passo para a vigilância de acidentes vasculares cerebrais*. Genebra, 2006. Disponível em: <<http://www1.paho.org/portuguese/ad/dpc/nc/steps-stroke.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2013.

RIEDER, M. M. *Trauma raquimedular: aspectos epidemiológicos, de recuperação funcional e de biologia molecular*. 2014. 111 f. Tese (Doutorado)- Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SANTOS, F. et al. Traumatismo cranioencefálico: causas e perfil das vítimas atendidas no pronto-socorro de Pelotas/Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista Mineira de Enfermagem*, v. 17, n. 4, p. 882-887, 2013.

WORLD STROKE ORGANIZATION. *World Stroke Campaign: 1 in 6 people worldwide will have a stroke in their lifetime*. [S.l.]: Campaign Resources, 2012. Disponível em: <<http://www.worldstrokecampaign.org/2012/About/Pages/About.aspx>>. Acesso em: 07 maio 2013.

Redução da pobreza no Piauí: contabilizando a contribuição de seus determinantes imediatos

Vitor Hugo Miro Couto Silva

Doutor em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) - Fortaleza, CE - Brasil. Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC) - Fortaleza, CE - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/5332657654400413>

E-mail: vitormiro@gmail.br

Submetido em: 08/09/2016. Aprovado em: 25/07/2017. Publicado em: 31/12/2017.

RESUMO

Desde 2004, o estado do Piauí apresentou significativa redução do número de pessoas vivendo em situação de pobreza, seguindo os avanços em termos de redução da pobreza no Brasil. Com o objetivo de contribuir para a compreensão dessa mudança, este artigo aplica uma análise de decomposição, identificando em que medida determinantes imediatos da renda explicam a recente redução da pobreza. As estimativas obtidas mostram contribuições positivas da renda do trabalho, da renda proveniente de outras fontes e das transformações demográficas recentes. O resultado central aponta que a redução da pobreza no Piauí entre os anos de 2004 e 2014 se deve em grande medida ao crescimento da renda do trabalho.

Palavras-chave: Pobreza. Piauí. Decomposição.

Reduction of poverty in piauí: accounting the contribution of its immediate determinates

ABSTRACT

Since 2004, the state of Piauí showed a significant reduction in the number of people living in poverty, following the advances in poverty reduction in Brazil. Contributing to the understanding of the reduction of poverty in the state, this paper applies a decomposition analysis, quantify the effects of immediate income determinants for this recent decline of poverty. The obtained estimates show positive contributions of labor income, income from other sources and recent demographic changes. The main result shows that poverty reduction in Piauí between the years 2004 and 2014 is largely explained by the growth of labor income.

Keywords: *Poverty. Piauí. Decomposition.*

Reducción de la pobreza en Piauí: contabilizando la contribución de sus determinantes inmediatos

RESUMEN

Desde 2004, el estado de Piauí presentó una significativa reducción del número de personas que viven en situación de pobreza, siguiendo los avances en términos de reducción de la pobreza en Brasil. Con el objetivo de contribuir a la comprensión de este cambio, este artículo aplica un análisis de descomposición, identificando en qué medida determinantes inmediatos de la renta explican la reciente reducción de la pobreza. Las estimaciones obtenidas muestran contribuciones positivas de la renta del trabajo, del ingreso proveniente de otras fuentes y de las transformaciones demográficas recientes. El resultado central apunta que la reducción de la pobreza en Piauí entre los años 2004 y 2014 se debe en gran medida al crecimiento de la renta del trabajo.

Palabras clave: *Pobreza. Piauí. Descomposición.*

INTRODUÇÃO

O progresso em termos de redução da pobreza no Brasil nos últimos anos é significativo. Independentemente da medida e da linha de pobreza adotadas, observa-se forte redução da pobreza a partir do ano de 2004. Nesse ano, aproximadamente 26% da população brasileira era qualificada como pobre, uma proporção que representava quase 50 milhões de pessoas¹. Em 2014, a proporção de pobres estimada era de pouco mais de 10%, indicando ainda uma magnitude de mais de 21 milhões de pessoas em condição de pobreza. Tais informações permitem inferir a respeito da evolução em termos de redução de pessoas vivendo na situação de pobreza, mas indicam o tamanho do desafio que ainda persiste.

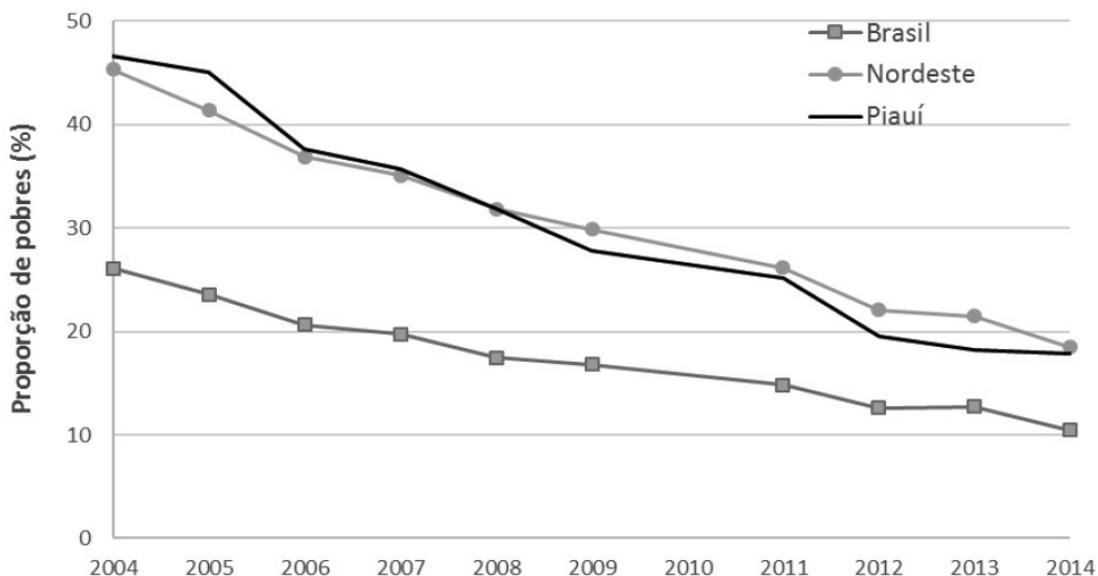
Dentre os estados da região Nordeste, reconhecidamente a mais pobre do país, o estado do Piauí foi uma das unidades da federação que mais avançaram na redução da quantidade de pessoas vivendo em situação de pobreza. No Piauí, a proporção de pessoas vivendo em domicílios (famílias) pobres diminuiu em mais de 50% entre os anos de 2004 e 2014.

Em números absolutos, em 2004 tinha-se mais de 1,3 milhão de pessoas em condição de pobreza no estado, e em 2014 esse número foi de aproximadamente 570 mil pessoas.

A proporção de pobres no estado foi reduzida em quase 30 pontos percentuais, de aproximadamente 46% em 2004 para cerca de 18% em 2014. A evolução desse indicador é apresentada no gráfico 1, que também mostra a evolução da pobreza no Brasil e na região Nordeste como parâmetros para a avaliação da redução observada no Piauí.

A pergunta que o presente estudo faz é: quais são os fatores que explicam a redução observada no indicador de pobreza no estado do Piauí? Para obter uma resposta, a análise empírica é baseada em um método de decomposição que permite estimar a contribuição de diferentes fatores para variações no indicador de pobreza. Em tal análise aplica-se um arcabouço analítico baseado nos métodos apresentados por Barros et al. (2006) e Azevedo et al. (2013). Uma das grandes vantagens desse arcabouço analítico é que ele é bastante intuitivo, facilitando a compreensão dos seus resultados.

Gráfico 1 – Evolução da Proporção de Pobres – Brasil, Nordeste e Piauí (2004 a 2014)



Fonte: Elaboração própria. Microdados da PNAD/IBGE.

¹ Foram empregadas linhas de pobreza calculadas e disponibilizadas pelo Instituto do Trabalho e Sociedade (Iets). A linha de pobreza é calculada com base em Rocha (1997).

O método de decomposição estima as contribuições de um conjunto de variáveis denominadas como seus determinantes imediatos da renda domiciliar *per capita*, por serem relacionados com esta diretamente por meio de uma identidade básica. Dentre esses determinantes estão aspectos demográficos (proporção de adultos no domicílio), a composição da renda familiar de acordo com suas fontes (renda do trabalho e renda derivada de outras fontes) e a taxa de ocupação no mercado de trabalho.

É importante ressaltar que os métodos de decomposições aplicados no presente estudo constituem um exercício contábil, sem a pretensão de identificar efeitos causais.

Assim como advertido em Azevedo et al. (2013), as decomposições são úteis na identificação de regularidades empíricas, permitindo que sejam focados os fatores quantitativamente mais importantes na descrição de mudanças na distribuição das variáveis de interesse.

No presente estudo trata-se da pobreza de forma absoluta, representada pela insuficiência da renda necessária para o atendimento de necessidades básicas. Adota-se a linha de pobreza proposta por Rocha (1997) e calculada pelo Instituto do Trabalho e Sociedade (Iets). Alternativamente, poderia ser empregada a linha de pobreza definida a partir dos decretos 7.492/2011 e 8.232/2014². No entanto, optou-se por uma linha de pobreza que considera as diferenças regionais, baseada em necessidades nutricionais e com critérios bastante aceitáveis na literatura nacional. Os dados utilizados são provenientes da base de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

² Em junho de 2011, no contexto do Plano Brasil sem Miséria, Decreto Presidencial No. 7.492, foram definidas como oficiais as linhas de pobreza e extrema pobreza, valores da renda domiciliar *per capita* de R\$70 e R\$140, respectivamente. Em 2014, o Decreto nº 8.232 atualizou os valores para R\$77 e R\$154.

De acordo com Barros et al. (2010), o desenvolvimento e a aplicação de métodos que permitam identificar e quantificar os determinantes últimos da pobreza e da desigualdade são de larga utilidade para o desenho de políticas de combate à pobreza e à desigualdade. Nesse sentido, a presente análise se justifica na importância de identificar os fatores que contribuíram para a redução da pobreza, permitindo melhor compreensão do fenômeno e provendo informações pertinente no âmbito das políticas de combate à pobreza.

Além desta introdução, o presente artigo conta com outras quatro seções. Na seção 2 apresenta-se uma análise da evolução da renda, da proporção de pobres e da desigualdade de renda no Piauí. Na terceira seção discute-se o método de decomposição adotado na análise empírica proposta pelo estudo. Na quarta seção são apresentados indicadores socioeconômicos definidos como determinantes da renda domiciliar *per capita* e que, dessa forma, são diretamente associados com mudanças no indicador de pobreza. Nessa seção também são mostrados os resultados da análise. Por fim, na última seção são feitas as considerações finais do estudo.

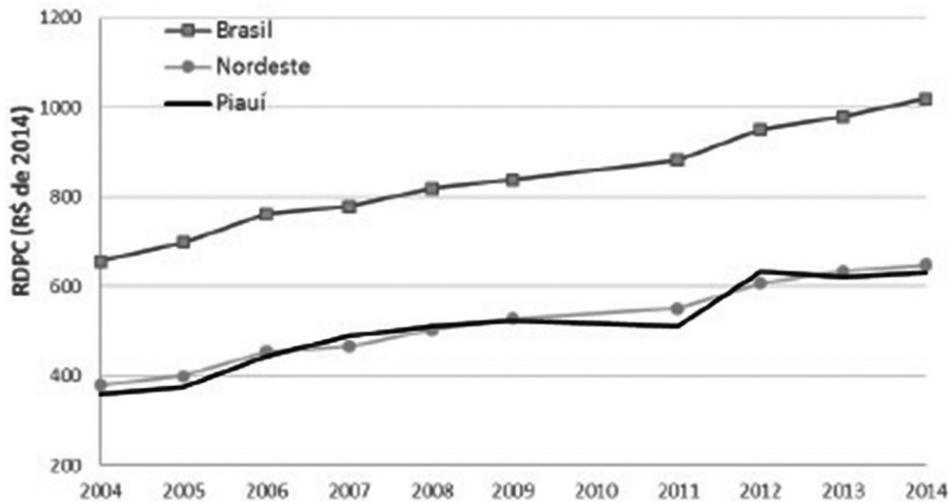
RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE NO PIAUÍ

Em termos absolutos, reduções na pobreza ocorrem quando a camada mais pobre da população obtém aumentos na sua renda. Segundo Barros et al (2007a e 2010), reduções na pobreza decorrem de dois eventos: crescimento econômico balanceado e redução na desigualdade na distribuição da renda. O primeiro eleva a renda real de todos os grupos e permite que os mais pobres auferam benefícios superiores à linha que delimita a condição de pobreza. O segundo reflete um aumento relativo da renda entre os mais pobres, superior ao dos grupos de renda mais elevada, e permite que eles tenham maior parcela da renda total. A situação ideal é aquela em que se tem os dois eventos ocorrendo juntos, e é isso que se observa no Piauí ao longo do período analisado.

Para captar o poder aquisitivo da população, utiliza-se o indicador da renda domiciliar *per capita* (*rdpc*), pois ele contempla todas as fontes de renda que uma família pode possuir, dividido pela quantidade de componentes da família. Expressa, portanto, a parcela da renda que é efetivamente apropriada por cada membro da família para seus gastos. O gráfico 2, a seguir, mostra a evolução da *rdpc* para o Brasil, para a região Nordeste e o estado do Piauí. Os valores da renda são reais, ou seja, livres do efeito da inflação³.

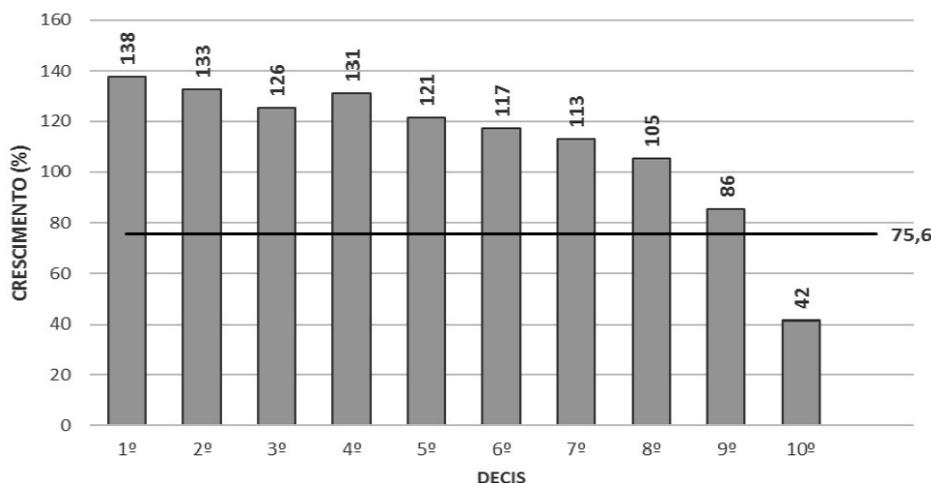
Mais importante que o simples crescimento da renda média, é observar o crescimento da renda nos diferentes pontos da distribuição. O gráfico 3 apresenta o crescimento da *rdpc* em cada decil da distribuição para o período 2004-2014. Estas estimativas mostram que que a *rdpc* cresceu em todos os estratos, e mais fortemente entre os mais pobres.

Gráfico 2 - Evolução da renda domiciliar *per capita* (em R\$ de 2014) – Brasil, Nordeste e Piauí (2004 a 2014)



Fonte: Elaboração própria. Microdados da PNAD/IBGE.

Gráfico 3 - Crescimento (%) da renda domiciliar *per capita* no Piauí (em R\$ de 2014) – média por decil da distribuição de renda (2004 a 2014)



Fonte: Elaboração própria. Microdados da PNAD/IBGE.

³ Preços de 2014 (set/out) – INPC. O método de correção dos preços segue a proposta de Corseuil e Foguel (2002).

Ao longo da década considerada, de modelo geral o crescimento da *rdpc* média foi de 75,6%; entre os 10% mais pobres foi de quase 140%, enquanto entre os 10% mais ricos foi de 42%. Esse crescimento da renda dos mais pobres possui implicações positivas no sentido de redução da desigualdade de renda.

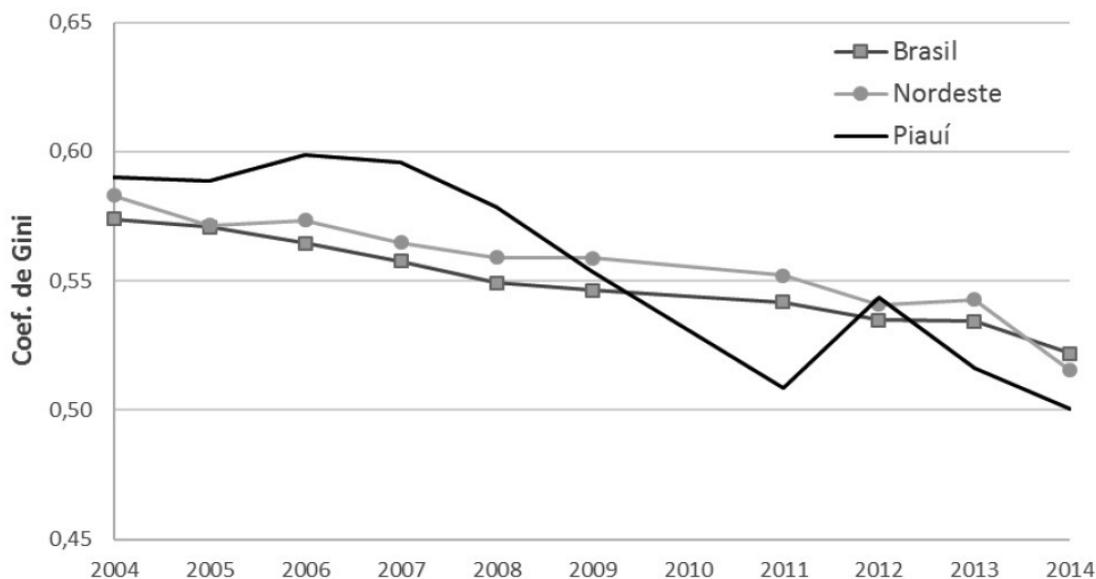
Como apontado na literatura, o Brasil vivenciou forte redução da desigualdade de renda após 2003 (BARROS et al., 2006, 2007a, 2007b e 2010). Essa redução também foi bastante significativa na região Nordeste e no estado do Piauí. O gráfico 4, a seguir, apresenta a evolução do valor do coeficiente de Gini para a *rdpc* entre 2004 e 2014 no Brasil, no Nordeste e no Piauí. Nele tem-se clara visualização da queda na desigualdade de renda nestas três dimensões geográficas.

ARCABOUÇO METODOLÓGICO: DETERMINANTES IMEDIATOS DA REDUÇÃO DA POBREZA

O arcabouço teórico apresentado nesta seção segue o proposto inicialmente em Barros et al. (2006), adaptado por Azevedo et al. (2013), e também presente em Inchauste et al. (2014). O método se baseia em uma série de identidades que, em conjunto, permitem relacionar a renda domiciliar *per capita* a um conjunto de variáveis denominadas seus determinantes imediatos. Dentre esses determinantes estão aspectos demográficos (proporção de adultos no domicílio), a composição da renda familiar de acordo com suas fontes (renda do trabalho e renda derivada de outras fontes) e a taxa de ocupação no mercado de trabalho.

Ao estabelecer a relação da renda domiciliar *per capita* a esses determinantes, torna-se viável avaliar como eles contribuem para mudanças na renda e nos indicadores que dela podem ser calculados, dentre eles os indicadores de pobreza monetária e desigualdade de renda.

Gráfico 4 - Evolução da desigualdade de renda (Índice de Gini) – Brasil, Nordeste e Piauí (2004 a 2014)



Fonte: Elaboração própria. Microdados da PNAD/IBGE.

Denotando por a renda do membro de uma família composta por n indivíduos (de forma que $i = 1, \dots, n$), a primeira identidade define a renda domiciliar *per capita* como a soma da renda individual e do número de indivíduos residentes no domicílio, da seguinte forma:

$$y = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n y_i \quad [1]$$

A renda domiciliar *per capita*, por sua vez, depende inicialmente de dois fatores: o número de membros e os rendimentos auferidos por seus membros. Considerando que apenas indivíduos adultos⁴ auferem algum tipo de renda, denotando o conjunto de adultos na família por A e o número de adultos na família por n_A , a renda domiciliar *per capita* depende do número de adultos, tal que:

$$y = \frac{n_A}{n} \left(\frac{1}{n_A} \sum_{i \in A} y_i \right) \quad [2]$$

De forma que a razão é a proporção de adultos no domicílio e o termo entre parênteses representa a renda média por adulto.

A renda da família e a renda dos adultos da família (assim como as versões em termos *per capita*), podem ser apresentadas em termos de suas fontes. Assim, de forma generalizada, pode-se definir a renda como a soma de dois componentes básicos: a renda derivada do trabalho w_i e a renda não derivada do trabalho v_i .

$$y = \frac{n_A}{n} \left(\frac{1}{n_A} \sum_{i=1}^n w_i + \frac{1}{n_A} \sum_{i=1}^n v_i \right) \quad [3]$$

As outras fontes de renda que não as atividades do trabalho incluem rendimentos de aposentadorias, pensões, transferências e rendimentos de aplicações de capital.

Por fim, a renda proveniente do trabalho em uma família é determinada pelo acesso de seus membros a postos de trabalho, ou seja, depende diretamente do número de adultos que estão empregados (n_o), e de suas respectivas remunerações, w . Assim, incorpore-se a taxa de ocupação (n_o/n_A) entre os adultos do domicílio, de modo a obter a seguinte expressão:

$$y = \frac{n_A}{n} \left(\frac{n_o}{n_A} \left(\frac{1}{n_o} \sum_{i=1}^n w_i \right) + \frac{1}{n_A} \sum_{i=1}^n v_i \right) \quad [4]$$

A expressão [4] pode escrita em uma forma simplificada:

$$y = a \cdot (o \cdot w + v) \quad [5]$$

Onde os termos são definidos como:

$$\begin{aligned} (\textit{proporção de adultos}) \quad a &= \frac{n_A}{n} \\ (\textit{taxa de ocupação}) \quad o &= \frac{n_o}{n_A} \\ (\textit{renda do trabalho por ocupado}) \quad w &= \left(\frac{1}{n_o} \sum_{i=1}^n w_i \right) \\ (\textit{renda de outras fontes por adulto}) \quad v &= \left(\frac{1}{n_A} \sum_{i=1}^n v_i \right) \end{aligned}$$

A expressão [5] apresenta variáveis que são definidas como determinantes imediatos do indicador de renda domiciliar *per capita* e de suas mudanças (BARROS et al. 2006). Essa expressão será a base da análise realizada no presente trabalho. A contribuição de cada um destes determinantes para a queda recente no indicador de pobreza será estimada avaliando como mudanças na distribuição destas variáveis podem afetar a distribuição de renda domiciliar *per capita*. Desse modo, uma medida de pobreza ou desigualdade baseada no indicador de renda pode ser descrita como uma função dessas variáveis.

⁴ Adotando a mesma definição de População em Idade Ativa adotada pelo IBGE, consideraremos como adultos os indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos.

Seguindo esse raciocínio, a renda *per capita* de uma família pode ser escrita da seguinte forma:

$$y = a(r + u \cdot w) \quad [6]$$

Logo, qualquer mudança na distribuição da renda y tem de estar relacionada com alguma mudança na distribuição conjunta dos seus determinantes imediatos, a saber, a , r , u e w . Indicadores de pobreza e desigualdade de renda, construídos com base em uma medida de renda *per capita* são, assim, diretamente afetados por mudanças nesses fatores.

Suponha-se que temos dados para a renda *per capita* das famílias em dois períodos de tempo, que didaticamente iremos chamar de período 0 e período 1. A variação na renda *per capita* pode ser escrita como:

$$\Delta y = \Delta y_1 - \Delta y_0 \quad [7]$$

Em que Δy é a variação na renda *per capita*, y_1 é a renda *per capita* observada no período 1 e y_0 é a renda *per capita* observada no período 0. Alternativamente, pode-se escrever que a variação nesse indicador de renda considera a variação explicada por cada um de seus determinantes da seguinte forma:

$$\Delta y = \Delta y_a + \Delta y_r + \Delta y_u + \Delta y_w \quad [8]$$

A parcela da mudança na renda que pode ser atribuída à mudança na percentagem de adultos na família é dada por:

$$\Delta y_a = a_1(r_0 + u_0 \cdot w_0) - a_0(r_0 + u_0 \cdot w_0) \quad [9]$$

Após verificar o efeito de uma mudança na percentagem de adultos na família, a parcela decorrente da mudança na renda não proveniente do trabalho é dada por:

$$\Delta y_r = a_1(r_1 + u_0 \cdot w_0) - a_1(r_0 + u_0 \cdot w_0) \quad [10]$$

Igualmente, as mudanças em decorrentes de mudanças em e são dadas, respectivamente, por:

$$\Delta y_u = a_1(r_1 + u_1 \cdot w_0) - a_1(r_1 + u_0 \cdot w_0) \quad [11]$$

$$\Delta y_w = a_1(r_1 + u_0 \cdot w_1) - a_1(r_1 + u_1 \cdot w_0) \quad [12]$$

Com base nesse desenvolvimento, é possível calcular a contribuição de cada determinante imediato sobre a redução no indicador de pobreza evidenciado no Piauí entre 2004 e 2014.

É oportuno ressaltar que os métodos de decomposições aplicados no presente estudo constituem um exercício contábil, sem a pretensão de identificar efeitos causais. Assim como advertido em Azevedo et al. (2013), as decomposições são úteis na identificação de regularidades empíricas, permitindo que sejam focados os fatores quantitativamente mais importantes na descrição de mudanças na distribuição das variáveis de interesse.

A partir da estimação da renda *per capita* de cada família pode-se obter um indicador de pobreza da seguinte forma:

$$P = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N I(y_i < lp) \quad [4]$$

Onde P denota a proporção de pobres (ou extremamente pobres) em uma população de tamanho N , I é uma variável binária que assume valor 1 se a renda y_i é inferior a linha de pobreza adotada lp , e zero caso contrário.

Azevedo et al. (2013) seguem o método proposto inicialmente por Barros et al. (2006), mas contribuem ao incorporar três novidades:

- avaliar a pobreza calculada por um indicador de consumo, em vez de renda;
- calcular o efeito acumulado das mudanças, garantindo que a soma dos componentes seja igual ao valor total do indicador de pobreza;
- ao calcular a contribuição de cada fator, empregam estimativas com base no método de Shapley-Shorrocks, evitando problemas de *path-dependence*.

A primeira mudança é importante ao se analisarem dados de pesquisas amostrais domiciliares para diversos países, pois em grande parte deles medidas de pobreza utilizam o consumo.

Esse não é o caso das principais pesquisas por amostra de domicílios no Brasil, em particular, da Pnad. Já as duas outras mudanças são interessantes e serão incorporadas aqui.

A segunda envolve uma mudança direta no método de decomposição em que a identificação da contribuição de interações entre as variáveis não é realizada. A contribuição das mudanças em cada uma das variáveis e suas interações com todas as outras variáveis é calculada como a diferença entre os contrafactuais acumulados.

Por fim, a terceira mudança, também de cunho metodológico, busca uma alternativa para solucionar o problema de *path-dependence*. A sequência em que a decomposição é realizada, e em que os efeitos são calculados, possui interferência direta nos resultados.

Assim, a contribuição de cada variável é obtida segundo um procedimento proposto por Shorrocks (2013), com base no valor de Shapley (SHAPLEY, 1953). Esse procedimento envolve o cálculo da contribuição marginal de cada variável sobre o indicador de interesse considerando todos os possíveis ordenamentos na sequência de decomposição e então obtendo o valor médio dos resultados. O efeito médio de cada variável é conhecido como estimativa de Shapley-Shorrocks.

Assim, como apresentado em Azevedo et al. (2013), o quadro 1 apresenta uma das sequências possíveis para o procedimento de decomposição da mudança em um indicador de desigualdade ou pobreza.

Quadro 1 – Método para decompor mudanças em um indicador de desigualdade – uma das sequências possíveis

Passo	Estimativa	Variável mensurada
1.	$\theta_A = \Theta (F(a_A, o_A, w_A, v_A))$	Indicador inicial é θ_A .
2.	$\hat{\theta}_1 = \Theta (F(a_B, o_A, w_A, v_A))$	Contribuição da proporção de adultos é $\hat{\theta}_1 - \theta_A$.
3.	$\hat{\theta}_2 = \Theta (F(a_B, o_B, w_A, v_A))$	Contribuição da taxa de ocupação é $\hat{\theta}_2 - \hat{\theta}_1$.
4.	$\hat{\theta}_3 = \Theta (F(a_B, o_B, w_A, v_B))$	Contribuição da renda “não-trabalho” é $\hat{\theta}_3 - \hat{\theta}_2$.
5.	$\theta_B = \Theta (F(a_B, o_B, w_B, v_B))$	A contribuição da renda do trabalho é $\hat{\theta}_3 - \hat{\theta}_3$ e o Indicador final é $\hat{\theta}_B$.

Fonte: Elaboração própria com base em Azevedo et al. (2013).

CONTABILIZANDO A CONTRIBUIÇÃO DOS DETERMINANTES PARA A REDUÇÃO DA POBREZA NO PIAUÍ ENTRE 2004 E 2014

O indicador referente à proporção de pobres e as variáveis correspondentes aos determinantes imediatos foram estimados com base nos dados da Pnad. A presente análise se limita ao período 2004-2014, que envolve claramente a nova tendência de queda nas taxas de pobreza. A análise da redução da pobreza nessa década também considera dois subintervalos de tempo, 2004-2009 e 2009-2014.

UMA ANÁLISE DESCRITIVA DOS DETERMINANTES IMEDIATOS DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA

Com base nestes dados, estimativas da *rdpc* média, global e para os decis da distribuição, são apresentados na tabela 1, a seguir. Como já havia sido mostrado no gráfico 3, a *rdpc* revelou crescimento aproximado de 75%. Esse crescimento foi maior nos primeiros decis da distribuição.

Na tabela 1 também são apresentados valores estimados para a proporção de adultos, a taxa de ocupação dos adultos, e valores médios para a renda derivada do trabalho e a renda proveniente de outras fontes; também para os decis da distribuição.

Ao longo do período considerado tem-se o aumento da população em idade ativa, uma dinâmica demográfica marcante no contexto analisado, uma vez que amplia o contingente de pessoas aptas a exercerem atividades econômicas e o potencial de geração de renda⁵. A proporção média de adultos nos domicílios aumentou aproximadamente 5 pontos percentuais ao longo da década avaliada. Com exceção dos domicílios no segundo decil, a proporção cresceu mais acentuadamente nos segmentos de renda mais elevada.

Entretanto, em conjunto com essa dinâmica demográfica, no mercado de trabalho observa-se a redução da taxa de ocupação média dos adultos ao longo da distribuição de renda, com exceção dos dois décimos de renda mais elevada.

É importante dizer que a redução da taxa de ocupação não significa necessariamente um aumento da taxa de desemprego. Esse movimento pode ser explicado pela redução na taxa de participação de jovens, que prolongam a vida escolar, e adultos que já se encontram em idade para se aposentar. Muito dessa dinâmica de redução da taxa de participação, principalmente entre os jovens, é explicada na literatura por acréscimos na renda domiciliar (CABANAS et al., 2014).

A renda do trabalho apresentou crescimento significativo entre 2004 e 2014, de quase 70%. O maior crescimento ocorreu entre as famílias abaixo da mediana na distribuição da renda, com exceção daqueles entre os 10% mais pobres. Os rendimentos do trabalho mostraram um crescimento real de 143%, 150% e de 162% entre os que estavam nos segundo, terceiro e quarto décimos da distribuição da renda, respectivamente.

Por sua vez, a renda não derivada do trabalho também teve crescimento significativo no período, de aproximadamente 63%. Esse crescimento ocorreu principalmente entre os estratos de renda

mais baixa. No primeiro decil da distribuição da renda, ou seja, entre os 10% mais pobres, a renda não proveniente do trabalho cresceu mais de 300%. Nesse segmento, a renda não trabalho tem como fonte principal os programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família.

A CONTRIBUIÇÃO DOS DETERMINANTES IMEDIATOS PARA A REDUÇÃO DA POBREZA

Nessa seção apresentam-se os resultados da aplicação do método citado na terceira seção, que permite avaliar a contribuição dos fatores apontados como determinantes imediatos da renda para a redução no indicador de pobreza – proporção de pobres. A aplicação da decomposição é realizada com o uso da rotina computacional proposta por Azevedo et al. (2012). Os resultados são sumarizados no gráfico 5, que mostra as contribuições percentuais de cada um dos determinantes imediatos para a redução de pobreza observada no período considerado.

A análise permite verificar que dos quatro determinantes, a renda proveniente do trabalho foi o fator principal. Considerando todo o período analisado (2004-2014), pode-se atribuir aos rendimentos provenientes do trabalho 70% da redução no indicador de pobreza. Essa contribuição foi mais acentuada nos anos mais recentes. Entre 2009 e 2014, o aumento real dos rendimentos do trabalho explicam aproximadamente 78% da redução da pobreza no Piauí. Essa expressiva contribuição se deve ao peso da renda do trabalho (basicamente salários) na renda familiar total, que no Piauí figurou sempre acima de 60% no período analisado.

A taxa de ocupação, por sua vez, não apresentou contribuição positiva para a redução da pobreza. O sinal do efeito médio de mudanças na proporção de adultos ocupados foi contrário à redução da pobreza. Como posto anteriormente, houve uma contração da oferta de trabalho do primeiro ao oitavo décimo da distribuição da renda. A relação estatística avaliada pode estar apenas captando esse movimento em associação com a forte redução da pobreza no período analisado uma vez que não há evidências semelhantes na literatura.

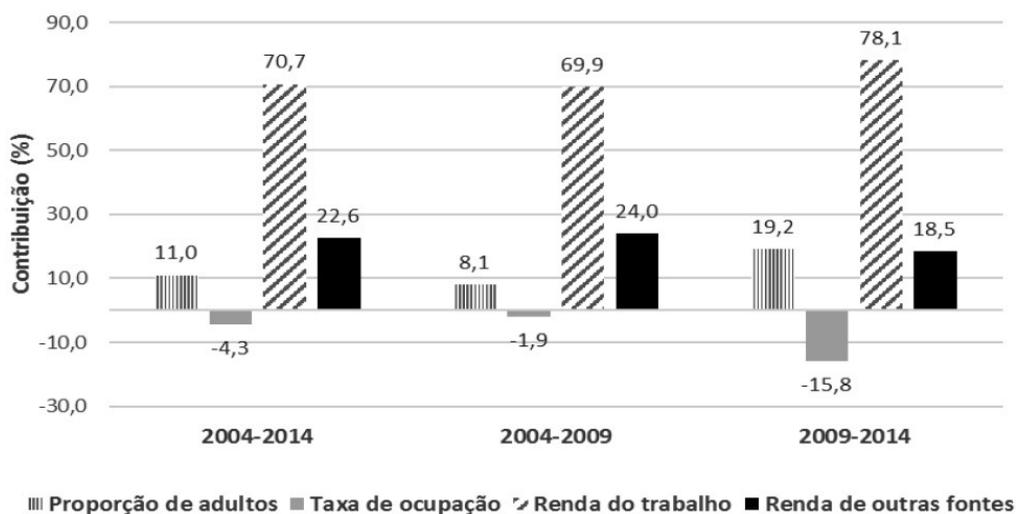
⁵ Wajman et al. (2007) explicam que a proporção de adultos em um domicílio é uma medida sintética de um largo espectro de características demográficas que potencialmente afetam a composição das rendas familiares e, portanto, sua situação de pobreza.

Tabela 1 – Mudança na renda domiciliar *per capita* média e seus determinantes imediatos segundo decis (2004, 2009 e 2014)

Renda domiciliar <i>per capita</i>											
	Média	Decis (média)									
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
2004	358,3	33,0	69,8	103,6	132,0	167,1	207,3	259,9	340,7	497,8	1778,4
2009	523,6	57,7	112,0	157,5	208,6	268,3	327,3	415,9	549,9	802,8	2345,7
2014	629,3	78,4	162,6	233,6	305,2	370,0	450,4	553,4	699,9	924,2	2518,2
Proporção de adultos											
	Média	Decis (média)									
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
2004	70,9	56,8	57,5	61,3	65,4	70,5	74,1	77,2	77,6	83,9	84,8
2009	72,8	55,0	55,0	62,2	67,2	72,2	72,3	81,7	86,7	88,2	87,2
2014	76,0	57,9	66,8	64,7	69,9	74,3	76,8	85,0	87,9	90,5	86,5
Taxa de Ocupação											
	Média	Decis (média)									
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
2004	72,6	70,4	78,6	75,9	76,1	71,5	74,1	73,8	68,7	68,1	69,0
2009	70,3	67,4	76,4	70,8	69,6	71,8	70,9	67,8	66,0	73,6	68,4
2014	67,8	66,7	61,7	65,2	67,5	64,5	70,3	68,1	61,9	76,9	75,0
Renda derivada do Trabalho											
	Média	Decis (média)									
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
2004	503,8	65,7	134,0	196,0	217,7	248,2	295,5	343,0	525,4	645,0	2438,5
2009	724,7	112,3	228,0	302,8	363,5	424,3	486,4	506,0	579,7	1037,2	3354,9
2014	853,3	77,2	325,9	489,5	570,2	577,3	671,4	687,7	858,6	956,7	3268,9
Renda não derivada do Trabalho											
	Média	Decis (média)									
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
2004	154,9	28,9	41,3	57,0	75,5	102,5	101,9	129,5	142,3	227,8	644,1
2009	216,2	54,4	84,5	93,3	115,5	124,6	174,8	218,3	300,9	264,0	734,7
2014	252,7	117,4	102,4	123,4	119,0	202,6	188,9	243,4	345,5	349,4	736,1

Fonte: Elaboração Própria. Microdados da PNAD/IBGE.

Gráfico 5 - Contribuição percentual dos determinantes imediatos para a redução da proporção de pobres no Piauí (2004-2014)



Fonte: Elaboração própria. Microdados da PNAD/IBGE.

Após os rendimentos do trabalho, a renda proveniente de outras fontes também mostrou contribuição significativa para a queda no indicador de proporção de pessoas pobres no Piauí. Na década considerada, as rendas não derivadas do trabalho explicam mais de 22% da redução da pobreza. Essa contribuição ocorreu principalmente entre 2004 e 2009, e como mostrado anteriormente, e rendimentos dessa natureza apresentaram maior crescimento entre as famílias pobres. Essa estimativa revela forte evidência da contribuição das transferências de renda nos primeiros anos de vigência do Programa Bolsa Família.

A contribuição positiva da proporção de adultos é condizente com as transformações demográficas recentes, como a redução na taxa de natalidade e o relativo envelhecimento da população. No Piauí, essas transformações, representadas aqui pelo aumento no número médio de adultos nos domicílios, explicam 11% da redução na pobreza entre 2004 e 2014. O efeito das mudanças demográficas foram ainda mais intensas após 2009, uma vez que a contribuição do aumento na proporção de adultos para a redução da pobreza entre 2009 e 2014 foi em torno de 19%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado do Piauí obteve significativa redução do número de pessoas vivendo em situação de pobreza nos últimos anos. Com o objetivo contribuir para a compreensão dessa mudança, o presente trabalho apresenta uma análise de decomposição com o objetivo de explicar a redução no número de pessoas vivendo em situação de pobreza no estado.

O objetivo da análise é estimar a contribuição de fatores relacionados com as mudanças demográficas, emprego, renda do trabalho e renda de outras fontes. Seguindo Barros et al. (2006, 2007a, 2007b e 2010), tais variáveis são vistas como determinantes imediatos da renda domiciliar *per capita*, por estarem relacionadas diretamente a este conceito por meio de uma identidade básica.

As estimativas obtidas mostram contribuições positivas da renda do trabalho, da renda proveniente de outras fontes e das transformações demográficas recentes. Mas o resultado central aponta que a redução da pobreza no Piauí na década delimitada pelos anos de 2004 e 2014 se deve em grande medida ao crescimento da renda recebida pelas famílias a partir de suas atividades laborais. A renda do trabalho responde por mais de 70% da redução da pobreza no período.

Essa evidência é importante ao mostrar que, apesar das políticas de transferência de renda serem bastante efetivas na redução da pobreza, o mercado de trabalho e os rendimentos auferidos neste constituem a principal via para a geração de renda e inclusão social. O ponto básico a ser considerado, seja no âmbito das ações de políticas, ou mesmo para futuras investigações, é como promover o crescimento sustentado da renda do trabalho, com base no aumento da produtividade dos trabalhadores. O caminho para isso é bastante conhecido na literatura: investimentos em educação e capital humano.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, J. P.; NGUNYEN, M. C.; SANFELICE, V. *ADECOMP*: stata module to estimate shapley decomposition by components of a welfare measure: statistical software components S457562. Boston: Boston College Department of Economics, 2012.
- _____. et al. *Is labor income responsible for poverty reduction?: a decomposition approach: a decomposition approach*. Washington: World Bank, 2013. (World Bank Policy Research Working Paper, n. 6414).
- BARROS, R. P. et al. Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. *Econômica*, v. 8, n. 1, p.117-147, jun. 2006.
- _____. A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Ipea, 2007a. Cap. 10.
- _____. Determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda brasileira. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Ipea, 2007b. Cap. 12.
- _____. *Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2010. (Texto para Discussão, n. 1.460).
- BOURGUIGNON, F.; FERREIRA, F. H. G.; LUSTING, N. E. (Ed.). *The microeconomics of income distribution dynamics*. Washington, DC: World Bank, 2005.
- CABANAS, P.; KOMATSU, B. K.; MENEZES FILHO, N. A. Crescimento da renda e as escolhas dos jovens entre os estudos e o mercado de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 42., 2014, Natal. *Anais...* Natal: [s.n.], 2014.
- CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. *Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE*. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. (Texto para Discussão, n. 897).
- INCHAUSTE, G. et al. *Understanding changes in poverty*. Washington: World Bank, 2014. (World Bank Publications, 2014).
- ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- _____. Do consumo observado à linha de pobreza. *Pesquisa de Planejamento Econômico*, v. 27, n. 2, p. 313-352, 1997.
- SHAPLEY, L. A value for n-person games. In: KUHN, H. W.; TUCKER, A. W. (Ed.). *Contributions to the theory of games*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1953. V. 2.
- SHORROCKS, A. F. Decomposition procedures for distributional analysis: a unified framework based on the Shapley value. *Journal of Economic Inequality*, p. 1-28, 2013.
- WAJNMAN, S.; TURRA, C. M.; AGOSTINHO, C. S. Estrutura domiciliar e distribuição da renda familiar no Brasil. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Ipea, 2007. Cap. 14.

Fórum de Economia Popular Solidária de Teresina – PI: protagonismo histórico e social¹

Rosângela Maria Sobrinho Sousa

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) – SP, Brasil. Diretora da Unidade de Gestão do Sistema Único de Assistência Social da Secretaria de Assistência Social e Cidadania Governo do Estado do Piauí - PI, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/1038860074407811>

E-mail: rosangela13sousa@gmail.com

Ana Lavínia da Fonseca Soares Daniel

Graduação em andamento em Serviço Social pelo Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Professor Camillo Filho, (ICF), Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/7060470588246229>

E-mail: analaviniasoares@hotmail.com

Laís Rejane Cardoso Cavalcante Lacerda

Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Professor Camillo Filho (ICF), Teresina – Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/2390015139559866>

E-mail: lais-rejane@hotmail.com

Nágela Maria Carvalho de Sousa

Graduação em Serviço Social pelo Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Professor Camillo Filho (ICF), Teresina – Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/9867439945074188>

E-mail: nagelamaria27@hotmail.com

Submetido em: 16/06/2016. Aprovado em: 13/06/2017. Publicado em: 15/07/2017.

RESUMO

Trata-se de abordagem exploratória com o objetivo de analisar a trajetória do Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí, Brasil. Para a consecução do proposto, a revisão de literatura contempla o trinômio Economia Solidária, Poder Público e participação social, sem relegar aspectos históricos alusivos ao referido Fórum. Os procedimentos metodológicos per se incorporam pesquisa documental e de campo. A primeira prioriza o acervo da Secretaria Executiva do Fórum; a segunda compreende entrevistas semiestruturadas aplicadas junto a integrantes do Fórum. Dentre os resultados referentes ao protagonismo do Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí, destacam-se o conceito de Economia Solidária; a estrutura organizacional e a dinâmica da instituição; os desafios e avanços vivenciados. Ao final, infere-se que o Fórum representa marco de democracia e de mudanças na sociedade local, uma vez que se caracteriza como a própria participação da sociedade civil em conjunto com o Governo na conquista para a efetivação de políticas públicas, embora ainda haja longo caminho a percorrer, como ocorre com iniciativas desta natureza.

Palavras-chave: Economia Popular Solidária. Economia Solidária. Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí. Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí.

¹ Relatório de Projeto de Iniciação Científica, desenvolvido junto à Coordenadoria de Serviço Social do Instituto Camillo Filho, Teresina – Piauí, envolvendo uma docente-pesquisadora e três alunas do Curso de Graduação em Serviço Social, duas das quais bolsistas do Instituto. Esclareça-se que a docente fez o seu doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e é docente aposentada da Universidade Federal do Piauí.

Forum of Popular Solidarity Economy of Teresina – Piauí, Brazil: historical and social leadership²

ABSTRACT

It is an exploratory approach with the objective of analyzing the trajectory of the Municipal Forum of Popular Solidarity Economy of Teresina - Piauí, Brazil. In order to achieve this, the literature review contemplates the Solidarity Economy, Public Power and Social Participation trinomial, without relegating historical aspects alluding to the Forum. The methodological procedures per se incorporate documentary and field research. The first one prioritizes the collection of the Executive Secretariat of the Forum; the second comprises semi-structured interviews with members of the Forum. Among the results related to the protagonism of the Municipal Forum of Popular Solidarity Economy of Teresina - Piauí, stand out the concept of Solidarity Economy; the organizational structure and dynamics of the institution; the challenges and advances experienced. In the end, it is inferred that the Forum represents a framework of democracy and changes in local society, since it is characterized as the participation of civil society in conjunction with the Government in the conquest for the implementation of public policies, although there is still a long way to go, as with initiatives of this nature.

Keywords: *Popular solidarity economy. Solidarity economy. Popular solidarity economy of Teresina - Piauí. Municipal Forum of Popular Solidarity Economy of Teresina - Piauí.*

Foro de Economía Popular Solidaria de Teresina - Piauí, Brasil: protagonismo histórico y social³

RESUMEN

Se trata de enfoque exploratorio con el objetivo de analizar la trayectoria del Foro Municipal de Economía Popular Solidaria de Teresina - Piauí, Brasil. Para la consecución de lo propuesto, la revisión de literatura contempla el trinomio Economía Solidaria, Poder Público y participación social, sin relegar aspectos históricos alusivos al referido Foro. Los procedimientos metodológicos per se incorporan investigación documental y de campo. La primera prioriza el acervo de la Secretaría Ejecutiva del Foro; la segunda comprende entrevistas semiestructuradas aplicadas junto a integrantes del Foro. Entre los resultados referentes al protagonismo del Foro Municipal de Economía Popular Solidaria de Teresina - Piauí, se destacan el concepto de Economía Solidaria; la estructura organizativa y la dinámica de la institución; los desafíos y avances vivenciados. Al final, se infiere que el Foro representa un marco de democracia y de cambios en la sociedad local, ya que se caracteriza como la propia participación de la sociedad civil en conjunto con el Gobierno en la conquista para la efectivación de políticas públicas, aunque todavía hay largo el camino a recorrer, como ocurre con iniciativas de esta naturaleza.

Palabras clave: *Economía popular solidaria. Economía solidaria. Economía popular solidaria de Teresina - Piauí. Foro Municipal de Economía Popular Solidaria de Teresina - Piauí.*

² Report of the Scientific Initiation Project, developed by the Coordination of Social Service of the Camillo Filho Institute, Teresina - Piauí, involving a researcher and three students of the Undergraduate Program in Social Work, two of whom are fellows from the Institute. It is clarified that the professor did his doctorate at the Pontifical Catholic University of São Paulo and is a retired professor at the Federal University of Piauí.

³ Relatório de Projeto de Iniciação Científica, desenvolvido junto a la Coordenadoria de Serviço Social del Instituto Camillo Filho, Teresina – Piauí, con la participación de docente-investigadora y tres alumnas del Curso de Graduación en Servicio Social, dos de las cuales becarios del Instituto. Se aclara que la docente hizo su doctorado en la Pontificia Universidad Católica de São Paulo y es docente jubilada de la Universidad Federal de Piauí.

INTRODUÇÃO

O estudo refere-se à abordagem exploratória com base em pesquisa bibliográfica e documental, com vistas a analisar as razões intrínsecas e extrínsecas determinantes da trajetória histórica e do funcionamento do Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí (FMEPS – TE), incluindo contextualização, organização, dinâmica de funcionamento e principais entraves e avanços presentes na caminhada. Isto porque fundamenta-se no pressuposto de que a instância em questão contribui para originar ou fortalecer iniciativas populares e governamentais de geração de trabalho e renda, objetivando a melhoria das condições de vida de considerável parcela da população teresinense, ao tempo em que proporciona a organização de empreendimentos econômicos solidários (EES), do poder público (PP) e de entidades de assessoria e fomento (EAF) atuantes na área de economia solidária (ES). Pretende-se, ainda, contribuir para o aprimoramento e a consolidação da participação social junto às políticas públicas na área de ES, numa perspectiva crítica e de reafirmação de direitos dos cidadãos.

Para a consecução do proposto, a pesquisa documental ocorre entre setembro e outubro de 2014 e a pesquisa de campo data de outubro a dezembro do mesmo ano. A primeira prioriza o acervo da Secretaria Executiva do Fórum, tomando como referência atas e relatórios de reuniões; listas de frequência e convocatórias de atividades; deliberações e encaminhamentos adotados. A segunda compreende entrevistas semiestruturadas, com roteiro preestabelecido contendo nove questões relacionadas com os itens – levantamento histórico; aspectos conceituais, organizacionais e legais; desafios e conquistas. À época, o instrumento de coleta é aplicado a 14 (19,18%) integrantes do fórum, dentre o total de 73, selecionados em diferentes organizações envolvidas com a ES, dos quais 51 atuam como

membros do referido Fórum. Mediante a técnica de amostragem não probabilística por fácil acesso ou acesso mais fácil ou amostragem de conveniência,

quando a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende, ao menos em parte, do julgamento do pesquisador no sentido de que a seleção recai em membros mais acessíveis do universo, dentre as 14 unidades amostrais, oito são oriundos dos EES; dois, do PP; e quatro de entidades de assessoria e fomento, observando-se o princípio da paridade recomendado no Regimento Interno do FMEPS – TE.

Outra medida observada consiste na apresentação adequada de documentos obrigatórios para submissão do projeto ao Comitê de Ética da Pesquisa (CEP), conforme disciplina a Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, o qual aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Por conseguinte, a pesquisa tem início tão somente após sua aprovação na instância ora referida. Também é relevante ressaltar que, quando da apresentação dos resultados centrais, como nesta etapa da investigação, não é objetivo da pesquisa cotejar a posição dos representantes das organizações envolvidas, as respostas são apresentadas sempre sem confrontá-las segundo sua origem ou qualquer outra dimensão.

ECONOMIA SOLIDÁRIA, PODER PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Nos últimos anos, em todas as partes do mundo, vem se ampliando a adesão às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na autogestão democrática, na cooperação, na solidariedade, no respeito à natureza, na promoção da dignidade e na valorização do trabalho humano, tendo em vista um projeto de desenvolvimento sustentável, global e coletivo. É preciso reafirmar que a cooperação entre os indivíduos se inicia desde que o homem percebe maior eficiência nas atividades em que passa a contar com a ajuda de seus semelhantes. As primeiras cooperativas, como se conhece hoje, datam do final do século XVIII, no continente europeu, especificamente, na Inglaterra (BRASIL, [20--]).

No Brasil, a Economia Popular Solidária tem sua origem histórica nas práticas produtivas associativas e solidárias entre membros de uma mesma comunidade, etnia ou classe social (BRASIL, 2003, 2013). O Estado brasileiro vivencia visível transformação social em virtude da ampla e crescente crise do trabalho intensificada a partir dos anos 80 do século XX. Essa crise se faz sentir em diferentes instâncias. Dentre elas: a desindustrialização que implica a perda de milhões de postos de trabalho; a abertura do mercado, que acirra a competência global e o desassalariamento em massa; o desemprego maciço e de longa duração. Diante de tantas mudanças, o governo brasileiro assume compromissos no tocante à participação social, destacando-se seu reconhecimento como direito legítimo, à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição da República Federativa do Brasil, ano 1988.

De fato, desde 2003, o governo federal passa a investir na construção de uma política nacional de Economia Solidária, reconhecendo o acúmulo de esforços de milhares de organizações da sociedade civil e de governos estaduais e municipais. Para viabilizar tal intento, o governo institui a Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Quer dizer, a trajetória da política pública de ES é percebida como conquista social genuína e legítima, o que significa ser fundamental compreender a visão gramsciana de Estado, sobretudo, em sua concepção sobre a superestrutura:

A sociedade política está constituída pelos órgãos das superestruturas encarregados de implementar a função de coerção e domínio, ao passo que a sociedade civil é conformada pelo conjunto de organismos, usualmente considerados “privados”, que possibilita a direção intelectual e moral da sociedade mediante a formação do consenso e a adesão das massas. A trama da sociedade civil é formada por múltiplas organizações sociais, de caráter cultural, educativo e religioso, mas também político e, inclusive, econômico. Por seu intermédio, difundem-se a ideologia, os interesses e os valores da classe que domina o Estado, e se articulam o consenso e a direção intelectual e moral do conjunto social. Nela se forma a vontade coletiva, se articula a estrutura material da cultura e se organiza o consentimento e adesão das classes dominadas (ACANDA, 2006, p. 175).

Nesta perspectiva, e com base na posição de Gramsci, no contexto italiano de sua época, entende-se como válida a ideia de dilatar a comissão interna, constituída, em 1905, na empresa Ítala, e, então, reunir um conselho operário de empregados e técnicos:

As comissões internas são órgãos da democracia operária, que devem ser libertados das limitações impostas pelos empresários e aos quais deve infundir vida nova e energia. Hoje, as comissões internas limitam o poder do capitalismo na fábrica e desempenham funções de arbitragem e de disciplina. Desenvolvidas e enriquecidas, deverão ser amanhã os órgãos do poder proletário, que substitui o capitalismo em todas as suas funções úteis de direção e de administração (GRAMSCI, 1954, *apud* WANDERLEY, 2012, p.147).

Na história brasileira, argumenta o autor supracitado, está patenteada a complexidade dos conselhos de fábrica e dos conselhos populares. No entanto, ainda que controversas, é quando surgem como alternativas as experiências de ES. A depender das especificidades e dos limites de cada situação concreta, certos aportes gramscianos podem ser identificados na Economia Solidária:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém (SINGER, 2002, *apud* WANDERLEY, 2012, p. 147).

Para o filósofo australiano Peter Albert David Singer, a ES consiste em outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Baseia-se, ainda, na autogestão e, sobretudo, em lutas emancipatórias que modifiquem as instituições para a concretização de práticas democráticas e constituição de redes cooperativas. Tal confronto torna-se mais e mais comprometedor, uma vez que o capitalismo prevalece há tanto tempo

que paira certa tendência para considerá-lo “normal ou natural.” Neste sentido, a economia de mercado deve ser cada vez mais competitiva diante da existência de sociedades profundamente desiguais. É ainda esse autor quem diz:

[...] o capitalismo produz desigualdade crescente, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Enquanto os primeiros acumulam capital, galgam posições e avançam nas carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores, são despedidos ou ficam desempregados até que se tornem inempregáveis, o que significa que as derrotas os marcam tanto que ninguém mais quer empregá-los [...] (SINGER, 2002, p. 8).

Para superar tal situação e até como estratégia de sobrevivência, as vítimas da crise lutam por sua inserção mediante diferentes estratégias, incluindo o trabalho autônomo, individual ou de forma associativa. Dentre tais iniciativas, destaca-se o movimento de ES, em que a economia é entendida como um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é necessário para viver. Dito de outra forma, a base da Economia Solidária é constituída por relações de cooperação e do fortalecimento do grupo e das comunidades.

Isto é, cada membro do grupo pensa irreversivelmente no bem de todos, em seu próprio bem e nos cuidados com o meio ambiente.

Por oportuno, explica-se que o Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina, conforme explicitado em seu Regimento Interno, Artigo 1º, apresenta-se como campo privilegiado de estudo na condição de “espaço permanente de representação, interlocução, articulação, discussão, proposição, troca de saberes e fomento ao apoio para o desenvolvimento da ES na cidade, congregando empreendedores solidários, gestores públicos e entidades de assessoria e fomento” (TERESINA, 2014b, não paginado). Isto reforça o FMEPS – TE como canal legítimo de vocalização de demandas e manifestações dos cidadãos, acarretando transformações na inter-relação Estado versus sociedade.

Além de representar abertura como canal de participação social no poder decisório, também é fruto de luta social em prol de uma sociedade mais justa e de uma legislação mais participativa e integradora.

FÓRUM MUNICIPAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DE TERESINA – PIAUÍ: RETOMADA HISTÓRICA

Reitera-se a Economia Popular como prática da solidariedade no campo econômico, uma vez que, ao propiciar a cooperação entre os participantes, possibilita que todos sejam favorecidos. Como Singer (2005) argumenta, na ES, as relações sociais de produção são sempre democráticas. É a necessidade de aproximação do cidadão com o Estado, criando e revitalizando mecanismos de participação e de controle social, considerando sua indispensabilidade para o exercício de execução ou de gestão compartilhada, fiscalização, avaliação e monitoramento das políticas públicas, segundo fala de Sousa (2001) e de Sousa e Teixeira (2015). Aliás, Singer e Silva e Schiochet (2014, p. 427) reforçam esta ideia:

Para que o desenvolvimento solidário aconteça, é preciso que a comunidade saiba que poderá contar com o apoio de governos municipal, estadual e/ou federal. O apoio que o Poder Público pode aportar aos empreendedores de Economia Solidária tem diversas formas: assessoria técnica, formação profissional, abertura de crédito e assessoria para a constituição de bancos comunitários, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito, por exemplo, que permitirão à comunidade reinvestir seu excedente e dessa forma passar a depender cada vez menos da ajuda governamental.

Do ponto de vista do movimento social em Economia Solidária, destaca-se o papel inovador e pioneiro do Fórum Estadual do Piauí, instalado em 13 de fevereiro de 2004, com a integração de seis organizações envolvidas com o tema. Ressalta-se, também, que o fortalecimento e a ampliação dos trabalhos ocorrem, no Estado, desde o I Encontro Estadual de Economia Solidária, com apoio da Delegacia Regional do Trabalho (DRT – PI), da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE), e, principalmente, graças ao empenho de entidades empreendedoras com assento no Fórum.

Entre elas: Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos (Ascamares); Cáritas Regional do Piauí; Pastoral do Migrante; Comissão Pastoral da Terra (CPT); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetag); Obra Kolping do Piauí; União das Mulheres Piauienses (UMP); Secretaria da Assistência Social e Cidadania (Sasc); e Rede Cidadã Talher.

Questão importante refere-se, também, à aprovação e à sanção da Lei Ordinária n. 6.057, de 17 de janeiro de 2011, que institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado do Piauí, cuja diretriz máxima é a promoção da Economia Solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas. Acrescenta-se que a Lei em pauta está regulamentada pelo Decreto n. 14.748, de 10 de fevereiro de 2012. Por fim, a instalação do Conselho Estadual de Economia Solidária do Piauí, em 2013, representa decisivo alento que contribui para comprovar que chegara a hora de instalação da respectiva instância no Estado do Piauí.

Diante do cenário exposto e ancorados na tese de Demo (1988), para quem “participação é conquista”, os movimentos organizados na área de ES, na capital Teresina, sempre defenderam a criação de um espaço aglutinador dos setores sensíveis à estruturação de uma política pública nesse âmbito, o que, efetivamente, se dá no município graças à instalação do FMEPS – TE. A este respeito, Sousa e Teixeira (2015, p. 207) posicionam-se com propriedade:

Ao final de seu primeiro ano de trabalho, a Secretaria acata as reivindicações do movimento no sentido de formalizar a instalação do Fórum Municipal, e solicita do FEESPI [Fórum Estadual de Economia Solidária do Piauí], por meio do ofício nº 539/13, que contribua com o referido processo e se prontifique a apoiar na medida do possível. O FEESPI, por sua vez, atende prontamente a solicitação e institui uma Comissão para apoiar a iniciativa [...] A partir de então, adotam-se várias e variadas atividades, sempre com a participação das três instâncias constituintes do segmento, deflagrando o

processo de instalação do Fórum. Finalmente, no dia 21 de fevereiro de 2014, o FMEPS – TE é efetivamente instalado e seus membros empossados.

Em tão importante espaço, concentram-se, a partir de então, os principais atores responsáveis pelo movimento na capital, juntamente com as respectivas instâncias representativas. Dentre os principais envolvidos na consolidação do FMEPS – TE (PIAUI, 2014), ganha força a participação de movimentos sociais e de setores produtivos, a exemplo de vários segmentos de artesanato, pequenos produtores rurais, grupos ligados à cultura, associações e cooperativas de pequenos produtores, além de entidades ligadas à assessoria e ao fomento de políticas sociais e da atuação da Senaes e da Secretaria Municipal de Economia Solidária de Teresina (Semest).

Em síntese, a existência e a dinâmica de funcionamento do FMEPS – TE estão disciplinadas em seu Regimento Interno, aprovado pelos pares quando de sua instalação, assim como sua legitimidade está garantida, sobretudo, graças ao Fórum Brasileiro e ao Fórum Estadual da área. Ambos se destacam por sua atuação relevante, inclusive com a realização de três conferências nacionais com a respectiva etapa estadual, sendo a III e última Conferência, 2014, chamada “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para Promover o Direito de Produzir e Viver de Forma Associativa e Sustentável.”

É evidente, pois, que o Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí (2014a, 2014b) vem assumindo várias e variadas atividades voltadas ao fortalecimento do movimento social, integrando, sempre, as três instâncias constituintes do segmento – poder público, isto é, representação de governo; empreendimentos econômicos solidários (EES) e entidades de assessoria e fomento (EAF), deflagrando o desafiante processo de consolidação do FMEPS – TE na capital piauiense.

FÓRUM DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DE TERESINA – PIAUÍ: SOBRE SEU PROTAGONISMO

Em se tratando dos resultados centrais, estes apresentam como principais produtos o conceito de ES; efetividade das ações; estrutura organizacional e dinâmica do FMEPS – TE; desafios e avanços presentes na caminhada, segundo a visão dos(as) entrevistados(as).

CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Em se tratando de conceito, vale a pena retomar a ideia de que a expressão – conceito e/ou conceituação – é utilizada ao longo do tempo, sem muito rigor. Como Targino (2014) explicita, suas acepções mais comuns estão sempre relacionadas à ação de os indivíduos expressarem um pensamento, uma opinião e/ou uma ideia sobre objetos, fatos e fenômenos que os circundam, de forma subjetiva e superficial. Porém, visto com maior profundidade e dentro do prisma filosófico de busca para indagações imbuídas nos objetos e nos fenômenos da natureza, o conceito é a representação desses objetos e fenômenos pelo pensamento e por meio de suas características gerais.

Consequentemente, todos os conceitos de conceitos deixam a impressão de que algo foi suprimido, distorcido ou demasiadamente simplificado. De fato, apesar de constituírem, desde a Antiguidade, tópico de grande interesse dentro da filosofia aristotélica e, posteriormente, dentro da psicologia, os conceitos apresentam significativa controvérsia. As dificuldades de se definir conceito estão relacionadas, em primeiro lugar, à ampla variedade de fenômenos que podem ser tidos como conceitos. Também a busca de atributos comuns a esta quantidade extraordinária de fenômenos é desencorajadora, visto que, além de ser irrisório o número de atributos, sua aplicabilidade a toda e qualquer gama de entidades abrangidas é quase sempre incerta, bem como também é incerta a compreensão que oferecem a respeito da natureza essencial dos conceitos.

Outro elemento que acentua a discórdia nos estudos do conceito do conceito é o fato de as diferenças entre as entidades serem significativas, assumindo relevância muito maior que as semelhanças.

Aliado a tudo isto, existem distintas condições experimentais de que se utilizam os estudiosos da área e, também, a diversidade das teorias concernentes ao assunto, agrupadas, em geral, em behavioristas e cognitivistas. Logo, reconhecendo-se a complexidade da emissão de conceito e, portanto, a impossibilidade de explorar minuciosamente as falas dos 14 depoentes, tomando por base pronunciamentos mais ricos acerca do entendimento sobre Economia Solidária, no caso, a partir da pergunta “o que é ES?”, as respostas recorrentes, com poucas variações, são assim enunciadas: “uma nova forma de trabalhar a economia, de modo coletivo e autogestionário” (Representante de EAF); “é uma nova forma de trabalhar a economia. Além de ser um trabalho de autogestão, possui um processo participativo” (Representante de EES).

Há quem sustente visão mais ampla e destaque a Economia Solidária como um “[...] novo jeito de viver, de comercializar, fundando-se em novos valores, em nova concepção de mundo, de realidade, de sociedade e que serve para articular, mobilizar os empreendimentos e para discutir o rumo das políticas públicas”, segundo sustenta um dos Representantes do PP.

Outro item importante que emerge entre os entrevistados se refere à preservação do meio ambiente ou à produção sustentável. Isto porque o movimento de Economia Solidária mantém inquietação constante no que concerne às questões ambientais. Elas emergem como temática nas entrevistas tanto como item relacionado ao ato de produzir de forma sustentável quanto no tocante à educação de produtores e/ou empreendedores ante as condições naturais e de influências que atuam sobre organismos vivos e seres humanos, contemplando, ainda, o desenvolvimento de habilidades e atitudes, com o fim precípua de propiciar e fortalecer consciência crítica acurada sobre a sustentabilidade do meio ambiente.

Há uma série de depoimentos que reitera tal preocupação, tal como afirma o entrevistado:

É uma opção política e metodológica de trabalhar a forma de produzir, vender e trocar. Visa ao bem-estar e ao bem viver, pois respeita o consumidor; não visa ao lucro. Preocupa-se com a gestão compartilhada e, principalmente, com o meio ambiente. Tem que produzir, mas também tem que deixar condições para as gerações futuras produzirem (Representante de EAF).

Há outros registros em linha similar. Exemplificando: (1) “me (*sic*) preocupo quando escolho a matéria-prima. Como será sua preservação? Como fazer para repor o produto na natureza? Será que sempre haverá o produto?” (Representante de EES). (2) “sempre converso com minhas colegas no empreendimento: não joguem lixo no chão. Com frequência, o pessoal joga bagana de cigarro, palito de fósforo, pedaço de sabão, latinha de refrigerante, e, pior, acha que não é nada” (Representante de EES).

Referindo-se ao mesmo tema, outras falas recorrentes afirmam: “gosto de saber que no processo produtivo em ES não tenho patrão” (Representante de EES). E há quem, a exemplo de um Representante de PP, posicione a ES como elemento decisivo em oposição ao capitalismo: “é uma nova forma de economia, de contraponto ao capitalismo cruel que está aí. É o resgate da memória e da cultura local.” Criatividade e singularidade do produto também conquistam destaque, conforme transcrição de um dos respondentes:

[...] é uma economia diferente. Cada empreendedor se beneficia com o desempenho de cada um para um só resultado. Coletividade, criatividade e respeito mútuo caracterizam a Economia Solidária. O meu produto pode ser parecido com o teu, mas não é melhor, nem pior. É apenas diferente (Representante de EES).

Na realidade, os pesquisados chamam atenção, também, para o caráter coletivo da produção, sem o qual os empreendimentos econômicos solidários não se caracterizam como solidários, como esta fala de Representante de EAF ilustra bem: “a gestão é de partilha. É coletiva. Tudo é socializado – produção e ganhos.” Indo além, há quem perceba a ES como iniciativa social e intersetorial, cuja

vocação fundamental é “[...] trabalhar em diversas ações para a população. Caracteriza-se como ação social, ação produtiva, inserção na comercialização dos produtos e solidariedade, tentando fazer chegar o desenvolvimento a todas as comunidades, sem distinção” (Representante do PP).

Dentro das perspectivas de quão difícil é expressar conceitos ou analisá-los, registram-se depoimentos que expõem esperanças, mas, ao mesmo tempo, demonstram incerteza quanto ao alcance da Economia Solidária: “o movimento de ES diz que estamos construindo outra economia. Isto eu não sei, mas sei que precisamos inventar outro jeito de viver. Como está, é muito difícil” (Representante de EES).

EFETIVIDADE DAS AÇÕES DO FÓRUM MUNICIPAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DE TERESINA – PIAUÍ

Convém salientar que as respostas dos entrevistados, de modo geral, deixam transparecer que o impacto do trabalho realizado pelo Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí ainda é incipiente, notadamente no que concerne à efetiva e concreta influência do órgão quanto à implantação e/ou adoção de políticas, programas e ações governamentais que conduzam à significativa diferença no plano da comercialização. As mudanças mais significativas são visibilizadas, substancialmente, no campo político e não no plano econômico. Trechos de testemunhos delineiam com propriedade esta assertiva, como ora transcrito:

Nós já temos o que comemorar, isto é verdade! Melhor dizendo, verdade que gostamos de admitir: temos local de reunião, somos reconhecidos, nos juntamos a muitas pessoas que pensam como nós [...] No entanto, ainda temos muito chão pela frente. Nos (*sic*) falta local específico, pode até ser apenas uma sala, mas efetivamente nossa; nos falta (*sic*) alguns móveis para guardar nossos documentos; nos falta (*sic*) programas e projetos de feira, que sejam permanentes, estrutura para participarmos destes trabalhos. Por mais difícil que seja produzir, já conseguimos nos organizar para tal. Desafiante mesmo é vender. Comercializar é ter condições de continuar vivendo do que sabemos fazer (Representante de EES).

Ainda que por outro caminho, a representação governamental posiciona-se em idêntica direção:

Nós dispomos de poucos recursos, ainda que com muito respeito e incontestável determinação de nosso secretário Olavo [Braz] e sua equipe, mas nosso caminho está apenas começando. Precisamos de muito mais condições de realizar atividades de capacitação, com programação e planejamento efetivos e construídos conjuntamente; atividades de apoio, monitoramento e assessoria também compondo um planejamento de trabalho realizado pelo Fórum em acordo com a SEMEST. Sei que será melhor, mas tenho pressa em contribuir. Tenho receio de sair da Secretaria [Municipal de Economia Solidária de Teresina] e não fazer coisas estratégicas que tanto idealizei. Meu conforto é saber que já há uma semente plantada (Representante do PP).

COMPOSIÇÃO SOCIAL E REPRESENTATIVIDADE DO FÓRUM MUNICIPAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DE TERESINA – PIAUÍ

A representatividade do FMEPS – TE apresenta-se de forma bastante diversificada e até desigual. Para ilustrar esta assertiva, segue resumo contendo a representatividade percentual das 51 instituições/entidades constituintes do fórum por segmento:

Natureza das entidades	N	%
Poder público	1	1,96
Empreendimentos econômicos solidários	38	74,51
Entidades de assessoria e fomento	12	23,53
TOTAL	51	100,00

Vê-se, pois, que o Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí, em sua composição social, consta, prioritariamente, com representação de EES (74,51%) e EAF (23,53%), contando apenas com um membro (1,96%) do poder público. Em outras palavras, no que tange ao assento no fórum, ocorre a predominância do movimento de ES e não do Estado. Justificativa para este fato pode residir nas próprias dificuldades enfrentadas pelo segmento para produzir e comercializar, além da existência do citado Fórum Estadual de Economia Solidária do Piauí,

o Feespi, bastante atuante e líder na organização dos empreendimentos no Estado, como pronunciamento literalmente compilado confirma:

Se não estivéssemos organizados e soubéssemos o que buscamos, talvez ainda não existisse o nosso Fórum. Foram muitos anos buscando, a nossa vivência no FEESPI e as atividades que iam sendo realizadas por várias entidades, como a Cáritas [Regional do Piauí], a Obra Kolping [do Piauí], o próprio Governo, através da SASC e tantas outras coisas [...] As conferências e as feiras é que foram nos abrindo os olhos (Representante de EAF).

Ressalte-se, também, que os membros do fórum não recebem nenhuma remuneração para o exercício de suas funções, consideradas de relevância pública. Uma curiosidade consiste no fato de que as divergências internas e as que estão, de uma forma ou de outra, relacionadas com o Poder Executivo parecem pouco significativas ou mesmo pouco frequentes.

No entanto, alguns dos pesquisados destacam constituir forte desafio da entidade o fortalecimento de sua própria identidade, uma vez que os envolvidos, às vezes, não conseguem visualizar claramente a tênue diferença entre alguns grupos, como aqui mencionado:

Desafio é definir quem são os grupos de empreendimento, pois existem vários grupos individuais e coletivos que se identificam como Economia Solidária. Analisar qual o perfil, como [...] caracterizá-lo [é essencial], pois para ser Economia Solitária tem que manter uma gestão compartilhada e [...] não se deve ter lucro (Representante de EAF).

Ainda sobre o tema, outra declaração coletada é bem significativa:

Às vezes tenho dúvidas sobre este negócio de que algumas Entidades que participam do Fórum sejam (ou não) de Economia Solidária, pois ainda não conhecemos bem nem as entidades, nem o que seja de verdade Economia Solidária. Mesmo assim, prefiro seguir na caminhada... Acredito que o tempo vai corrigindo os problemas, as “gorduras”, como a gente fala. Acho que precisamos de capacitação. Já falei que precisamos correr atrás (Representante de EAF).

ESTRUTURA ORGANIZATIVA E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DO FÓRUM MUNICIPAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DE TERESINA – PIAUÍ

No tocante ao item estrutura organizativa e dinâmica de funcionamento do Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí, registram-se posicionamentos que atestam a importância da vivência junto ao Fórum Estadual para a articulação do FMEPS – TE:

A experiência junto ao Fórum do Estado foi decisiva para a estruturação do municipal. Ali vimos como era importante o estar junto. Então, começamos a ter

iniciativa de pensar algo semelhante para Teresina. Nós, sociedade civil, tínhamos a necessidade de um espaço onde os movimentos pudessem discutir as políticas. Um local onde se pudesse mediar e articular; local que servisse de ponte entre empreendimentos, capacitadores e gestores públicos, ou seja, de interlocutor para essas entidades (Representante de EAF).

Ainda a respeito do item em pauta, as unidades amostrais envolvidas na pesquisa ressaltam, com certa incidência, a importância de registrar sua própria história e documentar a caminhada. Insistem na relevância de manterem instrumentos normativos construídos por eles, segundo palavras *ipsis litteris* de um representante de EES: “alegramos saber que já construímos alguma coisa, isto é, já temos nosso Regimento Interno, com as regras como vamos nos relacionar. Temos, inclusive, ata de fundação do fórum.” E acrescenta:

[...] nós mesmos decidimos que queremos nos encontrar a cada dois meses, em reunião. Também falamos que a Coordenação Geral deve se reunir todo mês. Para dizer a verdade, isto não está sendo bem seguido, mas para melhorar só depende de nós (Representante de EAF).

É consensual que a criação de canais próprios de divulgação das ações e comunicação entre fórum e sociedade é imprescindível. Além disso, consiste em estratégico instrumento de transparência e, como tal, requisito fundamental para o controle social. Mesmo assim, concretamente, não há registro de ações planejadas em direção à ocupação de espaços que viabilizem tal objetivo. A este respeito, um entrevistado assim se pronuncia:

“nós trabalhamos muito, nos dedicamos com afinco, mas não dispomos de canal próprio de comunicação Fórum versus sociedade. Assim, as pessoas muito pouco conhecem acerca da nossa luta” (Representante de EAF).

DESAFIOS E AVANÇOS NO ÂMBITO DO FÓRUM MUNICIPAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DE TERESINA – PIAUÍ

No item desafios enfrentados pelo fórum para sua consolidação, as principais reivindicações referem-se à infraestrutura e à capacitação para gestão e comercialização. Eis expressões comuns: “precisamos de espaços adequados para comercialização; campanhas de consumo solidário; feiras populares organizadas e permanentes para conseguir visibilidade nacional e internacional para os produtos locais” (Representante de EES). Outro representante, também, de EES, vai além e diz: “vejo claro que precisamos de local para produzir e comercializar os produtos; capacitação e formação dos grupos; fortalecimento do movimento e redução das desigualdades nos investimentos aplicados no agronegócio e na Economia Solidária.”

Em contrapartida, a solicitação de apoio governamental para a realização de ações também conquista espaço, à semelhança do depoimento de um dos representantes de EAF, para quem, “[...] nos quesitos investimentos e capacitações, o governo nos deve muito. Precisamos desse apoio, mas ainda somos impotentes para conseguir o que queremos e na velocidade de que necessitamos.” Na mesma linha de pensamento, há quem complemente: somos, sim,

[...] reconhecidos e gratos por tudo que já conquistamos, apesar de ter demorado muito a organizarmos nosso próprio Fórum. Temos Regimento Interno e outras conquistas. No entanto, nos falta uma sede onde possamos fazer [...] reuniões e também termos cópia dos documentos que produzimos. Por exemplo, nunca recebemos cópia de nosso Regimento, das atas das reuniões, nem da lista de membros do Fórum (Representante de EES).

Determinação e firmeza quanto ao fato de suas reivindicações tratarem de condições de trabalho mais eficientes aparecem ao longo do estudo.

Alguém diz:

“uma coisa é certa. Não queremos esmolas e nem pedimos, principalmente, emprego. O que buscamos é condição para produzir, vender e viver, conforme nossa própria experiência e capacidade de produzir” (Representante de EES).

E mais, quando questionados sobre as medidas mais significativas efetivadas pelo FMEPS – TE, os pesquisados expressam respostas valiosas e recursivas em seu teor. Há quem afirme:

[...] dentre as estratégias assumidas pelo Fórum, no momento inicial de sua organização, foi a de que a Coordenação Geral deveria participar de diferentes atividades. Dentre elas, acho muito importante a decisão de contribuir com o processo organizativo da III Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) e de realizar a I Conferência Municipal de Economia Solidária (Representante do PP).

Aliás, a realização da I Conferência Municipal, na capital do Piauí, é amplamente reconhecida como “[...] um passo importante. Parece um sonho.” Ademais, segundo os depoentes, são de fundamental importância para a consecução dos objetivos propostos pelo FMEPS – TE os sistemáticos diálogos travados entre membros e dirigentes de organismos governamentais, incluindo bancos populares, autarquias, secretarias e outros, além de instâncias originárias da sociedade civil, a exemplo das organizações não governamentais. Alguém assegura estar muito

[...] feliz, pois já conversamos com várias autoridades e já participamos de várias reuniões, sempre para discutir o calendário de ações, como o Teresina Fashion Week; Ecomoda; Expressão Afro Religiosa [...]; e outros [eventos]. Acredito que vamos melhorar, e estou confiante na discussão sobre crédito, o que me anima muito (Representante de EES).

Há pronunciamentos que enfatizam a relevância do espaço de debates e de capacitação então criado. Exemplificando: conversar com o poder público e discutir o calendário de atividades que “[...] nos convém me enche de responsabilidade e fé de que tudo vai dar certo [...] Cito a discussão sobre os problemas do *Shopping* da Cidade, do qual faço parte e fico confiante” (Representante de EES); “eu sou da Lavanderia Pública e debater sobre o que

precisamos para melhor produzir é muito bom para mim e para todas as minhas companheiras. Quero ver mais do que a discussão. Quero ver mudar mesmo nossa condição de trabalho” (Representante de EES); “eu sou ceramista. Sempre trabalhamos muito. Com o fórum, espero conquistar mais crédito para produzirmos bem mais e recebermos capacitação para melhorar a qualidade do nosso produto” (Representante de EES); e, “sou de um grupo de fomento. Sempre quis participar, organizar uma capacitação para nosso povo. Estou acreditando que agora sai” (Representante de EAF).

É instigante observar como os envolvidos com a Economia Solidária querem, de fato, participar, na acepção de integrar, vivenciar e compartilhar. No entanto, nem sempre é fácil, em particular, para as mulheres, em função do acúmulo de funções, à semelhança da mulher que afirma: “eu gostaria de ajudar muito mais. Aprender mais, participar mais, mas quem vai preparar minhas peças, meus produtos?”, questiona uma representante de EES. De forma similar, outra companheira, também vinculada a empreendimentos econômicos solidários, acrescenta: “como posso participar mais da organização do movimento: ou estou trabalhando em casa ou estou cuidando de meus produtos, seja produzindo as peças, seja vendendo [...] Qual o tempo fora disto para qualquer coisa?” E há quem lembre, como o faz um representante do poder público: “é mais fácil produzir, apesar das dificuldades, do que vender. Este é um dos pontos que compete a nós ajudar.”

Dentre as dificuldades relatadas, está a questão de relacionamento com a instância estadual que, às vezes, parece conflitante, como aqui ressaltado: “o maior desafio é a agregação dos fóruns, notadamente o estadual com o municipal. Às vezes parece que querem competir entre eles.” (Representante de EES). Percebe-se, então, certa desconfiança entre as partes, apesar das falas quase sempre favoráveis sobre o bom relacionamento existente entre as instâncias: “o governo possui interesses diferentes da sociedade e sempre diz que não possui recursos, o que não é bem uma verdade” (Representante de EAF).

Em síntese, no aspecto desafios, as observações principais e mais recursivas dizem respeito aos temas seguintes: comercialização justa; capacitação; relacionamento entre as diferentes esferas e as entidades; infraestrutura compatível com as demandas; local adequado para funcionamento; e disponibilidade para participação efetiva. Quanto ao item – avanços –, os pontos mais citados referem-se à própria existência do fórum e às relações com as esferas administrativas e com a sociedade civil, incluindo a instalação da Secretaria Executiva, sob a responsabilidade da mencionada Semest, que apoia o fórum em diferentes momentos. Eis algumas falas: “é quase inacreditável que já tenhamos uma secretaria executiva para cuidar de nossas coisas” (Representante de EES); “não temos sede, por enquanto, mas temos local de referência onde nos encontramos [no caso, as instalações da Semest] (Representante de EAF).”

A declaração de parcerias com entidades de assessoria e fomento, com o poder público e com empreendimentos econômicos solidários diversos é repetida várias vezes, tal como afirma um representante de EES: “temos uma secretaria que não nos atrapalha. Podemos nos reunir, usar o telefone, computador, o que preciso for. Até secretária temos, embora apoio concreto ainda nos falte.” Mais entrevistados insistem no trabalho conjunto com pessoas e instituições para um fim de interesse comum, embora reconheçam o risco de possíveis deficiências: “dentre os principais parceiros do FMEPS – TE, temos: o Banco Popular, a Semest, algumas faculdades e universidades, alguns movimentos, embora falte apoio efetivo” (Representante de EES). Mais ainda: “como principais parceiros, temos incubadoras de universidades, gestores públicos comprometidos com a Economia Solidária – Senaes e Sasc, por exemplo, o Cred Amigo, o MTE, o Banco do Nordeste” (Representante de EAF).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realidade, a apresentação dos dados advindos da população envolvida no movimento de Economia Solidária reafirma a relevância da discussão acerca de experiências populares como importante contributo para análise e compreensão da própria história de lutas e conquistas dos movimentos sociais de modo mais amplo. Por tudo isto, apesar da carência de posições firmas ou consolidadas (no sentido de que são mutáveis e evolutivas), afirma-se que a instalação do Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí se impõe como conquista importante para o movimento de ES e para os movimentos sociais, ao promover o incremento para empreendimentos econômicos e solidários e para entidades de apoio e fomento e instâncias governamentais, o que conduz, sempre, à consolidação da economia local e sustentável.

Apesar da carência de posições firmas ou consolidadas, no sentido de que são elas mutáveis e evolutivas, e de lacunas persistentes no contexto do FMEPS – TE, decerto, importantes passos já estão concretizados, em especial, no que concerne ao diálogo e à participação tão caros à luta da Economia Solidária na capital Teresina. Dito de outro modo, a consolidação do FMEPS – TE encontra-se em processo e, por enquanto, ocorre preponderantemente no campo político e não no plano econômico, como antes mencionado. Tal fato decorre, possivelmente, do conhecimento insuficiente da legislação, da prática incipiente de comercialização e de problemas no exercício do relacionamento com os técnicos especializados, os quais primam por linguagem específica e, com frequência, inacessível às coletividades envolvidas.

Porém, é inconteste que o aprendizado principal ocorre com a fixação de parcerias com as organizações de ES da capital, Estado e esfera federal (organizações governamentais e não governamentais), de forma dialogada e participativa. Ou seja, o Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Teresina – Piauí propicia o estreitamento da relação entre movimento e poder público, ocorrendo também

maior aproximação com instituições públicas, a exemplo da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), Sasc, Semest, Senaes e, portanto, do próprio Ministério do Trabalho e Emprego, contribuindo com a construção de nova visão de produção e de relações de trabalho, reforçando a premência de economia baseada na solidariedade, cooperação, autogestão e no respeito ao meio ambiente e bem-estar do ser humano.

Registre-se, por fim, que o processo ora apregoado não significa a conquista de tudo que o movimento busca ou mesmo represente a simplificação tecnológica das ações e serviços prestados. Configura-se, sim, como passos fundamentais e estratégicos em direção à adoção de uma política pública coerente com os princípios constitucionais em vigor, a fim de consolidar novo paradigma que efetive a Economia Solidária como outra sociabilidade possível, além de elemento facilitador da democracia em Teresina e, por conseguinte, no Piauí e no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Camillo Filho, especialmente à Diretoria Acadêmica/Coordenadoria Pedagógica/Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação/Coordenadoria do Curso de Serviço Social, em especial, à coordenadora Maria Veralúcia Leite Nogueira.

Ao Secretário Municipal de Economia Solidária de Teresina, Olavo Braz, e ao Professor Luís Gonzaga, em nome de todos que compõem a Secretaria Municipal de Economia Solidária de Teresina.

A Ribamar Oliveira, Érica Soares, Maria das Graças Targino, Cláudio Roberto Moraes, este último, coordenador geral do Fórum Municipal, assim como a todos os membros da entidade e à sua secretária executiva Cristina Rocha.

REFERÊNCIAS

- ACANDA, J. L. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- _____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova [...] diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 dez. 2012. Seção 1.
- DEMO, P. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez, 1988.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Carta de princípios da economia solidária. In: PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 3., 2003, Brasília. *Anais eletrônicos...* Disponível em:
- <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>. Acesso em: 05 out. 2015.
- _____. Relatório final. In: PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 5., 2013, Brasília. *Anais...* Brasília: [s.n], 2013. P. 28.
- _____. *Economia solidária: outra economia acontece*. Brasília, [20--].
- FÓRUM ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO PIAUÍ. *Histórico*. 2014. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/index2>>. Acesso em: 15 dez. 2014.
- FÓRUM MUNICIPAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DE TERESINA – PIAUÍ. *Ata de criação do Fórum*. Teresina, 2014a.
- _____. *Regimento interno do fórum*. Teresina, 2014b.
- PIAUÍ (Estado). Decreto n. 14.748, de 10 de fevereiro de 2012. Regulamenta a Lei Estadual n. 6.057, de 17 de janeiro de 2011. *Diário Oficial [do] Estado do Piauí*, Teresina, 2012. Seção 1.
- _____. Lei Ordinária n. 6.057, de 17 de janeiro de 2011. Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado do Piauí e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado do Piauí*, Teresina, 2011. Seção 1.
- SINGER, P. A Economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P. (Org.). *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: Inep, 2005. P. 13-20.
- _____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- _____. SILVA, R. M. da; SCHIOCHET, V. Economia solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no plano Brasil sem miséria. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da (Org.). *O Brasil sem miséria*. Brasília: MDS, 2014. P. 425-445.
- SOUSA, R. M. S. *Conferências de saúde: Intermediação de Interesses no município de Teresina – Piauí*. 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- _____; TEIXEIRA, T. S. Fortalecimento da participação social em economia popular solidária: estruturação do Fórum Municipal de Teresina – Piauí. In: SOUSA, R. M. S.; BARBOSA, A. M. (Org.) *Fazer acadêmico*. Teresina: Faculdade Ademar Rosado, 2015. P. 198-211.
- TARGINO, M. das G. Práticas culturais como elementos intervenientes nas políticas culturais. In: GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. das G.; MACEDO, E. F. de (Org.). *Políticas e práticas culturais*. João Pessoa: EDUEPB, 2014. P. 70-98.
- WANDERLEY, L. E. W. Sociedade civil e Gramsci: desafios teóricos e práticos. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 109, p. 5-30, jan./mar. 2012.

Submissões regulares

Regular submissions

Sumisiones regulares

Educação bilíngue de alunos surdos: contributos para a construção de ambientes virtuais inovadores de ensino e aprendizagem acessíveis

Elisa Maria Pivetta

Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil, com período sanduíche em Universidade de Aveiro. Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - Frederico Westphalen, RS - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/0354800879216391>

E-mail: elisapivetta@gmail.com

Daniela Satomi Saito

Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Professora do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) - Palhoça, SC - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/1705129538593084>

E-mail: daniela.saito@gmail.com

Vania Ribas Ulbricht

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), PR - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/0196218903676581>

E-mail: vaniaulbricht@gmail.com

Ana Margarida Pisco Almeida

Doutora em Ciências e Tecnologias da Comunicação pela Universidade de Aveiro (UA), Portugal. Professora da Universidade de Aveiro (UA) - Aveiro, Portugal.

<http://lattes.cnpq.br/4122384454660072>

E-mail: marga@ua.pt

Submetido em: 12/05/2016. Aprovado em: 26/05/2017. Publicado em: 31/12/2017.

RESUMO

Apresentam-se os resultados de uma investigação exploratória sobre as práticas utilizadas no ensino bilíngue de alunos surdos, com o propósito de recolher dados conducentes à proposta de uma estratégia de construção de um ambiente virtual de ensino e aprendizagem acessível. Estão presentes dados relativos às potencialidades da plataforma Moodle para a construção deste ambiente, assim como dados relativos ao potencial que tal solução poderá ter nos processos de ensino e aprendizagem. Entendendo que o desenvolvimento de ambientes acessíveis implica o conhecimento do contexto e da cultura do público-alvo, o presente artigo pretende ainda identificar os aspetos diferenciadores do ensino bilíngue em Portugal, em comparação com a realidade brasileira, a fim de apresentar um contributo inovador para o desenvolvimento futuro de ambientes de ensino e aprendizagem virtuais mais acessíveis e especificamente ajustados às particularidades das comunidades e culturas dos alunos surdos bilíngues.

Palavras-chave: Ensino bilíngue. Ambientes virtuais. Acessibilidade. Surdos.

Bilingual education of deaf students: contributions to the construction of innovative virtual environments for accessible teaching and learning

ABSTRACT

This paper presents the results of an exploratory research that aimed to study the bilingual education processes of deaf students; the main purpose is to support the design of an accessible web-based learning environment adjusted to deaf students. It also presents data related to Moodle's potential to build this environment. Considering that the development of these environments involves a deep understanding of the students' contexts and cultures, this paper also aims to identify the singular aspects of the bilingual teaching models used both in Portugal and in Brazil, in order to present an innovative contribution to the future development of virtual learning environments more accessible and specifically adjusted to the particularities of the communities and cultures of bilingual deaf students.

Keywords: *Bilingual education. Virtual learning environments. Accessibility. Deaf students.*

Educación bilingüe de alumnos sordos: contribuciones a la construcción de entornos virtuales innovadores de enseñanza y aprendizaje accesibles

RESUMEN

Se presentan los resultados de una investigación exploratoria sobre las prácticas utilizadas en la enseñanza bilingüe de alumnos sordos con el propósito de recoger datos conducentes a la propuesta de una estrategia de construcción de un entorno virtual de enseñanza y aprendizaje accesible. Se presentan datos sobre las potencialidades de la plataforma Moodle para la construcción de este ambiente, así como datos relativos al potencial que tal solución podrá tener en los procesos de enseñanza y aprendizaje. Entender el desarrollo de entornos accesibles requiere el conocimiento del contexto y la cultura de la audiencia, este artículo tiene la intención de identificar los aspectos diferenciadores de la educación bilingüe en Portugal, en comparación con la realidad brasileña con el fin de presentar una contribución innovadora al desarrollo futuro de entornos de enseñanza y aprendizaje virtuales más accesibles y específicamente ajustados a las particularidades de las comunidades y culturas de los alumnos sordos bilingües.

Palabras clave: *Enseñanza bilingüe. Entornos virtuales. Accesibilidad. Sordos.*

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, respeitando as diferenças culturais e atendendo às demandas das distintas modalidades de interagir com o mundo, o bilinguismo tem sido adotado nas escolas. O termo bilíngue é aplicado quando são utilizadas duas línguas, sendo que, no caso dos surdos, a língua oficial é a língua de sinais e a segunda língua é a falada de seu país na modalidade escrita.

A educação bilíngue é um tema atual e está amparado pela lei. Recomendada pelo Ministério Nacional da Educação (MEC), como proposta válida e eficaz para o ensino das duas línguas reconhecidas pelo país, a Língua Portuguesa e a Libras, necessárias para a inclusão social. O Decreto nº 5.626 de 22/12/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, em seu capítulo VI, artigo 22, determina que, para a inclusão escolar, sejam organizadas escolas e/ou classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes.

Com efeito, a compreensão dos pressupostos que perpassam a história dos surdos vai além da racionalidade. Por muito tempo, esses indivíduos foram considerados seres desqualificados, inferiores e não educáveis, tendo sido tratados indignamente por longos anos. Na leitura evolutiva e cronológica, e observando a realidade quer portuguesa, quer brasileira, identificamos claramente três períodos principais na história da educação dos surdos: o da comunicação através de gestos; o do método de ensino oral; e, por fim, o do atual modelo de ensino bilíngue.

As línguas gestuais, como línguas naturais, são, porém “não universais”, desenvolvendo-se naturalmente como as línguas orais: cada comunidade tem a sua. Para os surdos, o bilinguismo implica que estes dominem, enquanto língua materna, a língua gestual (de sinais) e, como segunda língua, a língua oficial oral de seu país (SILVA, 2012; MICAELA, 2009). Grosjean (2001) e Quadros (2006) sugerem que uma proposta bilíngue deve ser introduzida progressivamente para que os surdos sejam membros também da cultura ouvinte. É com esse

fundamento que os referidos autores acreditam que o modelo bilíngue é o mais interessante e apropriado entre os utilizados na educação dos surdos.

As tecnologias e recursos digitais, nomeadamente as suportadas por ambientes web, potenciam e criam, para além de novas modalidades de ensino-aprendizagem mais flexíveis e ajustadas às especificidades de cada indivíduo, os processos de inclusão e autonomia das pessoas com necessidades especiais, como é o caso dos surdos. No entanto, as atuais propostas de ambientes virtuais, em particular as sustentadas por Ambientes Virtuais de Ensino Aprendizagem (AVEAs), como o Moodle, são fortemente alicerçadas nas lógicas da língua escrita e falada, não apresentando suporte para as línguas de sinais e explorando de modo muito frágil os aspectos da visualidade, tão importante para esse público.

Nesse cenário, as diferenças linguísticas podem apresentar barreiras que dificultam a inclusão dos surdos, no que respeita à sua capacidade de utilizar e participar ativamente desses ambientes. Para viabilizar o acesso desse público aos meios digitais, é pois fundamental investigar e desenvolver estratégias de promoção e avaliação da acessibilidade de conteúdos e interfaces web.

É nesse contexto que se desenha a pertinência do estudo aqui apresentado, que procurou, pela realização de um conjunto de inquéritos por entrevista, fazer um levantamento da maneira como diferentes instituições de ensino brasileiras e portuguesas percebem e implementam modelos de ensino bilíngue, e ainda como perspetivam a utilização de ambientes virtuais de ensino-aprendizagem, como o Moodle, enquanto promotores dos processos de acessibilidade para surdos.

CENÁRIO BILÍNGUE NA EDUCAÇÃO DOS SURDOS: BRASIL E PORTUGAL

A história dos surdos no longo dos anos tem sido marcada por vários acontecimentos que sublinham a procura pela afirmação da sua identidade, cultura e

língua. Em Portugal, é no ano de 1823 que se iniciam as práticas de ensino da escrita e do alfabeto gestual, bem como da comunicação entre professor e aluno através de gestos, introduzindo assim a metodologia gestual. No segundo período, começaram a sentir-se as primeiras influências do método oral, como resultado do Congresso de Milão, em 1880, que marcou, de forma obscura, a história dos surdos, com a polémica decisão de excluir a língua gestual do ensino desses indivíduos. Após longo período de predominância da abordagem do oralismo, nova proposta começa a emergir para favorecer a inclusão dos surdos: o modelo de educação bilíngue, influenciado pelos contributos científicos realizado por Amaral, Coutinho e Martins (1994). Em Portugal, a Língua Gestual Portuguesa (LGP) foi reconhecida em 1997 na Constituição da República Portuguesa, no seu Artigo 74°. No ano seguinte, no Despacho n.º 7520/98, o Ministério da Educação criou as unidades de Apoio Educativo a Alunos Surdos (UAAS), fundando assim os princípios da Educação Bilíngue e marcando um novo momento na educação dos surdos (MICAELA, 2009).

No Brasil, a história da educação de surdos iniciou-se com a vinda do professor H Ernest Huet, que também era surdo, para o país. Por intermédio de dom Pedro II, Huet conseguiu que, em 1857, fosse fundado o Imperial Instituto Nacional de Educação de Surdos-Mudos, que, atualmente, é conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) (CAVALIN; CAVALARI, 2010; CARVALHO, 2010). Em 1911, o oralismo puro foi estabelecido como principal abordagem de ensino. Entre as décadas de 70 e 80, o cenário começa a alterar-se em virtude dos estudos relacionados com a comunicação total. Nesse contexto, e já nos anos 90, inicia-se a ascensão do bilinguismo (CARVALHO, 2010).

Portugal conta atualmente com uma rede de escolas de referência para o ensino bilíngue de alunos surdos, perfazendo o total de 23 agrupamentos, com vista a concentrar meios humanos e materiais que possam oferecer uma resposta educativa de qualidade aos alunos surdos. As escolas têm

como objetivo principal possibilitar a aquisição e desenvolvimento da Língua Gestual Portuguesa (LGP) como primeira língua dos alunos surdos, bem como a aplicação de metodologias e estratégias de intervenção interdisciplinares adequadas a alunos surdos (MICAELA, 2009).

No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (LSB), conhecida também como Libras, foi oficialmente reconhecida como língua através da Lei 10.436/2002. No entanto, até o momento, são raras as instituições de ensino bilíngue. No âmbito federal, a primeira instituição, e até este momento único, é o Câmpus Palhoça-Bilíngue, unidade do Instituto Federal de Santa Catarina, que também é a primeira da América Latina a adotar esse perfil no ensino básico, técnico e tecnológico. O Decreto n° 5.262, de dezembro de 2005, salienta a importância do bilinguismo ao regulamentar a Língua Brasileira de Sinais e a obrigatoriedade de garantia de acesso à educação através desta (BRASIL, 2005).

Segundo investigadores brasileiros e portugueses, a visão da comunidade surda de Portugal é similar à do surdo do Brasil e, devido a fatores históricos e da recente investigação linguística, ambos os países apresentaram dificuldades em aceitar e compreender a língua gestual como uma autêntica língua (AMARAL, COUTINHO, MARTINS, 1994; QUADROS, 2006b).

ACESSIBILIDADE DIGITAL PARA SURDOS

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) apresentam inúmeras potencialidades no campo da motivação e facilitação dos processos de ensino-aprendizagem, nomeadamente no caso dos utilizadores com necessidades especiais, particularmente daqueles que têm dificuldades no campo da comunicação e expressão. No caso dos surdos, que são imersos numa cultura visual, os meios de comunicação digitais lhes abrem, novo mundo de possibilidades, oferecendo-lhes recursos que facilitam a realização de operações e tarefas que, de outra forma, estariam condicionadas. No entanto, e tal como comprovam os resultados de

um estudo feito em 2012 pelo W3C.br/NIC.br, somente 2% das páginas web governamentais são acessíveis (W3CGT, 2012).

A acessibilidade dos recursos web é, pois, uma premissa fundamental para a inclusão desses sujeitos na atual sociedade, pelo que importa atender aos esforços que têm vindo a ser feitos nesse âmbito. A esse propósito, é fundamental referir a Web Accessibility Initiative (WAI) do Consórcio da Web W3C, iniciativa que tem como intuito apoiar o desenvolvimento de uma web acessível, estudando e propondo diretrizes, critérios, técnicas e ferramentas auxiliares para eliminar ou minimizar as barreiras de acessibilidade nos sites. As diretrizes vigentes estão contidas no documento *Web Content Accessibility Guidelines 2.0* (WCAG 2.0), e embora a sua atual aplicabilidade seja reconhecida, Kelly et al. (2007) apontam que, mesmo abrangente, o WCAG 2.0 ainda é demasiadamente genérico para ser aplicado em determinados contextos.

No âmbito particular da acessibilidade para o ensino virtual de surdos, investigadores do Institute for Language and Communication de Aachen, em conjunto com o Fraunhofer Institute for Applied Information Technology de Sankt Augustin, que trabalham com ambientes virtuais de ensino aprendizagem (AVEAs), sugerem que um ambiente bilíngue torna mais fácil a comunicação e a compreensão dos conteúdos e aumenta a motivação, permitindo uma aprendizagem independente (STRAETZ, 2004).

METODOLOGIA DO ESTUDO

No estudo exploratório aqui apresentado, os dados recolhidos foram obtidos por recurso à aplicação de um conjunto de inquéritos por entrevista, seguindo uma abordagem metodológica de cunho qualitativo. De acordo com Lakatos e Marconi (2011), essa abordagem procura analisar aspectos mais profundos sobre a complexidade do ser humano, seus hábitos, atitudes e tendências de comportamento.

Os inquéritos por entrevista foram realizados no Brasil e em Portugal durante o mês de abril de 2013. No Brasil, foi utilizado como instrumento um questionário semiestruturado, que Lakatos e Marconi (2011) também chamam de assistemático, no qual o entrevistador possui a liberdade de explorar e se aprofundar nas questões que julgar relevantes. Em Portugal, foi utilizado um guião protocolado de suporte às entrevistas semiestruturadas, partindo do princípio de Quivy e Campenhoudt (2005) de que procurávamos, de forma aberta e flexível, explorar um campo relativamente ao qual não tínhamos um conhecimento prévio aprofundado.

O perfil dos entrevistados é composto por professores, terapeuta da fala, pessoas que estão envolvidas com a manutenção dos AVEAs e pessoas do sector de apoio pedagógico que, pelas suas funções, estão envolvidas diretamente com os alunos com necessidades especiais. A tabela 1¹ ilustra o perfil destes entrevistados.

Tabela 1 – Perfil dos entrevistados

Entrevistados	(E1)	(E2)	(E3)	(E4)	(E5)	(E7)	(E8)	(E9)
País	Brasil	Brasil	Brasil	Portugal	Brasil	Portugal	Portugal	Portugal
Função	Professor	Professor	Professor	Professor	Responsável e-learning	Responsável e-learning	Terapeuta da fala	Apoio pedagógico
Formação	Doutoranda	Mestre	Especialista	Mestre	Doutoranda	Mestre	Doutoranda	Licenciada
Surdo	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: Elaboração dos autores

¹ Por motivos relacionados a imperativos de agenda, não foi possível realizar a entrevista com a entrevistada E6 – Departamento de Apoio Pedagógico do Câmpus Palhoça-Bilíngue.

As entrevistas envolveram profissionais de três instituições de ensino: a Escola Bilíngue Augusto Lessa (EB1/JI), do Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade do Porto, Portugal; o Campus Palhoça-Bilíngue, unidade do Instituto Federal de Santa Catarina, do Brasil; e a Universidade de Aveiro, de Portugal.

A Escola Bilíngue Augusto Lessa (EB1/JI) do Porto, Portugal, existe há mais de 30 anos, e sempre teve alunos surdos. Em 1998 passou a ser uma das Unidades de Apoio Educativo a Alunos Surdos (UAEAS), modelo que caracterizou uma transição em defesa da educação bilíngue para os surdos, em Portugal. Em 2008, com a publicação do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, foi instituída como escola de referência para a educação bilíngue de alunos surdos. É nesse contexto legislativo que a Língua Gestual Portuguesa (LGP) é reconhecida como primeira língua dos alunos surdos, e a Língua Portuguesa (LP) escrita e, eventualmente, falada, a segunda língua, visando criar condições de igualdade de oportunidades no acesso ao currículo e no sucesso educativo (MICAELA, 2009). Os profissionais envolvidos com o ensino nos agrupamentos bilíngues são formados por terapeutas da fala, formadores surdos, intérpretes e professores especializados. Para melhor compreender como é organizado esse processo, foram realizados inquéritos por entrevista com uma professora e uma terapeuta da fala de um dos agrupamentos.

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), no Brasil, é uma instituição pública federal que tem como missão desenvolver e difundir o conhecimento científico e tecnológico, formando e qualificando profissionais no âmbito da educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos sectores da economia (IFSC, 2013). O câmpus Palhoça-Bilíngue, unidade do IFSC, é a primeira instituição de ensino básico, técnico e tecnológico da América Latina a adotar uma abordagem bilíngue tendo a Língua de Sinais, no caso, a Libras, permeando todas as discussões no ambiente educacional. Através do reconhecimento das diferenças, e alicerçando-se numa perspectiva

visuoespacial, espera estabelecer sólidas referências no âmbito da inclusão ao assumir novos olhares ante as diferenças culturais e criar um cenário favorável à interação entre surdos e ouvintes nos campos educacional e profissional (IFSC, 2013).

A Universidade de Aveiro, Portugal, é uma fundação pública com regime de direito privado que tem como missão o desenvolvimento da formação técnica, graduada e pós-graduada. Por fazer parte de um país onde a educação para surdos já esta inserida há mais tempo do que no Brasil, foi também explorada neste estudo, ainda que apenas no contexto do seu gabinete de apoio pedagógico e do serviço de apoio ao sistema de e-learning.

RESULTADOS

ESCOLA BILÍNGUE AUGUSTO LESSA – PORTUGAL

De acordo com as entrevistas realizadas nesta instituição de ensino, as turmas bilíngues da Escola Básica Augusto Lessa do Porto, Portugal, são formadas apenas por alunos surdos que utilizam a LGP, isto é, alunos que não conseguem integrar-se em turmas de ouvintes². Nessas turmas bilíngues a LGP é a primeira língua, e a LP a segunda, seja oral ou escrita³. As turmas caracterizam-se ainda por possuir, em sala de aula, um formador surdo e um professor especializado. Segundo E4 e E8, a modalidade escrita da LGP, o *sign writing*⁴, não é ensinado nos agrupamentos, pelo facto de ser uma modalidade de escrita recente e que ainda não está bem delineada.

No que respeita à integração de alunos ouvintes e não ouvintes em sala de aula, foi-nos reportado que, apesar embora os esforços realizados, a interação entre surdos e ouvintes é limitada, verificando-se uma tendência para observar crescimento das dificuldades à medida que a idade dos alunos vai

² Isto significa que os restantes alunos com surdez (aqueles que conseguem entender o português e oralizar) encontram-se integrados em turmas com alunos ouvintes. Tipicamente, estes alunos possuem implante coclear ou aparelho que auxilie na audição.

³ O português escrito é explorado com os alunos surdos profundos que não têm capacidade para oralizar.

⁴ <http://www.signwriting.org/>

umentando, pois eleva-se o nível de comunicação gestual. Mesmo que o aluno ouvinte tenha aulas de língua gestual, ele não consegue atingir um nível satisfatório de domínio da LGP que lhe permita ter uma conversa entre pares.

Quanto ao uso das tecnologias, e considerando que os alunos desta escola são crianças, foi reportada uma utilização mais conotada com atividades de lazer do que com atividades formais de ensino-aprendizagem. De forma transversal a ambos os cenários, foi referida a importância de explorar o componente visual e icónico das aplicações e ferramentas digitais utilizadas. Indicou-se ainda que seja feita uma utilização frequente das redes sociais, dos vídeos, das imagens e das aplicações de videoconferência, já que o vídeo agrega a possibilidade de esses alunos se comunicarem uns com os outros. Em relação à utilização das redes sociais, como é o caso do Facebook, a entrevistada E8 sublinha: “no Facebook eles não se inibem; nós notamos que os surdos têm aquela resistência à escrita e no Facebook eles comentam, escrevem não se inibem (...) eles gostam muito, eles são fãs”.

No que respeita aos processos de avaliação dos alunos surdos, verificámos que eles têm sido diferentes ao longo dos anos; atualmente, os alunos que estão integrados fazem a mesma prova dos ouvintes. No caso dos alunos bilíngues, eles podem responder às provas de avaliação tanto em LGP ou em LP. No entanto, se a finalidade é avaliar a LGP, a avaliação dever ser em LGP; se a finalidade é avaliar o português, a avaliação der ser em LP. É ainda possível recorrer à LGP no contexto de avaliações de diferentes domínios, como exemplifica o caso reportado nestas entrevistas relativas ao segundo semestre de 2012, em que os alunos das turmas de quinto ao nono ano realizaram o exame de História em LGP: as perguntas eram realizadas por um intérprete de LGP e os alunos deram as respostas em LGP, tendo sido filmados. De notar que no ano de 2012 foi adotado um tempo maior para os alunos fazerem as provas.

Nos cinco anos de existência dessa modalidade de ensino em Portugal, muitas mudanças foram observadas; no entanto, para as entrevistadas, há ainda muito a ser melhorado, já que, tal como

notam, mesmo nas escolas de referência a atual lei não está ainda implementada em pleno. Outro problema enfrentado relaciona-se com o atual modelo de contratação dos professores em Portugal, que implica mudanças de quatro em quatro anos e consequentes dificuldades na estabilização das equipas. São poucos os professores efetivos e esta mobilidade constante tem implicações especialmente críticas nas escolas bilíngues, já que a aprendizagem da LGP como segunda língua é um processo não imediato, o que implica que a proficiência linguística dos educadores poderá ser dificultada. No caso particular dos formadores e dos terapeutas da fala, a validade da “colocação” é apenas de um ano, cenário que dificulta mais a situação relatada.

IFSC: PALHOÇA BILÍNGUE – BRASIL

As entrevistas com os professores E1, E2, E3 do IFSC foram realizadas diretamente em língua de sinais, Libras, na procura de estabelecer uma comunicação direta mais familiar com os entrevistados. Verificámos que as turmas bilíngues do IFSC são mistas, constituídas por surdos que utilizam Libras como primeira língua, e ouvintes, de forma que haja estímulo à interação e colaboração entre os alunos, independentemente de suas habilidades. Neste sentido, a surdez é abordada como uma diferença cultural, em que os usuários de Libras utilizam uma modalidade de comunicação distinta.

No que respeita à utilização do AVEA nesta instituição, e considerando que este estudo visa à identificação de barreiras e oportunidades de inovação na estrutura de interface desses ambientes, os entrevistados enfatizaram que, mesmo sendo surdos com alto nível de escolarização e com boa relação com a língua portuguesa, sentem dificuldades com textos longos, bem como com a navegação em menus baseados em textos.

Outra questão importante foi em relação ao uso das legendas em vídeos. Não há como negar a relevância deste recurso, observando a diversidade de perfis de surdos e deficientes auditivos. Porém, nem sempre elas são efetivas no seu objetivo. O entrevistado E3 faz a seguinte observação sobre o uso de legendas:

“A legenda pode ser ruim em casos em que ela passa muito rápido e aí não conseguimos acompanhar. E também pode ser ruim também quando tem palavras que o surdo não conhece, porque nem todo surdo conhece bem as palavras do português.” Argumentos semelhantes foram identificados quando o uso de ferramentas de interação e comunicação foi abordado; E1 indica: “O chat só em texto é ruim, é difícil de acompanhar... A videoconferência é muito melhor para o surdo do que o chat, nela dá pra usar Libras.”

Os entrevistados E1, E2, E3 também foram enfáticos quanto à necessidade de inclusão de recursos em Libras ou vinculados a ela, como o *SignWriting*, para melhoria da acessibilidade dos AVEA. A importância dos recursos visuais também ganhou destaque no âmbito deste estudo justamente pelas características inerentes à modalidade de comunicação utilizada pelos surdos. Os próprios entrevistados deram grande valor à sua visualidade e sua importância no processo de ensino aprendizagem: Para o E2: “As imagens, vídeos e outros recursos ajudam porque são visuais, e o surdo é visual na sua forma de se comunicar e compreender os conceitos”.

SERVIÇO DE APOIO PEDAGÓGICO DO IFSC: PALHOÇA BILÍNGUE – BRASIL

De acordo com dados informais recolhidos, o câmpus Palhoça Bilíngue é um câmpus em construção, com histórico bastante recente, que iniciou as suas atividades no ano de 2010, a partir de um desdobramento das atividades de investigação realizadas com alunos surdos no IFSC do câmpus São José. Tanto o corpo docente como a equipa de apoio pedagógico estão ainda em processo de consolidação, estando igualmente em discussão o conjunto mais apropriado de metodologias de ensino bilíngues a aplicar. O câmpus ainda possui cursos que se encontram em fase de projeto e serão implantados gradativamente, sendo seu eixo de atuação a Produção Cultural e o Design.

Como o câmpus é uma instituição de ensino bilíngue, a instituição conta com professores surdos como parte de seu corpo docente, bem como professores

e profissionais de tradução/interpretação (Libras/Português). Os professores e profissionais técnico-administrativos que não possuem conhecimento ou fluência na LS participam num processo de formação continuada em Libras. Em sala de aula, os professores tradutores/intérpretes atuam junto aos professores, pois a maioria ainda não possui fluência na língua. Em virtude desse aspecto, tem-se verificado uma grande procura de profissionais de tradução/interpretação para atuar tanto no âmbito pedagógico como no administrativo.

GABINETE PEDAGÓGICO DA UNIVERSIDADE AVEIRO (UA) – PORTUGAL

A entrevista com a responsável pelo gabinete pedagógico da UA visou apoiar o processo de recolha de dados conducente a caracterizar o panorama da Universidade de Aveiro no que respeita ao acolhimento e acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais (NEEs), particularmente no que se refere aos alunos surdos. Importava compreender qual o cenário dos alunos com surdez que frequentam o ensino superior, no pressuposto de que os agrupamentos de referência bilíngue para alunos surdos se consolidam como ambientes educacionais que fortalecem e estimulam o aluno a continuar os seus estudos para ingressar na universidade.

A UA possui o gabinete pedagógico desde 1994, tendo essa estrutura surgida da preocupação com o bem-estar e sucesso escolar dos estudantes da universidade. Desde essa data em que o número de alunos com NEEs que frequenta a UA tem vindo a aumentar de forma muito intensa, verificando-se, pois um crescimento claro no longo dos anos. As NEEs dos alunos variam bastante, observando-se a existência de incapacidades temporárias, doenças crônicas, deficiências motoras, déficits auditivos, surdos, cegos, paralisias cerebrais, entre muitas outras.

Quadro 1 - Alunos com surdez na UA - Portugal

Curso	Ano inscrição	Conclusão /abandono	Tipo de Surdez	Observações	Escola Anterior
Fisioterapia	2002-2003	Concluiu a licenciatura, sem reprovar nenhum ano.	Défice auditivo grave.	Usava aparelho ligado a um microfone que os professores colocavam ao pescoço (equipamento adquirido pela universidade).	Ensino regular. Nem sempre foi surda, foi perdendo a audição gradualmente. Fez aulas de LGP, no particular.
Novas Tecnologias da Comunicação	2004-2005	Concluiu a licenciatura, sem reprovar nenhum ano.	Défice auditivo ligeiro.	-	Sem informação.
Design	2008-2009	Frequentou o curso durante pouco mais de um ano. Era um aluno de sucesso, mas desistiu devido a problemas familiares	Défice auditivo severo	Tem implante coclear; consegue ouvir e verbalizar.	Este aluno tinha 54 anos, quando ingressou na UA.
Técnico Superior de Secretariado	2008-2009	Só frequentou o curso durante um ano letivo, pois queria uma Licenciatura em Língua Gestual. Foi para uma outra universidade que possuía o curso.	Défice auditivo com alguma gravidade.	Tem implante coclear, verbaliza sem qualquer dificuldade e ouve bem em conversa frente a frente.	Até ao 9º ano, frequentou o ensino regular. Frequentou uma escola bilíngue só no 10º, 11º e 12º anos.
Instalações Elétricas e Automação Industrial	2008-2009	Este curso tem apenas a duração de um ano e meio. É um CET – curso de especialização tecnológica. Terminou em dois anos.	Défice auditivo severo.	Tem implante coclear, consegue ouvir e verbalizar, embora com muita dificuldade.	Sem informação.
Línguas, Literaturas e Culturas	2008-2009	Concluiu a licenciatura, sem reprovar nenhum ano.	Défice auditivo ligeiro, devido à idade (ingressou na UA com 78 anos)	-	Ensino regular.
Design	2009-2010	Só frequentou o curso durante um ano letivo, porque queria frequentar a Universidade de Coimbra	Défice auditivo severo	Faz leitura labial.	Sem Informação.
Biocologia	2009-2010	Continua na UA, sem qualquer problema.	Défice auditivo ligeiro.	Usa próteses	Ensino regular.
Mestrado em Comunicação Multimédia	2010-11	Frequentou com aproveitamento a componente curricular. Está em fase de conclusão da dissertação	Défice auditivo ligeiro.	az leitura labial.	Ensino regular.
Instalação e Manutenção de Redes e Sistemas Informáticos	2010-2011	Desistiu	Défice auditivo severo	Muita dificuldade em verbalizar e comunicar	Sem Informação.
Contabilidade	2012-2013	Aluna com sucesso escolar	Défice auditivo grave	Tem implante coclear, ouve com alguma facilidade e verbaliza bem	Ensino Regular. Não conhece LGP.

Fonte: dos autores

No que respeita aos alunos com surdez ou com défice de audição, a entrevistada E9 afirma: “no caso dos surdos, assumimos que estamos mal, precisaríamos ter pessoas que conheçam a língua gestual, ter intérpretes, mas não há”. A entrevistada indica ainda que a necessidade dos intérpretes é especialmente crítica, já que em face da estrutura de escolas, departamentos e cursos que existem na UA, seriam precisos vários interpretes. Com efeito, e tal como ilustra o quadro 1, os alunos com surdez que têm vindo a frequentar a UA estão dispersos por várias unidades.

Conforme pode ser observado, a realidade da UA não integra, até à data, alunos bilíngues. Tal como refere esta entrevistada, os alunos surdos apresentam muitas dificuldades com o domínio da LP, facto que compromete a comunicação com os docentes e a compreensão dos textos e enunciados. A respeito dos Agrupamentos de Referência para o Ensino Bilíngue, indica: “não sei o que se passa nestas escolas, mas os alunos que vem para a universidade não são bilíngues ou se são, são raros. Quando escrevem *E-mails* eu tenho quase que adivinhar o que esta lá, porque é um português incompreensível”. Acrescenta ainda: “É muito complicado, o surdo ainda não é bilíngue. São raríssimos. Eu conheço um, mas aprendeu com a mãe, que era uma educadora da infância e insistiu desde que ele era pequeno”.

SISTEMA MOODLE, UA - PORTUGAL

A entrevista a respeito do ambiente virtual de ensino e aprendizagem utilizado na Universidade de Aveiro (Moodle) foi realizada com a pessoa responsável pela plataforma, entrevistada E7. Com esta entrevista pretendíamos compreender quais as potencialidades do Moodle no campo da acessibilidade para alunos com NEEs, em especial no que respeita ao aluno com surdez da UA.

O Moodle foi instalado na UA no ano letivo de 2009 para 2010, tendo sido selecionado por se tratar de um sistema *open-source* com possibilidade de ser programado e personalizado de acordo com as necessidades específicas da universidade. Segundo a entrevistada, o Moodle,

enquanto ferramenta de *e-learning* que tem vindo a ser utilizado na UA, essencialmente no suporte ao ensino não presencial, pode ser considerado uma plataforma acessível a todos. Os problemas relatados, relativos a dificuldades de acesso e utilização, têm sido essencialmente relacionados com problemas de rede ou à utilização de ficheiros excessivamente grandes.

No que respeita às adaptações de interface que o Moodle da UA contempla para atender às necessidades dos alunos com NEE, a entrevistada referiu somente os ajustes relacionados com os leitores de ecrã, utilizados pelos alunos cegos. Para os restantes casos, nomeadamente para o caso dos alunos surdos, foi indicado que se mantém a interface padrão do Moodle. Com efeito, verificámos que existe grande distância relativamente à realidade dos alunos surdos por parte desta equipa de apoio ao Moodle, na UA, nomeadamente no que respeita às suas dificuldades com o domínio da língua portuguesa.

SISTEMA MOODLE, IFSC – PORTUGAL

Assim como na Universidade de Aveiro (UA), também foi realizada uma entrevista com a pessoa responsável pela administração do AVEA Moodle no IFSC, considerando os objetivos já apresentados. O ambiente Moodle foi implantado como apoio ao ensino presencial no ano de 2011. A escolha deste ambiente foi feita com base num estudo realizado, e posteriormente publicado em Saito e Ulbricht (2012). O estudo baseou-se nos seguintes critérios: natureza *open source* da plataforma, flexibilidade, conformidade com os padrões de acessibilidade vigentes (no caso o WCAG 2.0), compatibilidade com padrões de interoperabilidade, ferramentas de interação, ferramentas de colaboração, suporte à Língua de Sinais e existência de uma comunidade de “*developers*” ativa para suporte na resolução de problemas.

No entanto, e pese embora o Moodle atenda aos critérios supracitados, a entrevistada relata que determinados critérios referenciados pela WCAG ainda deveriam ser ajustados para a obtenção de conformidade.

Ou seja, o ambiente é flexível o suficiente para apresentar conteúdos acessíveis, mas é importante que o “*developer*” esteja atento aos ajustes de acessibilidade que podem ser implementados.

O IFSC Palhoça Bilíngue, por ser uma instituição com foco no ensino bilíngue (Libras-Português), sempre teve alunos surdos e ouvintes. Em virtude deste foco, a entrevistada relata saber que o ambiente ainda não está adequado ao público da instituição e afirma ser necessário realizar pesquisas junto a alunos e professores para identificar os principais problemas de acesso.

No que se refere à acessibilidade do ambiente Moodle e seus conteúdos, a entrevistada afirma que é necessário que haja uma convergência de esforços, tanto por parte dos “*developers*” como dos produtores de conteúdos e dos professores, que devem pensar nas suas disciplinas/unidades respeitando as diferenças entre os públicos. Sob o olhar da administradora do ambiente, se todos os envolvidos estiverem implicados no processo, a obtenção de resultados será muito mais efetiva. A entrevistada salienta que o ambiente bilíngue deve explorar os aspectos da visualidade do surdo, sem deixar de lado a língua portuguesa em sua modalidade escrita, visto que a instituição tem uma proposta de ensino bilíngue (Libras/Português). Sendo assim, um dos desafios que se apresentam para um ambiente acessível encontra-se em descobrir estratégias e metodologias que permitam utilizar/explorar os recursos visuais em detrimento da língua portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino integrado para surdos e ouvintes é complexo, especialmente nos casos em que a língua gestual é a primeira língua. A modalidade bilíngue para surdos, como a que é adotada nos agrupamentos de referência em Portugal, é de extrema importância; no entanto, o atual cenário assume nuances de segregação, já que as turmas de surdos parecem estar maioritariamente separadas das turmas de ouvintes. A modalidade bilíngue, pese embora implementada muito recentemente

e mesmo considerando as dificuldades de implementação que ainda são sentidas no terreno, é considerada como a que, de entre as que já foram exploradas, pode ter melhor resultado para os alunos surdos. Com efeito, essa modalidade é altamente promotora da construção de um cenário de verdadeira inclusão, já que a língua portuguesa tem de ser ensinada como segunda língua para os surdos que, assim, poderão ter mais oportunidades de comunicar com os ouvintes e, por sua vez, a língua gestual tem de ser ensinada como segunda língua para os ouvintes que, desta forma, poderão se comunicar com os surdos.

No que respeita ao desenvolvimento de ambientes de ensino e aprendizagem virtuais acessíveis e especificamente ajustados às particularidades das comunidades e culturas dos alunos surdos bilíngues, este estudo permitiu compreender a importância de recorrer às modalidades “visuais” de informação. Segundo Micaela (2009, p. 45), “a resposta pedagógica para um aluno surdo deve ser pensada para quem vê e não ouve, para quem olha, para quem observa, para quem todos os processos cognitivos dependem do olhar”. Convém, portanto, que os ambientes sejam desenvolvidos a fim de valorizar o componente visual por forma a não comprometer os processos de interação, motivação, concentração e memorização dos alunos. A imagem é uma componente fundamental do processo de educação bilíngue para alunos surdos, sendo um recurso fundamental para a aprendizagem.

No caso dos surdos, a imagem não é apenas ilustrativa ou decorativa; é uma linguagem alternativa, devendo, tal como sugere Micaela (2009), ser aplicada de forma diferente por comparação com o caso dos alunos ouvintes. No caso de imagens dinâmicas, a possibilidade de ter no ambiente digital uma ferramenta de videoconferência que permita a comunicação gestual agrega a possibilidade de alunos surdos comunicarem diretamente não apenas entre eles, mas também com os alunos ouvintes que podem participar das interações através da escrita, recorrendo a ferramentas como o *chat*.

A propósito da questão da escrita, importa referir que, especificamente no que respeita à modalidade de *sign writing*, verificámos neste estudo que essa é uma modalidade claramente preferida pelos entrevistados surdos, não sendo ainda muito consensual para os ouvintes.

Em síntese, o estudo aqui apresentado permitiu sistematizar um conjunto de preocupações que consideramos fundamentais no desenvolvimento futuro de ambientes inovadores de ensino e aprendizagem virtuais acessíveis a surdos, nomeadamente: valorizar a componente visual; integrar ferramentas de videoconferência; evitar textos longos; evitar sistemas de navegação exclusivamente baseados em texto; implementar mecanismos de controlo da velocidade das legendas; estudar formas de realizar ajustes específicos de acessibilidade com vista a uma conformidade plena com o WCAG 2.0; estudar formas de integrar ferramentas das redes sociais nesses ambientes; sensibilizar, apoiar e qualificar as equipas de apoio e desenvolvimentos dos AVEAs para a realidade da surdez; propor estratégias de colaboração entre os diferentes intervenientes (*developers*, técnicos, professores, alunos).

No atual cenário, fortemente caracterizado por número crescente de alunos surdos a ingressar no ensino superior, e atendendo à tendência de implementação mais consolidada da modalidade bilíngue, importa ainda que os esforços nos desenvolvimentos de AVEAs sejam igualmente realizados nas componentes presenciais, sendo que para tal entendemos fundamental: investir em modelos de colocação de professores que assegurem estabilidade nas equipas de trabalho; apoiar a contratação de intérpretes e formadores de língua gestual para apoio às aulas; e implementar modalidades de avaliação que permitam o recurso ao vídeo e à língua gestual.

Tal como demonstrou este estudo, a realidade da surdez é muito heterógena e fortemente marcada por aspetos institucionais e culturais. Nesse sentido, entendemos que os esforços futuros devem ser no sentido de valorizar a consciencialização

e conhecimento, por parte da comunidade, da academia e dos “*developers*” para essa realidade, por forma a que possamos caminhar no sentido de promover a sua verdadeira inclusão na atual sociedade digital.

AGRADECIMENTOS

À CAPES - processo n. 18444-12-1

A todos os entrevistados e instituições de ensino referidas, pela disponibilidade e colaboração.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Augusta; COUTINHO, Amândio; MARTINS, Raquel Delgado. *Para uma gramática da Língua Gestual Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1994.

BRASIL. *Decreto nº 5.622*. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf>. Acesso em dez 2012.

CARVALHO, Rodrigo Janoni. A Língua de Sinais e um Breve Histórico da Educação de Surdos. *ÁGORA - Revista Eletrônica*. n. 11, dez 2010, p.23-29.

CAVALIN, Viviane Aparecida; CAVALARI, Nilton. A História da Educação dos Surdos e a Problemática da Inclusão Escolar. *Caderno Multidisciplinar de Pós-Graduação da UCP*. V.1, n. 2, fev 2010, p. 131-144.

GROSJEAN, F. *The right of the deaf child to grow up bilingual*. Sign language studies, Washington: Gallaudet University Press, V. I, N. II, Winter, 2001.

IFSC. *Instituto Federal de Santa Catarina - Campus Palhoça Bilíngue*. Disponível em: <<http://www.palhoca.ifsc.edu.br>>. Acesso em abril de 2013.

KELLY, Brain et al. *Accessibility 2.0: People, Policies and Processes*. In: Proceedings of the 2007 International Cross-disciplinary Conference on Web Accessibility, W4A. New York, USA: ACM Press, p. 138-147.

LAKATOS, Eva Mara; MARCONI, Maria de Andrade. *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 5ª ed., 2011.

MICAELA, Manuela (ORG). *Educação Bilíngue de Alunos Surdos: Manual de Apoio a Prática*, Ministério da Educação. Autores: Dina Almeida, Eduardo Caral, Inês Filipe, Marta Morgado. Ed. Cercica, Lisboa, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de. (Org.) *Estudos Surdos I*. Série Pesquisas. Autores: Dalcin, G., e outros. Ed. Arara Azul. Petrópolis, RJ, 2006.

_____. (Org.) Possíveis Encontros entre Cultura Surda. *Estudos Surdos I*. Autora: Rossana Finau. Editora Arara Azul Ltda, 2006b.

QUIVY, Raymond. CAMPENHOUDT, Luc Vna. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Ed. Gradiva, 4 ed., 2005.

SAITO, Daniela Satomi; ULBRICHT, Vania Ribas. Learning Management Systems and Face-to-Face Teaching in Bilingual Modality (Libras/Portuguese). *IEEE Latin America Transactions*. V. 10, n. 5., p. 2168-2174, 2012.

SILVA, Vilmar. *Educação Bilíngüe: O Início de uma Nova Luta*. Disponível em: http://www.virtual.udesc.br/Midioteca/Publicacoes_Educacao_de_Surdos/artigo02. Acesso em 2012.

STRAETZ, Katja et al. An e-Learning Environment for Deaf Adults. Conference Proceedings 8th ERCIM Workshop. *User Interfaces for All*, 2004. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.98.9803>, acesso nov de 2012.

WCAG20. *Web Content Accessibility Guidelines 2.0*. W3C Accessibility Initiative. Disponível em: <http://www.w3.org/TR/WCAG20/>. Acesso em out. 2012.

W3CGT, *Acessibilidade*. Disponível em: http://www.w3c.br/GT/GrupoAcessibilidade#w3c_inicio_conteudo. Acesso, em dez 2012.

DCTV: o programa de TV da Embrapa para divulgação de inovações agropecuárias – resultados da pesquisa de recepção e audiência

Selma Lúcia Lira Beltrão

Mestre em Política e Gestão de Ciência e Tecnologia pela Universidade de Brasília (UnB) – Brasília, DF – Brasil. Analista e Gerente-geral da Embrapa Informação Tecnológica (Embrapa SCT) – Brasília, DF – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/9878155805648776>

E-mail: selma.beltrao@embrapa.br

Maria Luiza Costa Brochado

Graduada em Comunicação Social pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (Uniceub) - Brasília, DF - Brasil. Analista da Embrapa Informação Tecnológica (SCT) - Brasília, DF - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/4934644370614465>

E-mail: Maria-l.brochado@embrapa.br

Submetido em: 17/05/2017. Aprovado em: 07/11/2017. Publicado em: 31/12/2017.

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de pesquisa realizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), para identificar e caracterizar o perfil do telespectador do programa semanal Dia de Campo na TV (DCTV), bem como a recepção do sinal e o nível de conhecimento e de audiência desse público, e também as ações desenvolvidas a partir da pesquisa. O trabalho foi realizado no período de maio a novembro de 2013, em todo o Brasil, com três segmentos específicos, quais sejam: população em geral, técnicos da extensão rural e professores de escolas agrotécnicas, por meio de metodologia quantitativa (*surveys*) e qualitativa (grupos focais). Os resultados mostraram que o programa atinge 3% da população brasileira com antena parabólica em suas residências, o que pode ser estimado em 5,7 milhões de telespectadores, com maior abrangência nas regiões Norte e Sul do País; e que extensionistas e professores dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs) são os que mais conhecem o DCTV e usam as tecnologias e as práticas nele apresentadas.

Palavras-chave: Audiência. Comunicação. Educação não formal. Programa de televisão. Recepção. Transferência de tecnologia.

DCTV: Embrapa's TV program for the dissemination of agricultural innovations - results of the reception and audience research

ABSTRACT

This article presents the results of a research conducted by the Brazilian Agricultural Research Corporation (Embrapa), which aimed to identify and characterize the spectator's profile of the weekly television program Day at the Country on TV (DCTV), as well as its signal reception, audience rating and the knowledge background of this public, and also the actions developed after the research. The study was carried out between May and November 2013, involving the following segments of the population, sampled from the entire Brazilian territory: general population, rural extension technicians, and teachers of agrotechnical schools. Data was collected by means of both quantitative (survey) and qualitative (focus groups) methods. The results showed that the program reaches 3% of the Brazilian population with satellite receiver antennas, which can be estimated at 5.7 million viewers, with greater coverage in the North and South regions of the country; and that extension technicians and teachers of Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFs, in Portuguese) are the most familiar public with DCTV, using the technologies and practices showed by the TV program.

Keywords: Audience. Communication. Nonformal education. Reception. Technology transfer. Television program.

DCTV: el programa de TV de la Embrapa para la divulgación de innovaciones agropecuarias – resultados de la encuesta de recepción y audiencia

RESUMEN

Este artículo presenta los resultados de la investigación realizada por la Empresa Brasileña de Investigación Agropecuaria (Embrapa), para identificar y caracterizar el perfil del espectador del programa semanal Día de Campo en la TV (DCTV), así como la recepción de la señal, el nivel de audiencia y del conocimiento de ese público, y también las acciones desarrolladas a partir de la investigación. El trabajo se realizó en el período de mayo a noviembre de 2013, en todo Brasil, con tres segmentos específicos que son: población en general, técnicos de la extensión rural y profesores de las escuelas agrotécnicas. Los datos fueron recogidos por medio de metodología cuantitativa (encuestas) y cualitativa (grupos focales). Los resultados mostraron que el programa alcanza el 3% de la población brasileña con antena parabólica en sus residencias, lo que puede ser estimado en 5,7 millones de telespectadores, con mayor alcance en las regiones Norte y Sur del país; y que extensionistas y profesores de los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología (IFs) son los que más conocen el DCTV y usan las tecnologías y las prácticas en él presentadas.

Palabras clave: Audiencia. Comunicación. Educación no formal. Programa de televisión. Recepción. Transferencia de tecnología.

INTRODUÇÃO

Em 1996, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)¹ elaborou e publicou a primeira versão de sua Política de Comunicação. Nela, tratou de reavaliar conceitos até então usados, para tornar mais claro e preciso o compromisso da empresa “com a efetiva posse, pelo usuário, da tecnologia transferida, e até mesmo com sua adoção” (EMBRAPA, 1996, p. 31-32). Entre esses conceitos estava o de Transferência de Tecnologia, com sentido mais estrito, o qual substituiu o conceito *lato* de Difusão Tecnológica, até então praticado pela empresa.

Em tal política, a Embrapa apresentou também diretrizes para fortalecer a interação do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA) com as empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), em um esforço conjunto de comunicação que acelerasse a incorporação das inovações tecnológicas ao sistema produtivo.

Nessa perspectiva, surgiram, na década de 1990, as primeiras experiências da empresa com o uso de canais de comunicação em formatos e linguagens diferenciados daqueles tradicionalmente adotados no modelo difusionista, como programas de TV voltados principalmente para o produtor rural, a exemplo do Dia de Campo na TV (DCTV), lançado em 1998 e produzido pela Embrapa Informação Tecnológica – Brasília-DF, em parceria com as demais Unidades da Embrapa e outras instituições de pesquisa.

Atualmente o DCTV tem em seu histórico mais de 600 reportagens sobre inovações agropecuárias

¹ A difusão de tecnologia, ou como se convencionou simplesmente chamar, o modelo difusionista, surgiu nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX. Tendo como um dos seus principais teóricos o sociólogo Everett Rogers (The diffusion of innovations, 1962), consistia em transmitir um dado de cuja utilidade era preciso persuadir os futuros usuários. Esse modelo se inscrevia numa concepção unívoca de modernização que contribuía para o desenvolvimento, em especial na América Latina e na Ásia. Cerca de vinte anos depois, Rogers reviu essa teoria, por esquecer o contexto e, sobretudo, basear-se numa causalidade mecânica, de sentido único. A proposta de Everett Rogers foi interpretada não como possibilidade de diálogo, mas como condição para o exercício do poder e da supremacia da relação entre poder e conhecimento (MATELLART & MATELLART, 2006, p.159).

desenvolvidas pela Embrapa e parceiros, como as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas) e universidades que compõem o SNPA. Até 2008, seus programas eram transmitidos ao vivo pelo sistema Embratel, para a população atendida por antenas parabólicas, e por meio de parceria com emissoras de TV por assinatura, como o Canal Rural. Desde então, o programa passou a ser gravado e veiculado por canais parceiros, tanto com abrangência nacional como de alcance regionalizado. Pela diversidade desses canais de transmissão, que veiculam o programa em dias e horários diferentes, tornou-se difícil para a Embrapa a identificação do real público do DCTV, sobretudo no que se refere à faixa etária, sexo, atividade econômica e região de residência, nível de interesse e de fidelização de telespectadores ao programa.

Além disso, a evolução das tecnologias de comunicação e as mudanças experimentadas pelo meio rural nas últimas duas décadas passaram a exigir uma análise mais profunda, por parte da Embrapa, quanto ao uso de produtos como o DCTV, para tornar mais eficaz o processo de comunicação e de transferência de tecnologia com produtores rurais e extensionistas. Com esse intuito, a Embrapa Informação Tecnológica realizou, em 2013, uma pesquisa de recepção e audiência do programa televisivo, cujos resultados são abordados sucintamente neste artigo, em três partes. A primeira faz breve apresentação do programa DCTV; a segunda informa os procedimentos metodológicos, os principais resultados da pesquisa e as ações desenvolvidas para atender às demandas identificadas pela pesquisa; a terceira traz as considerações finais.

No Brasil, 98% dos domicílios têm aparelho de televisão, 32% dos lares brasileiros dispõem de antena parabólica, e 20% deles têm TV por assinatura². Na área rural, a presença da televisão é significativa, notadamente pela captação das antenas parabólicas.

² Dados da pesquisa do Instituto DataFolha, sobre Posse de Equipamentos de Sintonia de Canais, ano 2008. Disponível em www.cetic.br. Acesso em: 22 dez./2013

A televisão integra som e imagem em um contexto comunicacional afetivo que predispõe o telespectador a receber as mensagens que ela veicula, além de facilitar a sua compreensão. Por isso, o uso dessa tecnologia mediadora de comunicação tem grande importância também no processo de aprendizagem, principalmente entre populações com baixo índice de escolaridade e em processos de educação não formal desenvolvidos por organizações sociais do campo.

Considerando a expansão desse veículo nas últimas décadas, bem como as possibilidades que a televisão oferece para explorar formatos, cores, linguagens, sons e movimentos – recursos necessários para apresentar em detalhes uma tecnologia –, a Embrapa criou, em 1998, o programa televisivo Dia de Campo na TV (DCTV), para levar inovações tecnológicas e práticas agropecuárias a um público diverso e amplo, formado por produtores rurais, extensionistas, empresários, estudantes e consumidores em geral.

Com formato que privilegia o passo a passo da tecnologia pesquisada, a qual é mostrada em reportagens e entrevistas com pesquisadores responsáveis pelo seu desenvolvimento, e com produtores que podem validar seus usos e benefícios, o DCTV utiliza recursos de comunicação para levar aos produtores informações que os instigarão a testar a tecnologia apresentada, compará-la com suas práticas cotidianas e adaptá-la a sua realidade, de modo que ganhem em produtividade, renda e cidadania.

Coordenada pela Embrapa Informação Tecnológica, a produção do DCTV envolve as Unidades da Embrapa, as Oepas e os escritórios de Ater, onde as tecnologias resultantes das pesquisas são desenvolvidas e testadas. Inclui captação de imagens em campo, gravação no estúdio, entrevistas e edição dos programas, além de negociação de parcerias para a sua veiculação, divulgação, criação e distribuição das mídias, em DVD, assim como a publicação dos conteúdos editados na internet.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na investigação, realizada entre maio e junho de 2013, foram usadas, como metodologia, tanto a pesquisa quantitativa, com abordagem presencial e telefônica, que utilizou a técnica survey e o questionário estruturado como instrumentos, quanto a pesquisa qualitativa, com realização de grupos focais, cujas discussões seguiram roteiro semiestruturado.

A pesquisa quantitativa teve como universo a população brasileira que possui equipamento de sintonia tipo antena parabólica (cuja amostra foi de 2.140 entrevistados); técnicos extensionistas e professores de escolas agrotécnicas, cujas amostras foram respectivamente de 300 entrevistados, escolhidos dentre os profissionais cujos escritórios de Assistência Técnica e Extensão Rural e escolas receberam o programa DCTV por meio do acervo das Minibibliotecas³ da Embrapa.

A amostra da pesquisa com a população em geral foi de 2.140 telespectadores, selecionados por cotas representativas da população brasileira, cujas variáveis foram: a região do País, a penetração de antenas parabólicas por região, o tipo de município – se localizado em região metropolitana (18% da amostra) ou não (82% da amostra) –, a proporcionalidade da população de cada Estado e o perfil por sexo e idade, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Para este público foi aplicado questionário com 8 perguntas abertas e 24 fechadas. A tabela 1, a seguir, apresenta o tamanho total da amostra das entrevistas com a população em geral, proporcionalmente à população com antena parabólica por região.

³ Minibibliotecas - As Minibibliotecas são uma iniciativa institucional da Embrapa de incentivo à leitura e à inclusão produtiva no meio rural. Para isso, as Minibibliotecas estão organizadas regionalmente, conforme interesse do público a que se destina, e reúne, num acervo itinerante, publicações impressas (livros, cartilhas, manuais, etc.), vídeos e áudios com programas de rádio e de TV, que disponibilizam informações tecnológicas geradas pela Embrapa e seus parceiros, sobre culturas agrícolas, criação de animais, meio ambiente, agroindústria familiar, entre muitos outros temas. Disponível em <https://www.embrapa.br/minibibliotecas>. Acesso em 7/set/2017.

Tabela 1 – Total da amostra de entrevistas com população em geral

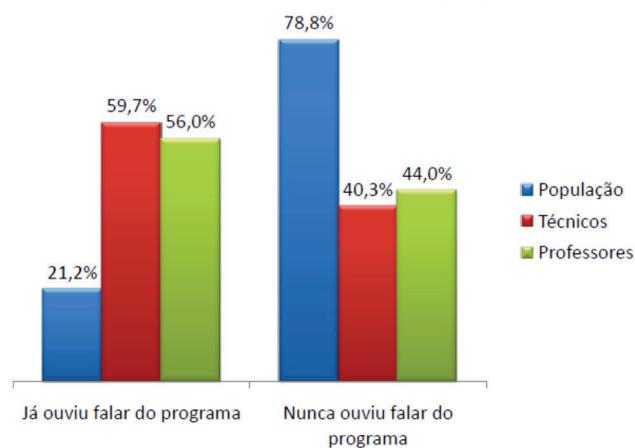
Região	População	Penetração de antena parabólica, p/ região (%)	População com antena parabólica, p/ região	População com antena parabólica, p/ região (%)	Amostra	Erro amostral (±)
Norte	158.644,54	29	46.006,92	7,54	161	±7,5
Nordeste	530.819,50	42	222.944,19	36,52	782	±3,5
Sudeste	803.644,10	26	208.947,47	34,23	733	±3,6
Sul	273.868,91	32	87.638,05	14,36	316	±5,5
Centro-Oeste	140.580,94	30	42.174,28	6,91	148	±7,8
Brasil	1.907.557,99	32	610.418,56	100,00	2.140	±2,1

Fonte: Foco Opinião e Mercado, 2013.

Para a pesquisa quantitativa, foram também entrevistados – por meio de questionário estruturado com 29 questões fechadas e 9 abertas – 300 técnicos de extensão rural que atuam em Oepas e em escritórios de Ater, bem como 300 professores de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) com cursos em áreas agrotécnicas, cujos contatos foram fornecidos pela Embrapa. Nessa análise procurou-se garantir a proporcionalidade do número de instituições por região.

Para a pesquisa qualitativa, foram convidados 23 extensionistas e 28 professores, os quais constituíram 8 grupos focais nas seguintes localidades: Belém (PA), Recife (PE), Campo Grande (MS), Londrina (PR), Bambuí (MG), Iguatu (CE), Urutaí (GO) e Rio do Sul (MS), buscando-se abranger todas as regiões do País. O estudo qualitativo objetivou identificar o nível de conhecimento desses públicos quanto ao programa, e se usavam o DCTV como ferramenta de apoio em suas ações de transferência de tecnologia com produtores, assim como ferramenta de apoio pedagógico em suas ações com estudantes. Buscou identificar, ainda, a opinião dos participantes dos grupos focais sobre o conteúdo, o formato, a linguagem e os temas abordados no programa, estimulando-os, ao mesmo tempo, a dar sugestões para a construção de um programa ideal, capaz de repercutir positivamente nas referidas ações.

Gráfico 1 – Nível de conhecimento do programa DCTV.



Fonte: Foco Opinião e Mercado, 2013.

PRINCIPAIS RESULTADOS

RESULTADOS QUANTO AO PERFIL E AO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO AO PROGRAMA

Além de identificar que 21,2% do público geral conhece o DCTV, a pesquisa constatou que a inserção do programa é maior entre o sexo masculino (24,22%), das regiões Sul (35%), Centro-Oeste (26%) e Norte (23%) do País e atuantes em atividades agrícolas, aposentados e donas de casa.

Quando feita a análise com foco nos extensionistas e professores de IFs, identificou-se um conhecimento significativamente mais expressivo do que o apurado entre a população geral, de 59,7%, entre os extensionistas, e de 56% entre os professores. O perfil desse público é predominantemente masculino (62% e 58%) e o nível de conhecimento

a respeito do DCTV cresce com o aumento da renda (entre 65% e 71% nas maiores faixas), bem como nas faixas de escolaridade em formação (superior em curso ou pós-graduação); com maior repercussão nas regiões Norte, Nordeste e Sul, em relação aos extensionistas, e nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, entre os professores. O gráfico 1, a seguir, ilustra o nível de conhecimento do programa.

RESULTADOS QUANTO AO ACESSO AO PROGRAMA

Para analisar as formas de acesso do público ao DCTV, a pesquisa considerou os diferentes meios em que o programa é veiculado: televisão (canais de abrangência nacional, como o Canal Rural e a TV NBr); internet (canal do Dia de Campo na TV no Youtube), e projeto Minibibliotecas⁴ (DVDs com programas sobre temas específicos para cada região). O resultado indica que o programa é acessado pela população em geral por intermédio da TV (99,5%), e que apenas 0,5% desse público o assiste pela internet.

Contudo, essa realidade se alterou quando foi avaliado o acesso dos extensionistas e professores. Os últimos são os que mais assistem o DCTV pela internet (46,1%), enquanto apenas 27,7% dos extensionistas usam esse meio para acessar os programas, buscando mais a TV com essa finalidade (62,8%).

RESULTADOS QUANTO À AUDIÊNCIA DO PROGRAMA

A audiência do DCTV identificada na pesquisa é de 9,4% da população brasileira que possui antena parabólica em suas residências, com erro amostral máximo de 2,1%.

Considerando que no Brasil 61.041.856 pessoas possuem antena parabólica em suas residências, conforme descrito na tabela 1, estima-se que o DCTV

atinge 5,737 milhões de telespectadores brasileiros, ou seja, 3% da população nacional, com maior concentração nas regiões Sul e Norte.

Além disso, o programa mantém um público cativo de 3,8% da população com antena parabólica, indicando que 2.319 milhões de telespectadores assistem semanalmente ao programa televisivo da Embrapa.

AVALIAÇÃO GERAL DO PROGRAMA

Em relação aos temas que aborda, o DCTV apresenta-se como interessante ou muito interessante para 90% da população em geral, para 98% dos extensionistas, assim como para 96% dos professores pesquisados.

No geral, o programa conta com a aprovação de 94% dos entrevistados⁵ (63% deles o consideram bom, e 31% ótimo), enquanto apenas 3% o avaliam como regular. Considerando-se que 3% dos entrevistados são pessoas que não souberam responder, conclui-se que o programa não obteve reprovação entre os entrevistados. O gráfico 2, a seguir, apresenta essa avaliação detalhadamente, por tipo de público.

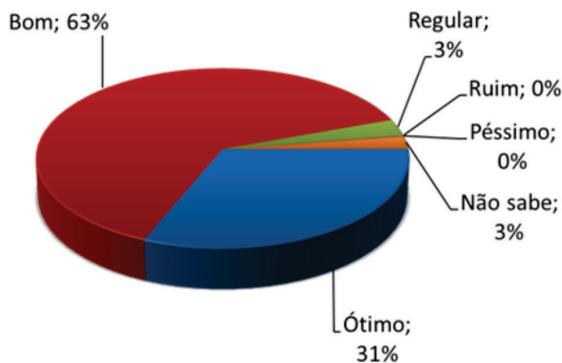
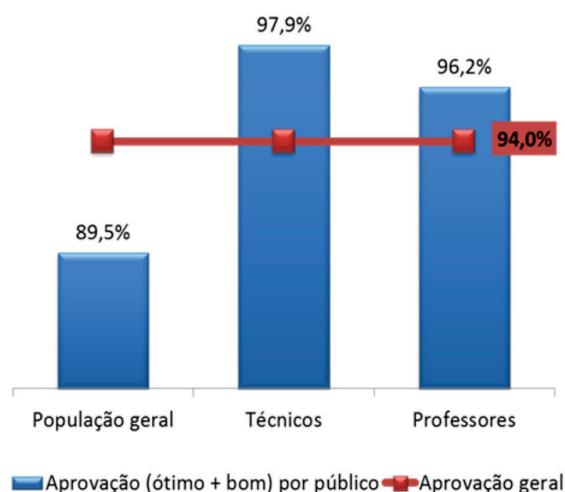
Com relação ao conteúdo e ao formato do programa, os resultados mostraram percentuais elevados de aceitação entre todos os públicos, os quais são maiores entre extensionistas e professores, conforme apresentado nos gráficos 3 e 4, a seguir.

Ao avaliar a linguagem do programa em relação ao grau de compreensão pelo público, identificou-se que 72% da população em geral e 79,8% dos técnicos e professores a consideram de fácil compreensão. Já 21% do público geral a classificam como de média ou de difícil compreensão, por seu caráter técnico, conforme demonstra o gráfico 5.

⁴ O projeto Minibibliotecas é uma iniciativa, da Embrapa, a qual vem sendo desenvolvida desde 2003 para estimular a leitura e a inclusão produtiva de jovens rurais e agricultores familiares. Seu acervo é regionalizado e formado por publicações impressas (livros e cartilhas) editadas em linguagem de fácil compreensão e em geral bem ilustradas, assim como por audiovisuais (áudios e vídeos), e destina-se a escolas rurais e agrotécnicas, Ater e organizações sociais do campo que desenvolvem projetos de educação não formal.

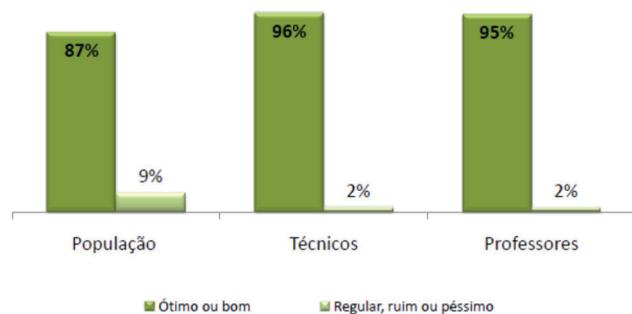
⁵ Calculada pela média aritmética das aprovações apuradas em cada público

Gráfico 2 – Avaliação geral, e por tipo de público, do DCTV.



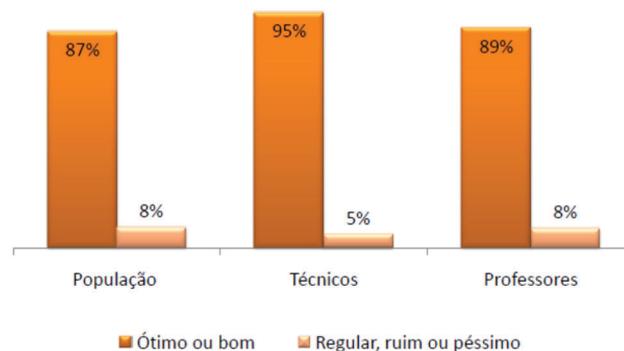
Fonte: Foco Opinião e Mercado, 2013.

Gráfico 3 – Avaliação específica do DCTV – conteúdo



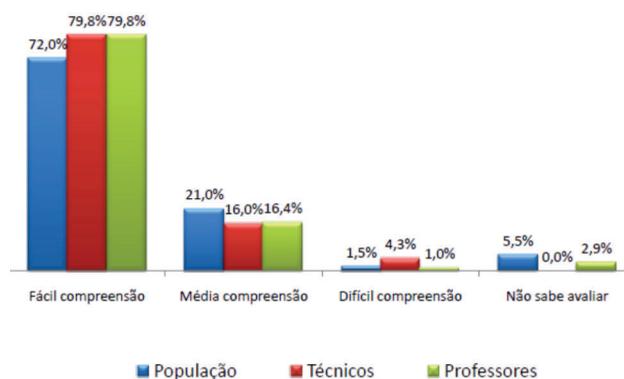
Fonte: Foco Opinião e Mercado, 2013.

Gráfico 4 – Avaliação específica do DCTV – formato



Fonte: Foco Opinião e Mercado, 2013.

Gráfico 5 – Avaliação específica do DCTV – linguagem

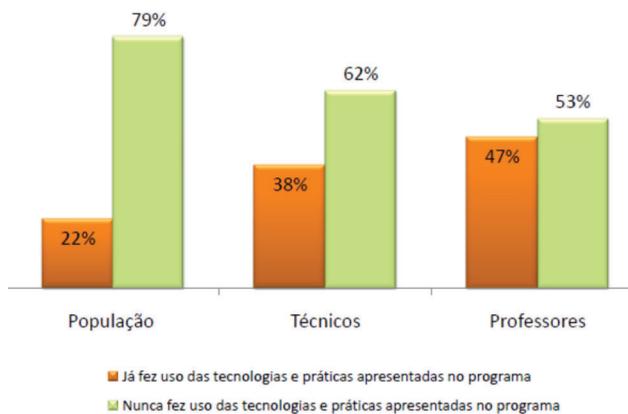


Fonte: Foco Opinião e Mercado, 2013.

USO DE TECNOLOGIAS E PRÁTICAS APRESENTADAS NO PROGRAMA

As tecnologias e práticas apresentadas pelo DCTV já foram utilizadas por, pelo menos, 22% do público que conhece o programa, principalmente as técnicas relacionadas a cultivo de hortaliças e de frutas, a tratos com animais, assim como adubação e controle alternativo de pragas. Entre extensionistas e professores – que as usam principalmente como apoio ou reforço em aulas, palestras, cursos e outras ações educativas ou de transferência de tecnologia –, esse percentual sobe para 38% e 47%, respectivamente, conforme mostra o gráfico 6.

Gráfico 6 – Uso de tecnologias e práticas apresentadas no DCTV.



Fonte: Foco Opinião e Mercado, 2013.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM ATENDIMENTO A DEMANDAS APONTADAS PELA PESQUISA

A partir da análise dos resultados da pesquisa de recepção e audiência, a Embrapa identificou a necessidade de promover um conjunto de mudanças tanto no formato quanto no conteúdo do programa Dia de Campo na TV. As mudanças foram debatidas e avaliadas ao longo do ano de 2014, com participação dos principais parceiros (emissoras de TV e Unidades de Pesquisa da Embrapa). Em 2015 foram produzidos os primeiros pilotos do novo DCTV e, em 2016, o programa estreou com novo formato.

Em termos de conteúdo, o DCTV ganhou cinco novos quadros temáticos – Ciência e Tecnologia em Debate; Repórter em Campo; Quem Quer Ser cientista? Conhecendo a Embrapa e Agência Embrapa de Notícias –, que acrescentaram mais dinamismo ao programa e maior visibilidade às pesquisas e ações envolvendo mulheres agricultoras, jovens rurais, comunidades quilombolas e povos indígenas.

A abordagem das tecnologias pelos pesquisadores, técnicos e produtores, para a reportagem principal do programa, passou a ser feita diretamente do campo, do laboratório, ou seja, no lócus onde foi desenvolvida e onde está sendo colocada em prática. Nessa perspectiva, o programa proporcionou ao telespectador

maior compreensão e clareza sobre o tema em questão e foi ao encontro do que apontou a pesquisa como uma demanda para melhoria do programa, de “ter mais campo e menos estúdio”. Além disso, o tema principal detalha os elos da cadeia produtiva da tecnologia, do produto ou do serviço apresentado e ainda traz informações sobre vantagens, benefícios e riscos oferecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como primeiro grande ganho da pesquisa, há que se ressaltar sua confirmação de que o público do DCTV – até então difícil de ser quantificado e caracterizado – é, de fato, aquele que a Embrapa busca atingir com o programa, com o objetivo de partilhar conhecimentos e informações que possam contribuir tanto para o desenvolvimento rural sustentável quanto para o fortalecimento de sua imagem institucional.

Além de levantar dados positivos sobre o DCTV, a pesquisa apontou respostas relevantes para a Embrapa, que lhe permite mensurar a abrangência e o alcance do seu programa televisivo, bem como identificar importantes pontos críticos a serem melhorados de modo a confirmar e valorizar o DCTV como uma estratégia mediadora de ações comunicativas e educativas com agricultores, extensionistas e educadores, e, assim, potencializar seus benefícios.

A análise dos referidos pontos críticos – em sua maioria relacionados à linguagem e ao formato do DCTV – levou a Embrapa à conclusão de que era necessário diversificá-lo com novas propostas temáticas, além aperfeiçoá-lo com maior detalhamento dos conteúdos e linguagem menos técnica, para maior sinergia com seus diversos públicos. Para isso, tem sido fundamental o entendimento de todos os envolvidos, tanto sobre a importância de propor temas mais alinhados aos interesses dos públicos do programa quanto para assegurar maior representatividade de agricultores e agricultoras em suas reportagens, propiciando também maior identificação com as mulheres, por meio de quadros sobre saúde, culinária e artesanato,

por exemplo, e, especialmente, possibilitando explorar nas gravações mais o ambiente de campo e menos o do estúdio.

Também segundo a pesquisa, para que o programa se aproxime mais do que o público espera e deseja, faz-se necessário que a Embrapa promova maior interação entre as equipes responsáveis pela produção e também com a rede Ater - Assistência Técnica e Extensão Rural, na elaboração dos conteúdos. Nesse sentido, a Empresa buscou novas parcerias, a exemplo da formalizada com a Emater do Rio Grande do Sul, que prevê a veiculação de conteúdos da instituição no DCTV, bem como de conteúdo produzido pela Embrapa na programação da Emater.

Ademais, identificou-se que a Empresa deve disponibilizar o DCTV em horários mais acessíveis, assim como continuar a veiculá-lo em projetos de popularização da ciência (como o das Minibibliotecas, por exemplo), tanto na televisão quanto na internet.

Em face da necessidade de abordar novas temáticas e ampliar os canais de transmissão do programa, cabe à Embrapa negociar parcerias para a produção e veiculação do DCTV, principalmente com a extensão rural e com emissoras públicas nacionais, cuja programação possibilite o acesso ao programa em dias e horários diferenciados. Tais negociações resultaram na ampliação, entre 2015 e 2017, em cerca de 400% no número de emissoras que veiculam o programa, passando de 15 para 59.

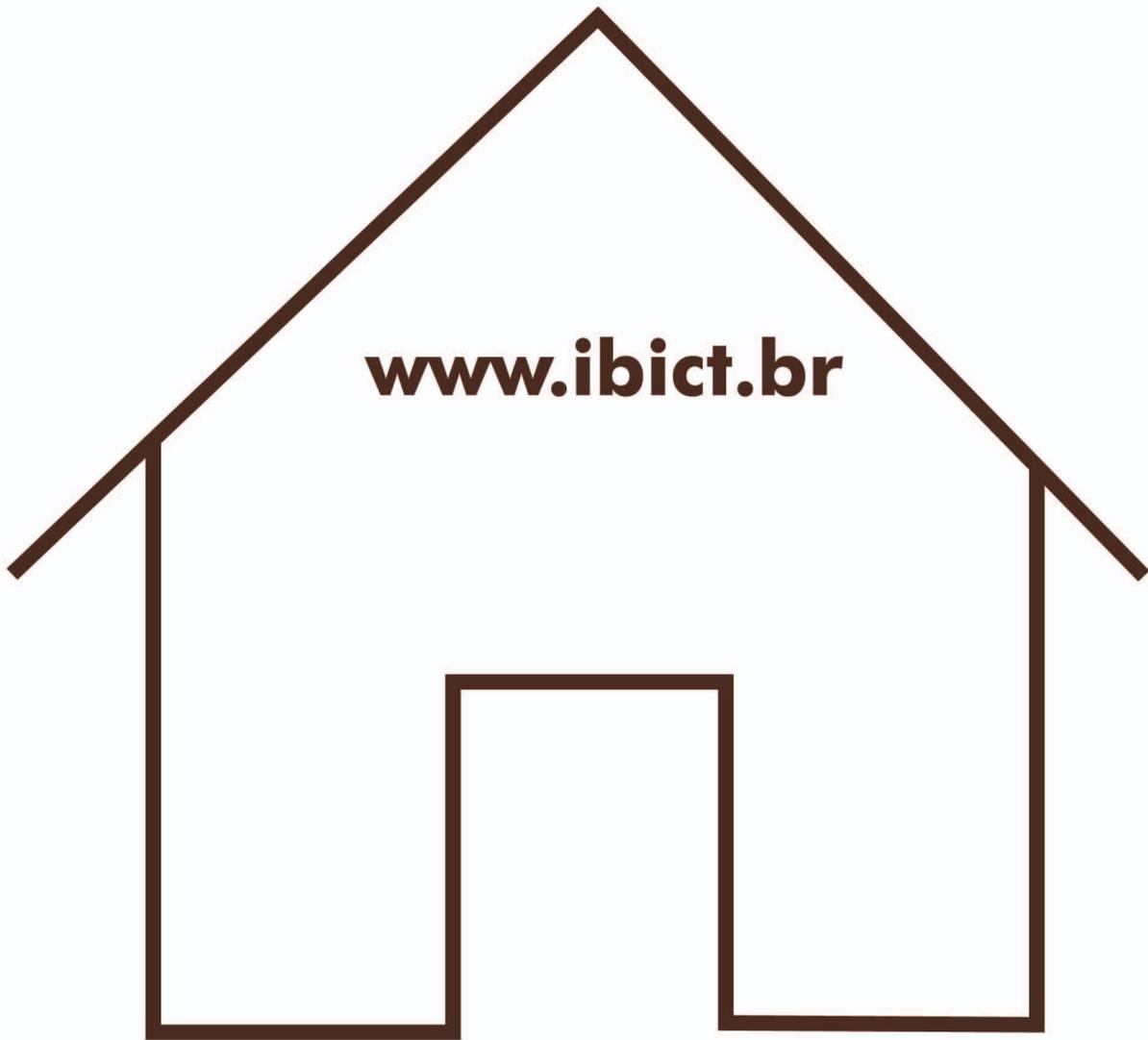
Também aqui se comprova a importância do programa DCTV como instrumento de transferência de tecnologia da empresa, especialmente por atingir, de forma mais direta e com melhores resultados, técnicos da extensão rural, responsáveis por levar as inovações da pesquisa agropecuária a produtores e professores de escolas, responsáveis pela formação de futuros técnicos agropecuários e de agentes de desenvolvimento local.

Outro ganho da pesquisa – que embora não se relacione necessariamente a seus resultados, mas antes à sua metodologia – refere-se ao fato de

ela ter permitido, em suas etapas quantitativa e qualitativa, a participação direta e efetiva de diferentes públicos do programa DCTV, e, logo, a atuação de tais públicos como sujeitos sociais capazes de questionar e intervir, de modo crítico e criativo, na análise de um produto de informação criado, há 19 anos, exclusivamente em apoio às ações da Embrapa de universalização do acesso ao conhecimento científico produzido em suas Unidades de pesquisa e nas instituições parceiras.

REFERÊNCIAS

- BELTRÃO, S. L. L.; PEREIRA, F. do A. Minibibliotecas, Prosa Rural, e Dia de Campo na TV: ações comunicativas e pedagógicas mediadoras de diálogo para o desenvolvimento rural sustentável. In: _____. *Transferência de tecnologia e construção do conhecimento*. Parte 6, capítulo 1. Embrapa: Brasília, DF, 2013.
- DATAFOLHA. Posse de Equipamentos de Sintonia de Canais, ano 2008. Disponível em: < www.cetic.br>. Acesso em: 22 dez. 2013.
- EMBRAPA. *Política de comunicação empresarial*. Brasília–DF, 1996.
- FOCO Opinião e Mercado. Relatório de apresentação dos resultados da pesquisa de Audiência e Recepção do programa Dia de Campo na TV. Florianópolis, SC: novembro de 2013.
- MATTELART, A.; MATTELART, M. *Histórias das teorias da comunicação*. 9. Ed. São Paulo: Loyola, 2006.



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação

